



UFRGS
PPGMUSPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM MÚSICA



UFRGS
FABICO

TAQUARI-RS E OS AÇORIANOS

**A migração dos
ilhéus no século
XVIII e a sua
contribuição
para o
patrimônio
cultural local**

ANDRÉ VANDERLEI DA SILVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**

ANDRÉ VANDERLEI DA SILVA

**TAQUARI-RS E OS AÇORIANOS:
A migração dos ilhéus no século XVIII e a sua contribuição para o patrimônio
cultural local**

PORTO ALEGRE

2022

ANDRÉ VANDERLEI DA SILVA

TAQUARI-RS E OS AÇORIANOS:

A migração dos ilhéus no século XVIII e a sua contribuição para o patrimônio cultural local

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Luísa Durán Rocca.

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda de Carvalho Albuquerque

Vice-Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Gelmini de Faria

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, André Vanderlei da
TAQUARI-RS E OS AÇORIANOS: A migração dos ilhéus
no sécu / André Vanderlei da Silva. -- 2022.
183 f.
Orientadora: Luísa Durán Rocca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Açorianos. 2. Migração açoriana. 3. Patrimônio
cultural. 4. Taquari. I. Durán Rocca, Luísa, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Rua Ramiro Barcelos, 2705 - Sala 203 - Campus Saúde

CEP 90035-007 - Porto Alegre / RS

Telefone: (51) 3308-2163

E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

ANDRÉ VANDERLEI DA SILVA

TAQUARI-RS E OS AÇORIANOS:

A migração dos ilhéus no século XVIII e a sua contribuição para o patrimônio cultural local

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luísa Durán Rocca (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Gomes Graebin (UNILASALLE)

Prof^a. Dr^a. Letícia Julião (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Véra Lucia Maciel Barroso (FAPA)

*Dedico este trabalho
A Deus,
pela força e pela saúde mental para
cumprir a empreitada proposta.
Aos meus pais (Manoel e Romilda), à
minha esposa (Rejane) e
às minhas filhas (Nathália e Emanuely),
pelo apoio irrestrito e permanente nesta
caminhada, compreendendo nos
momentos em que estive ausente e
incentivando nos momentos em que me
senti enfraquecido!*

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos mais sublimes e honrosos sentimentos que o ser humano pode ter. Sou imensamente grato a algumas pessoas e/ou instituições que, de uma forma ou de outra, tiveram importante participação para que este objetivo fosse alcançado. Por isso, gostaria de fazer aqui algumas menções de agradecimento especiais.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação pela oportunidade recebida.

Na pessoa da minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Luísa Durán, a todos os professores do PPGMusPa pelas enriquecedoras discussões,

À Banca do Exame de Qualificação pelos importantes apontamentos encaminhados.

À Banca Examinadora desta dissertação pela disponibilidade e presteza de terem aceitado este convite.

Na pessoa da colega Camila Warpechowski, a todos os colegas de Programa pelas trocas tão importantes durante as disciplinas.

Na pessoa da Prof^a. Cleusa Graebin, a todos os professores que acompanharam a minha trajetória.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja e da Escola Municipal de Ensino Fundamental La Salle/Taquari, pelo carinho e incentivo de sempre.

Na pessoa da coordenadora Sabrina Pereira, à zelosa equipe do acervo da Biblioteca Municipal Maria Consuelo Saraiva e da Sala Açoriana.

Na pessoa do jornalista Pedro Harry, ao Jornal O Taquaryense pelo acesso ao acervo do Museu Vivo da Comunicação.

Na pessoa da jornalista Alexandra Machado, ao Jornal O Fato, pelas colaborações do arquivo digital.

Na pessoa do Frei Gastão Zart, à secretaria da Paróquia São José pelo acesso ao acervo.

Na pessoa do escritor João Paulo da Fontoura, ao Conselho Municipal de Cultura.

Na pessoa do Presidente da Câmara de Vereadores, José Harry, aos membros e colaboradores do Legislativo Municipal pelo acesso ao arquivo de Imprensa.

Na pessoa do jornalista, André Liziardi, à assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal pelas colaborações do arquivo digital.

Na pessoa do meu amigo Prefeito Municipal André Brito, à comunidade taquariense, minha terra natal.

Tenho sublinhado que os “patrimônios culturais” seriam melhor entendidos se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2007, p. 198).

RESUMO

As dificuldades de acesso à propriedade de terras cultiváveis no arquipélago dos Açores e a necessidade de ocupação das terras sulinas da América portuguesa levaram o Império Lusitano a promover o programa migratório no século XVIII. Neste processo, a migração açoriana deixou a sua contribuição étnico-cultural em grande parte do território brasileiro e na formação populacional de vários assentamentos no Rio Grande do Sul, inclusive o de Taquari. É o legado patrimonial da colonização açoriana em Taquari o objeto deste estudo. O patrimônio local não está plenamente identificado e existe necessidade de produzir conhecimento para ações de proteção e gestão patrimonial. Assim, o objetivo do trabalho foi verificar a contribuição da colonização por migrantes açorianos ao patrimônio cultural de Taquari. Para isso, a pesquisa fundamentou-se na seguinte base teórica: Migração e cultura (GOLGHER, 2004; IOTTI, 2001; SEYFERTH, 1986; BOURDIEU, 1997; RIBEIRO, 1995); identidade e território (POLLAK, 1992; RONCAYOLO, 1986; SERPA, 2017; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2011); patrimônio e memória (CHOAY, 2001; PRATS, 2005; CHUVA, 2009; GONÇALVES, 2007; NORA, 1993; LE GOFF, 1990; MOTTA, 2000); e conceitos relacionados. Foi adotada uma abordagem qualitativa com coleta de dados por observação em campo e visita a acervos locais a partir da nova história cultural (BURKE, 2005) e da etnometodologia (GARFINKEL, 1984). Os dados foram organizados em paralelo a coleta. Foram identificados, descritos criticamente e analisados elementos da paisagem cultural, do patrimônio urbano, dos bens culturais móveis e das referências culturais que abrangem o patrimônio imaterial de Taquari. Neste contexto, foram destacadas singularidades que outorgam valores culturais específicos à cidade. Como principais contribuições e perspectivas futuras ficam os subsídios para as políticas culturais, em especial para os programas de inventário, proteção, divulgação e educação patrimonial.

Palavras-chave: açorianos; migração açoriana; patrimônio cultural; Taquari.

ABSTRACT

Difficulties in accessing farmland in the Azores archipelago and the need to occupy the southern lands of Portuguese America led the Lusitanian Empire to promote the migratory program in the 18th century. In this process, the Azorean migration left its ethnic-cultural contribution in a large part of the Brazilian territory and in the population formation of several settlements in Rio Grande do Sul, including Taquari. It is the heritage legacy of the Azorean colonization in Taquari that is the object of this study. Local heritage is not fully identified and there is a need to produce knowledge for heritage protection and management actions. Thus, the objective of this work was to verify the contribution of colonization by Azorean migrants to the cultural heritage of Taquari. For this, the research was based on the following theoretical basis: Migration and culture (GOLGHER, 2004; IOTTI, 2001; SEYFERTH, 1986; BOURDIEU, 1997; RIBEIRO, 1995); identity and territory (POLLAK, 1992; RONCAYOLO, 1986; SERPA, 2017; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2011); heritage and memory (CHOAY, 2001; PRATS, 2005; CHUVA, 2009; GONÇALVES, 2007; NORA, 1993; LE GOFF, 1990; MOTTA, 2000); and related concepts. A qualitative approach was adopted with data collection by field observation and visits to local collections based on the new cultural history (BURKE, 2005) and ethnomethodology (GARFINKEL, 1984). Data were organized in parallel to collection. Elements of the cultural landscape, urban heritage, movable cultural assets, and cultural references that comprise the intangible heritage of Taquari were identified, critically described, and analyzed. In this context, singularities that grant specific cultural values to the city were highlighted. As main contributions and future perspectives are the subsidies for cultural policies, especially for the inventory, protection, dissemination, and heritage education programs.

Keywords: Azoreans; Azorean migration; cultural heritage; Taquari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de 1749 das Cortes de Portugal e Espanha..	38
Figura 2 - Edital de convocação aos açorianos para emigrar (1746).	41
Figura 3 - Algumas povoações que receberam açorianos	60
Figura 4 - Divisão Municipal da Capitania de São Pedro em 1809	72
Figura 5 – Réplica do primeiro mapa de Taquari de 1771	80
Figura 6 – Do Bairro Praia ao Centro de Taquari. Mapa descritivo e iconográfico, urbano e turístico, do município..	84
Figura 7 - Projeto do Forte do Rio Taquari (1764).....	94
Figura 8 - Margem do Rio Taquari com escadarias do antigo porto.....	95
Figura 9 - Margem do Rio Taquari, com “Passo da Barca” e cidade alta.....	96
Figura 10 - Lagoa Armênia.....	97
Figura 11 - Palco de Eventos "Tia Helena" (Margem da Lagoa Armênia).....	98
Figura 12 - Praça D.Pedro II e Monumento aos açorianos	100
Figura 13 – Avenida Jacob Arnt	101
Figura 14 – Entrada da antiga região portuária (Av. Jacob Arnt)	101
Figura 15 - Bairro Praia em Taquari-RS.....	102
Figura 16 - Projeto da Vila de São José do Taquari (1767).	103
Figura 17 - Praça da Matriz São José.....	104
Figura 18 - Sobreposição do plano original da Vila sobre o traçado urbano atual ..	104
Figura 19 - Igreja Matriz de São José antes da construção da torre.....	108
Figura 20 - Igreja Matriz de São José antes do incêndio	109
Figura 21 - Igreja Matriz de São José com a torre (1900) em destaque	110
Figura 22 - A Igreja Matriz de São José (1768), fachada, gruta e sacristia.....	110
Figura 23 - Prédio da Intendência Municipal no final do século XIX.....	111
Figura 24 - Prédio da Intendência Municipal no início do século XX.....	112
Figura 25 - Prédio da antiga Intendência Municipal no início do século XXI.....	113
Figura 26 - Projeto Centro de Cultura e Turismo de Taquari-RS	114
Figura 27 - O Colégio Dona Margarida no final do século XIX.....	115
Figura 28 - Antigo Colégio Dona Margarida e Fórum de Taquari.....	116
Figura 29 - Casas das filhas de Antônio Porfírio da Costa.	117
Figura 30 - Casa de Cultura Costa e Silva, ainda em funcionamento.....	119

Figura 31 - Fundos do Theatro São João em meados do século XX	120
Figura 32 - Theatro São João antes da restauração	121
Figura 33 - Theatro São João (1893).	122
Figura 34 - Imagem original de São José recebida em 1765.	124
Figura 35 - Arquivo com edições encadernadas do Jornal O Taquaryense	125
Figura 36 - Praça São José e o Império do Espírito Santo em 1884.....	132
Figura 37 - Programação da Festa do Divino Espírito Santo de 1922 em Taquari .	133
Figura 38 - O Império do Divino Espírito Santo na década de 1980.	136
Figura 39 - Casais festeiros de 2022 e Irmandade de São José.....	138
Figura 40 - Novena de São José.....	139
Figura 41 - A procissão de São José	139
Figura 42 - Procissão do Santíssimo Sacramento 2022 saindo da Igreja Matriz	141
Figura 43 - Tapetes coloridos de Corpus Christi recebendo a procissão.	141
Figura 44 - A bênção do Santíssimo Sacramento	142
Figura 45 - Natal Açoriano em Terra Gaúcha na Lagoa Armênia	143
Figura 46 - Participantes do espetáculo acompanhando o show de fogos	144
Figura 47 - Cantigas na Folia de Santos Reis	145
Figura 48 - Grupo de Terno de Reis no Natal Açoriano em Terra Gaúcha	146
Figura 49 - Preparação do Fervido.....	150
Figura 50 - Arroz de Leite em preparação.....	151

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentação do Tema	17
1.2 Objetivos	18
1.3 Justificativa	19
1.4 Estado da Arte	20
1.5 Procedimentos Metodológicos	31
2 A MIGRAÇÃO AÇORIANA ATÉ O PASSO DO TEBIQUARY: O contexto histórico nas vertentes da identidade cultural e da territorialidade	37
2.1 Dos Açores ao Novo Mundo: o processo migratório dos ilhéus colonizadores	39
2.2 Os açorianos no sul do Brasil: a ocupação territorial e a construção identitária	51
2.3 São José do Taquari: povoamento e colonização	73
3 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE TAQUARI: O processo dinâmico que guarda a memória coletiva	86
3.1 O patrimônio paisagístico urbano: da escala territorial à arquitetônica	90
3.1.1 A paisagem cultural	92
3.1.2 A estrutura urbana	99
3.1.3 A arquitetura	105
3.1.4 Bens culturais móveis	123
3.2 O patrimônio religioso e cotidiano: do material ao imaterial	126
3.2.1 Celebrações, festas e tradições religiosas presentes na vida social	128
3.2.2 Saberes e fazeres enraizados na comunidade	147
4 O LEGADO PATRIMONIAL DA MIGRAÇÃO: Discutindo a açorianidade em Taquari	152
4.1 O patrimônio local representativo: a contribuição açoriana e a participação dos outros grupos étnicos	153
4.2 Elementos identitários sentidos ou valorizados: representatividade, reconhecimento, proteção e educação patrimonial	157
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	166

APÊNDICE A – Escadarias do antigo porto	178
APÊNDICE B – Igreja Nossa Senhora das Dores (1916) no Bairro Praia	178
APÊNDICE C – Monumento a Jacob Arnt.	179
APÊNDICE D – Monumento aos Açorianos (1949).....	179
APÊNDICE E – Monumento Casal Açoriano (2019).....	180
APÊNDICE F – A procissão de São José.	180
APÊNDICE G - A procissão de Corpus Christi	181
ANEXO A - Localização do Arquipélago dos Açores	182
ANEXO B - Localização atual do Município de Taquari-RS	182

1 INTRODUÇÃO

Os Açores é um dos dois arquipélagos habitados que integram a República Portuguesa. Está afastado cerca de 800 milhas da Península. Conta com um clima marítimo, temperado e bastante úmido (TORRES, 2004). Já no século XVI, a ausência de população nativa na Madeira e nos Açores, levou o governo português a enviar colonos peninsulares para ocupar os arquipélagos atlânticos, antes que outras potências o fizessem (FONTOURA, 2012). A vida insular tinha peculiaridades que a diferenciava da dos portugueses do continente (SANTOS, 2007), expressadas principalmente na cultura imaterial e em alguns elementos de organização territorial. Desta realidade, proveio um “jeito de ser açoriano”, definido por Vitorino Nemésio como “açorianidade” (LEAL, 1997).

Na composição da população das ilhas vieram portugueses de diversas regiões do reino, inclusive flamengos, mouros e judeus conversos, fugindo da perseguição religiosa (FORTES, 1999). Já no século XVIII a população padecia pela escassez de terras cultiváveis que, estavam nas mãos de poucos. Famílias grandes, colheitas pequenas e carestia dificultavam a vida (TREVISAN, 2002) e a transferência para a Luso-América parecia ser a saída.

A migração dos açorianos (e também de madeirenses), desde os primórdios da colonização, e depois como casais de números em um programa de governo com subsidio, como política pública, no século XVIII, atracando em terras da América portuguesa (BARROSO, 2002), atingiu grande parte do território, trazendo consigo a sua bagagem cultural. A Coroa Portuguesa introduziu colonos, em pontos estratégicos do território brasileiro, pensando em tarefas de controle social e econômico (RIBEIRO, 1995). Esta ação resultou em hibridações culturais (BURKE, 2003) em várias escalas.

Na Amazônia, povoada com açorianos no século XVII, os encontros culturais com as comunidades nativas geraram populações mestiças com um modo de vida essencialmente indígena. Descendo aos atuais territórios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no século seguinte, a realidade de pobreza, o cenário de guerras e a necessidade de sobrevivência, obrigaram por diversas vezes os colonos ilhéus a adaptarem a sua cultura ao modo de subsistência (RIBEIRO, 1995). Ocupar o território e iniciar o processo de colonização era a ideia dos portugueses. A Ilha de

Santa Catarina foi o primeiro destino (RAMIREZ, 2005), e daí passavam ao atual território sulino. Traziam consigo projetos, sonhos, promessas institucionais e um expressivo patrimônio cultural imaterial. Ao longo do século XVIII, os açorianos contribuíram com o povoamento de assentamentos já existentes e para a formação de novos.

Mais precisamente na capitania de São Pedro, as povoações açorianas se formaram em pontos estratégicos e seguindo ações emergenciais do governo local. Em alguns casos, formações espontâneas se sobrepuseram a locais pré-habitados, inclusive em estâncias, cabendo ao então Governador José Custódio de Sá e Faria¹ dar cumprimento ao assentamento dos migrantes açorianos, iniciando por São José do Taquari (DURÁN; GUTIÉRREZ, 2020). A presença açoriana gerou vários aglomerados urbanos, sendo que, desde o ponto de vista urbanístico, poucas destas ocupações seguiram os padrões de ocupação característicos das ilhas. A exceção, como se explicará mais adiante, foi São José do Taquari (DURÁN, 2009).

Dessa forma, o Rio Taquari, como barreira natural, foi o motivo estratégico que levou o então governador, em 1764, a instalar o primeiro assentamento dos ilhéus migrantes à sua margem esquerda. Dava acolhida aos retirantes do Rio Pardo e de Viamão e demarcava a resistência aos avanços do inimigo pela ocupação. O primeiro povoado constituído essencialmente para receber açorianos no Rio Grande do Sul (FORTES, 1999).

Observa-se em Iotti (2001) que o termo mais adequado para a vinda dos casais açorianos à América Portuguesa seria “migração”, considerando que tanto os Açores, quanto a Capitania de São Pedro, estavam sob jurisdição política da Coroa Portuguesa. No entanto, considerando que os açorianos cruzaram o oceano para desenvolver um processo de colonização em um “Novo Mundo”, trazendo consigo suas bases culturais para implantar em um território totalmente estranho, e por isso então, entendemos que a classificação “imigrantes” não deve ser considerada inadequada, pois as dificuldades da viagem, a distancia e as diferenças entre os lugares, permitem considerar o deslocamento como “imigração”. Neste estudo porém, utiliza-se o termo “migrantes”.

¹ Foi um engenheiro militar português, cartógrafo, arquiteto e geógrafo que governou a Capitania de São Pedro de 1764 a 1769. Além da gestão em tempos de guerra, deixou grande contribuição para o urbanismo e para a arquitetura religiosa e civil na América do Sul (DURÁN; GUTIÉRREZ, 2020).

1.1 Apresentação do Tema

Partiu-se do entendimento de *cultura de matriz açoriana* como o resultado de um processo. O jeito de ser açoriano, denominado por Vitorino Nemésio de “açorianidade” (LEAL, 1997), foi desenvolvido pelos portugueses que precisaram adaptar o seu modo de vida ao meio geográfico diferente no ambiente insular, considerando não haver nativos habitando o arquipélago anteriormente. Este capital cultural², que foi trazido pelos migrantes e assimilado em terras brasileiras, se manifestou de formas diferentes, se misturando com culturas receptoras, de norte a sul do Brasil (RIBEIRO, 1995).

Esta cultura de matriz açoriana resulta do que acompanhou os habitantes das ilhas, desde os seus costumes até a memória dos colonizadores, refletindo no imaginário de quem se propunha a construir uma nova vida na América. O processo de encontros culturais entre os migrantes e os subsídios da cultura indígena, já existente no interior do Continente de São Pedro, gerou uma variada herança cultural, através dos séculos.

Alves (2005, p. 13) destaca que “O início do povoamento no Rio Grande do Sul, além do índio, já reduzido em número, apresenta a contribuição significativa do português, [...] açoriano e do negro”. Essas marcas ainda permanecem no cenário cultural das regiões colonizadas pelos casais ilhéus vindo dos Açores, conforme afirma Ramirez (2005, p.17): “O linguajar, os costumes e a religiosidade constituem trindade presente no cotidiano viver das povoações primeiras [...] Até hoje [...], encontram-se no Rio Grande do Sul vocábulos e locuções peculiares”.

O objeto de pesquisa presente neste trabalho encontra-se a partir da temática da cultura de matriz açoriana, delimitado neste estudo, na colonização açoriana, em Taquari-RS, e o processo de formação do patrimônio cultural local. **O legado patrimonial da migração açoriana em Taquari.** Este “legado patrimonial” da colonização açoriana não está plenamente identificado, embora exista o reconhecimento histórico das contribuições dos migrantes.

² O conceito de capital cultural proposto por Pierre Bourdieu no âmbito da educação (BOURDIEU, 1997) e adequado para estudos históricos e arqueológicos por William Fowler (FOWLER; LEMUS, 2016) é retomado neste trabalho para definir a bagagem que traziam os açorianos.

A intenção da investigação desenvolvida partiu da premissa de que quando da chegada dos migrantes europeus já haviam habitado na região comunidades indígenas, bem como estancieiros instalados nos arredores. A mais antiga referência de habitação humana no Passo do Tebiquary (Rio das Taquaras) é da tribo dos Patos (BECKER, 2001), nativos que faziam parte da grande nação indígena Guarani. Devido à riqueza que representava o rio, a região foi muito disputada (FARIA, 1981). Foi a partir do interesse português em povoar a região das missões e estabelecer posse, que se tornou estratégico uma fortificação militar às margens do Rio Tebiquary. Com os ilhéus pretendia-se ocupar áreas de fronteira em litígio. Surgiu, então, por volta de 1760, a ideia de assentar casais açorianos para criar uma povoação na margem do rio, recebendo terras com títulos de propriedade (SILVA, 2012).

Os primeiros anos da colonização açoriana na região do Vale do Taquari foram muito difíceis. O governo português não cumpriu com todas as promessas que haviam sido feitas aos casais. No entanto, a sua herança cultural os acompanhou. Desde o primeiro momento, a cultura açoriana começou a definir a religiosidade até os mais simples costumes da vida cotidiana. A construção da identidade cultural (HALL, 2006) de Taquari.

Neste contexto, a problemática proposta e abordada neste estudo é: **Qual foi a contribuição da migração açoriana na formação da identidade cultural de Taquari expressada no seu patrimônio?** Quais são os elementos da cultura material e imaterial associados à migração açoriana preservados? Com estas questões busca-se alcançar o objeto de estudo presente no problema de pesquisa proposto, o qual conduziu a definição dos objetivos deste trabalho.

1.2 Objetivos

Considerando a problemática exposta em torno do objeto de pesquisa, este estudo tem como principal objetivo: **Verificar a contribuição da colonização por migrantes açorianos ao patrimônio cultural de Taquari.** E para alcançá-lo destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Estudar o processo histórico da migração açoriana e povoamento no sul do Brasil para contextualizar a formação de Taquari.
- Analisar a participação da colonização açoriana na definição da paisagem cultural e do patrimônio material e imaterial de Taquari, desde uma perspectiva integradora e processual.
- Identificar a representatividade da cultura de matriz açoriana e as possíveis interações com os outros grupos étnicos na formação do patrimônio local.
- Produzir subsídios para futuros processos de proteção como registro, inventários e/ou tombamentos em nível local, estadual ou nacional; bem como programas de educação patrimonial.

1.3 Justificativa

O estudo é relevante para o trabalho de gerenciamento sustentável dos bens culturais. Deve construir um processo de reconhecimento do patrimônio, identificando as práticas, as narrativas, os atores na *ativação patrimonial* (PRATS, 2005) em potencial associado à cultura de matriz açoriana na cidade. Dessa forma, colaborar no estabelecimento de um diagnóstico da situação do patrimônio em Taquari e proporcionar o estabelecimento de diretrizes de uma política patrimonial e prioridades de gestão para o desenvolvimento de instrumentos eficientes de preservação.

No aspecto teórico, as consequências do estudo para o conhecimento científico são no sentido de avançar sobre uma lacuna que se evidencia em um grande desconhecimento e se manifesta na existência de mitos e estereótipos, além de certa invisibilidade, que existe sobre a contribuição açoriana para o patrimônio cultural local em Taquari. Considerando os diversos trabalhos publicados sobre a historiografia local e a colonização açoriana, em comparação com estudos apresentados sobre a cultura açoriana em neste Estado, identifica-se a necessidade de um estudo mais específico.

De forma prática, a relevância do estudo está em proporcionar à população o conhecimento e a aproximação ao seu patrimônio cultural. Os resultados do trabalho devem contribuir nas ações da sociedade local na direção da preservação do seu patrimônio, produzindo inclusive elementos para os processos de registros e

tombamentos, bem como outras medidas de proteção. Da mesma forma, devem sugerir dispositivos como recursos de construção identitária e despertar o interesse da população para a apropriação dos seus bens culturais (HORTA, 1999), que poderão, em um futuro, servir de base para desenhar material a ser aplicado em programas de educação patrimonial.

Em âmbito geral, cabe ainda salientar que este estudo se propôs a fazer uma análise dos bens patrimoniais associados à cultura de matriz açoriana em Taquari. Esta tarefa impõe limitações, mas também abre perspectivas para estudos futuros direcionados ao aprofundamento de elementos levantados. Assim, a pesquisa se justifica por pretender ser uma contribuição específica dentro de uma grande engrenagem acadêmica que trabalha em torno da temática açoriana no sul do Brasil.

1.4 Estado da Arte

A fundamentação teórica deste estudo consiste em uma revisão de literatura que contempla: a) O referencial de conceitos-chave: 1 - migração e cultura; 2 - identidade e território; 3 - patrimônio e memória. b) O referencial metodológico: 1 - nova história cultural; 2 - etnometodologia. c) A revisão bibliográfica sobre a historiografia do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, sobre Taquari. d) O estado da arte sobre as publicações acadêmicas mais recentes com a temática da colonização açoriana no Vale do Taquari e seus legados culturais. As partes “a,b,c” desta revisão aparecem com seus conceitos relacionados, permeando as seções do presente trabalho, enquanto a parte “d” está a seguir demarcando o ponto de partida desta pesquisa.

Neste estado da arte foi considerada a janela temporal de dez anos para artigos publicados em periódicos científicos indexados na base de dados do Google Acadêmico ou em repositórios de universidades federais. Apresentaremos a seguir, em ordem cronológica das publicações, um levantamento destes estudos, destacando os aspectos que se aproximam e dialogam com a proposta de investigação desta pesquisa, observando os conceitos-chave e estruturando a discussão para com os resultados obtidos por este estudo.

Inicia-se com o estudo publicado em 2012, no artigo *A histórica cidade de Taquari e os vestígios da arquitetura colonial luso-açoriana: uma proposta de*

educação patrimonial. O trabalho parte de pesquisa sobre o patrimônio cultural edificado de Taquari que apresenta características da arquitetura luso-brasileira trazido pelos colonos açorianos. A proposta foi inventariar construções antigas no centro da cidade e iniciar um programa de educação patrimonial, evoluindo para a análise de outros elementos culturais que remontam a origem do povoado e, desta forma, trabalhar a história da cidade sede do município chamado de “mãe do Vale do Taquari”.

Infelizmente muitas dessas edificações históricas se perderam em parte ou totalmente, enquanto a grande maioria das que resistiram foram bastante agredidas [...] numa faixa que vai desde o Bairro Praia até subir a colina em direção ao centro (SILVA, 2012, p.15).

O estudo iniciou com uma ampla análise da historiografia local disponível, contemplando a colonização açoriana do Município, e complementando com uma revisão teórica sobre patrimônio cultural, educação patrimonial e arquitetura colonial luso-brasileira trazida pelos colonizadores. Depois, partiu para a descrição do início da povoação e as primeiras edificações. A análise dos dados e exposição dos resultados sobre as edificações pesquisadas reúne desde as características dos prédios até o contexto histórico dos mesmos. A descrição crítica do patrimônio edificado e o processo histórico relacionado. Em seguida, a proposta pedagógica de aplicação destes resultados vem no formato de um projeto de educação patrimonial.

Taquari, com toda a sua representatividade histórica e herança cultural centrada na colonização de origem luso-açoriana, se ressentia da falta de um programa direcionado na área da Educação Patrimonial. [...] todo contexto patrimonial da cidade pôde ser observado e se constatou o quanto ainda se tem a evoluir na direção de se construir uma “identidade cultural ativa”, ou seja, um entendimento mais amplo do que é e de como se pode fazer uso, do Patrimônio Cultural da cidade (SILVA, 2012, p. 29).

Em 2016, temos outro estudo em linha semelhante, publicado através do artigo *Imigrantes açorianos e seus descendentes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: processo histórico envolvendo movimentações e práticas socioculturais*, assinado por Laroque et al. (2016). O trabalho aborda a história dos açorianos na região, bem como a sua ocupação territorial e as práticas culturais e econômicas deste grupo étnico.

Os açorianos, instalados tanto em São José do Taquari como em Santo Amaro, dedicaram-se ao cultivo de hortaliças e do trigo como alternativa para a obtenção da sustentabilidade econômica. As localidades em questão foram propícias para a introdução de hortaliças e frutas de origem europeia e africana (LAROQUE et al., 2016, p. 108).

Tais lavouras somam-se ao trigo, que se tornou em seguida uma cultura especializada. O estudo enfatiza, também, o crescimento populacional, dentro da mesma etnia, impulsionado por formações de novas famílias nos primeiros anos do povoamento, conforme registros eclesiásticos. Segundo Laroque et al. (2016, p.109), “Essas famílias, instaladas inicialmente em São José do Taquari, contribuíram, no decorrer dos anos, para o reforço étnico açoriano e a continuidade de elementos culturais dos ilhéus lusitanos”. De acordo com o estudo, forte presença cultural açoriana é guardada na região ainda hoje.

O texto apresenta uma leitura, em contexto histórico, da formação regional do Vale do Taquari, destacando seu espaço territorial e características étnico-culturais. Nesta análise, o estudo pontua as movimentações populacionais ocorridas, bem como a chegada dos imigrantes alemães e italianos na região. No entanto, destaca que a relação com o território colaborou para o fortalecimento identitário do grupo étnico açoriano, mesmo interagindo com outros grupos.

[...] no caso dos açorianos e dos produtores rurais descendentes das microrregiões centro e sul que estudamos, mesmo com a interação das unidades étnicas ao longo da história, percebe-se que este grupo não perdeu seus elementos culturais, e essas interações serviram justamente para o fortalecimento do sentimento de pertença (LAROQUE et al., 2016, p.114).

Em relação às práticas socioculturais propriamente ditas, o estudo faz referência às práticas religiosas na tradição católica, como o terno de reis e as irmandades, fazendo referência a sua representatividade dentro da sociedade local. “[...] as irmandades seriam formas de sobrevivência local, trazendo para os dias atuais maior união entre a comunidade, que organiza a festa da paróquia de São José de Taquari [...]” (LAROQUE et al., 2016, p. 117).

Finalizando, Laroque et al. (2016, p. 119) destaca que “[...] com os produtores rurais das microrregiões com descendência nos ilhéus, podemos perceber que há uma forte herança cultural, apesar do distanciamento histórico da colonização.” Nesta constatação, enfatiza a memória passada de pai para filho, dos contos sobre o desbravamento da terra. Salienta também o quanto esta memória se reflete na identidade cultural da microrregião. O estudo conclui dizendo que houve sim, em parte, algumas descontinuidades culturais. Porém, o grupo étnico açoriano do Vale do Taquari soube se adaptar às relações com a natureza, reatualizar a produção de

alimentos e garantir a sua sobrevivência. Dessa forma, conseguiram manter vivos vários elementos culturais.

No ano seguinte, um novo estudo foi publicado, através do artigo *Tradições culturais açorianas e de seus descendentes na região Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil* por Silva; Laroque e Machado (2017). O trabalho se propôs a analisar os elementos da cultura açoriana ainda presentes na descendência deste grupo, enfatizando as tradições religiosas, aspectos arquitetônicos e gastronômicos que remontam a colonização por açorianos no Vale do Taquari, mais especificamente nos Municípios de Taquari e Paverama.

O texto inicia fazendo um contexto histórico da colonização na região. No relato, o trabalho destaca a ocupação anterior da região por grupos indígenas, mas enfatiza as referências culturais aplicadas pelos açorianos no povoamento do Vale do Taquari, pontuando ser “[...] é possível pensar que muitos elementos culturais trazidos pelos açorianos, em contato com a realidade rio-grandense, foram reinventados para suportar as péssimas condições a que foram submetidos [...]” (SILVA; LAROQUE; MACHADO, 2017, p.188).

Na sequência, o estudo começa a referenciar os elementos culturais destacados pela investigação como de origem açoriana. Inicialmente, menciona a cultura brasileira como resultados de muitas matrizes étnicas-culturais, como europeus, africanos e vários grupos indígenas. Também, enfatiza a bagagem cultural dos colonos açorianos que vieram povoar a região, na culinária, na arquitetura e na religiosidade, destacando a variedade cultural dos colonizadores. A partir daí, o estudo começa a falar mais especificamente de cada um desses elementos culturais.

O primeiro elemento em destaque é a alimentação e a forma como seus costumes foram trazidos e readaptados à nova realidade. O estudo traz muitas referências da gastronomia como elemento cultural. Vários pratos típicos são destacados como parte da tradição culinária readaptada, como a substituição dos peixes pela carne no caldo verde, por exemplo. Pratos salgados e doces que ocupam ainda espaço nos hábitos alimentares da população local. “Os doces de leite e em calda feitos de frutas diversas eram bastante apreciados pelos colonizadores açorianos, sendo uma prática diária adotada em sua gastronomia” (SILVA; LAROQUE; MACHADO, 2017, p.192). As referências dispensam

considerável importância a este segmento como elemento cultural de matriz açoriana na região.

Em seguida, o trabalho faz destaque à questão da arquitetura. Conforme Silva, Laroque e Machado (2017, p. 193) “Nas cidades de colonização açoriana, foi empregada uma arquitetura simples e modesta, tanto nas primeiras residências como nas igrejas. O estilo arquitetônico empregado foi o colonial barroco”. Porém, o texto destaca que originalmente construídas pelos açorianos colonizadores resta somente a Igreja Matriz São José de Taquari e que, as imensas dificuldades enfrentadas pelos primeiros povoadores são referidas pelo trabalho como perceptíveis nos traços arquitetônicos. Para Silva, Laroque e Machado (2017, p.194), “O resultado era visível na arquitetura muito simples e pobre, que refletia a situação de carência em que viviam”. O texto aponta que, com o passar dos anos, houve uma melhora socioeconômica gradativa, que foi conduzindo a construção de edificações mais resistentes.

[...] os açorianos que colonizaram Taquari fizeram as suas casas com o que eles tiravam do mato, da barranca do rio. [...] para fazerem as suas casas de acordo com a planta urbana traçada na época para a cidade, onde tinha a praça, as ruas, a igreja. [...] A partir daí, passa a predominar uma arquitetura de forma retangular, geralmente, com mais de uma entrada e janelas colocadas simetricamente (SILVA; LAROQUE; MACHADO, 2017, p. 195).

Outro elemento cultural abordado pelo estudo foi a religiosidade. Essa chega a ser considerada a mais preponderante forma de observar a presença da cultura açoriana. Segundo os autores, é bem provável que as condições adversas da vida nas ilhas, desde a terra, o clima e questões climáticas desfavoráveis, contribuíam para a necessidade da fé, da proteção sagrada. Isso resultou em uma forte tradição católica, que foi trazida pelos colonizadores.

O texto faz referência, também, às festas religiosas, grupos de oração, procissões e às irmandades, como instrumentos de congregar as famílias. Em Taquari, já não existe mais a irmandade do Divino Espírito Santo e até mesmo o império foi destruído na década de 1980. Porém, a irmandade de São José permanece ativa e realiza, anualmente, os festejos do padroeiro, incluindo novena e procissão com a imagem original, vinda de Portugal.

O estudo afirma que, desde o processo de colonização, a criação das irmandades e a construção de capelas possibilitaram a comunicação e a

sociabilidade entre os colonos açorianos. Esses laços de amizade e relações familiares foram fundamentais para a preservação de elementos culturais ao longo do tempo. Outra função importante das irmandades foi organizar e garantir que as festas religiosas não se tornassem profanas aos olhos da Igreja. Os autores concluem destacando que, em Taquari, na atualidade, o Natal Açoriano e a Romaria de Nossa Senhora da Assunção ocupam grande espaço, e que diversos elementos da tradição açoriana encontram continuidade, com readaptações pelos descendentes dos colonizadores.

Um ano depois, outro estudo veio publicado no artigo *Quando Migrar é Necessário: açorianos povoam o continente de Rio Grande de São Pedro (meados do século XVIII)*, de Rosa e Laroque (2018). O trabalho aborda a migração de açorianos para a colonização do Rio Grande do Sul, com foco na Freguesia de São José de Taquari.

O estudo apresenta as condicionantes que levaram à necessidade de os açorianos se lançarem neste processo migratório. A inconstância, as movimentações e a instabilidade são os termos enfatizados pelo trabalho para caracterizar este processo, bem como a chegada dos colonos neste continente, através do porto da Vila de Rio Grande. Partindo deste evento, Rosa e Laroque (2018) desenvolvem uma análise sobre o contexto histórico da migração e instalação dos ilhéus no Rio Grande do Sul com a concessão das datas de terras prometidas pela Coroa Portuguesa a partir do Edital de 1747.

Os autores relatam que fortificações foram erguidas nas margens do Rio Taquari e Jacuí, como estratégia militar, devidos aos conflitos entre as coroas ibéricas. Os rios se constituíam em barreiras naturais, o que motivou a doação de sesmarias a líderes militares e impulsionou a criação dos povoados de Santo Amaro e Taquari.

Conforme Rosa e Laroque (2018, p. 113), “A fundação do povoado de Taquari se deu concomitante à construção do Forte no local, pois sua localização permitia o controle da navegação sobre o Taquari”, dada a importância que o rio representava. Com a iniciativa do Governador, “A fundação da Freguesia de Taquari se deu a partir da instalação dos casais no ano de 1764”. Com forte tradição católica, uma capela foi logo erguida para os atos religiosos costumeiros. Um ano após já havia

um pároco, Padre Manoel da Costa Mata, e na década de 1770, a construção da Igreja Matriz, a mesma que permanece até hoje.

Também, em 2018, outro trabalho apresenta a sequência do processo de migração, demonstrando principalmente as condições de acesso e utilização da terra, bem como o desenvolvimento econômico no novo assentamento açoriano. O estudo foi publicado no artigo *Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (Sul da América Portuguesa, 1750-1800)*, de Rosa (2018).

Após contextualizar o processo histórico da migração, a partir da Provisão de 1747, a autora faz destaque às concessões de terras aos migrantes, no Continente de São Pedro e, especificamente, na freguesia de Taquari. Referindo a análise e discussão de fontes primárias Rosa (2018, p.108) afirma que “A presença açoriana na região próxima ao rio Taquari pode ser constatada já em 1758, expressa no Rol de Confessados de Triunfo do mesmo ano”. No entanto, somente no governo de José Custódio de Sá e Faria tem início a instalação dos casais migrantes para posterior demarcação de terras.

O estudo enfatiza a função de proteção das grandes estâncias, no sentido econômico que a colonização representava, sendo mais direcionada à da agricultura, enquanto a criação de gado era resguardada aos grandes estancieiros. A autora destaca que não havia interesse por parte da Coroa Portuguesa, que os açorianos se dispersassem pelo Continente, e por isso, apesar do cenário de conflito, regularizou a freguesia de Taquari, mesmo sem a legal distribuição da posse da terra. Estas concessões ocorreram a partir da década de 1770. “Todos aqueles identificados como casais receberam, na freguesia de São José de Taquari, um terreno com [...] o que, em média, corresponde a 272 hectares” (ROSA, 2018, p. 111-112).

O tamanho das Datas de terra, 272 hectares, não era adequado à pecuária, pois era necessário usar a terra com a produção de alimentos. Rosa (2018, p. 112) ainda declara que “Nas doações, realizadas a partir de janeiro de 1771, constam cinquenta e cinco suplicantes recebedores das datas de terras na freguesia de São José de Taquari”. Foi o acesso legal à terra que consolidou de fato o povoamento açoriano na região e em todo o território fronteiriço.

Analisando este acesso e desenvolvimento futuro, conforme dados levantados, Rosa (2018, p. 116) informa que, em 1784, “dos cinquenta e cinco

açorianos agraciados, quarenta e quatro permaneciam moradores da freguesia de São José de Taquari”. E, além disso, “em torno de 40% da posse de terra no último quarteto do século XVIII na freguesia de Taquari pertenciam aos açorianos”. O estudo aponta que a lavoura era a principal atividade econômica, mas também possuíam criações.

A principal cultura, segundo o estudo, era o trigo, trazida pelos migrantes açorianos. Essa condição se manteve até meados do século XIX. Por sua natureza, a produção representava o sustento garantido da família, guardando importância simbólica. A triticultura proporcionou o crescimento de algumas propriedades rurais, praticando a agricultura familiar complementada, inclusive, com mão-de-obra escrava. Produzido em todas as freguesias fundadas com açorianos, o trigo alcançou a posição de principal produto agrícola de exportação do Rio Grande do Sul no final do século XVIII.

Ainda, no mesmo ano, outro estudo foi apresentado, no Panamá, em espanhol, trazendo uma investigação partindo da visão de urbanismo colonial sobre o patrimônio cultural local. É o *São José de Taquarí: Claves para el reconocimiento de un Paisaje Histórico Urbano* de Luísa Durán Rocca (2018). O trabalho destaca as características históricas de Taquari e sua relevância por ser o único povoado formado no século XVIII, no Rio Grande do Sul, que tem o projeto urbano conhecido. Enfatiza porém, que este patrimônio não está devidamente identificado e protegido.

Contextualizando, o estudo faz referência aos “Novos Planos de População” do século XVIII, destacando que ocorreram ao mesmo tempo na Europa e na América, inclusive em vários pontos do atual território brasileiro, e que seu objetivo principal era efetivamente marcar a soberania sobre o território e desenvolver as atividades econômicas na região. O texto discorre sobre esses planos até os tratados de divisão de terras e a necessidade da migração de colonos açorianos.

Durán (2018) relata que já havia deslocamentos migratórios de açorianos para o extremo norte do Brasil e para o extremo sul, nas proximidades do Rio da Plata, desde o século XVII. Já no século XVIII, o edital de 1747, da Coroa Portuguesa, deu a previsão do processo migratório de cerca de quatro mil famílias. Ainda, segundo a autora, foram notificadas as autoridades da Ilha de Santa Catarina, onde alguns colonos já ficariam, e da Vila de Rio Grande, onde os demais desembarcariam após descer pelo Mar. O texto descreve o que estava prometido,

na provisão, a cada família. As moradias e extensão de terras também estavam previstas, procurando se aproximar da realidade dos açorianos. Conforme Durán (2018, não paginado):

Em relação à arquitetura, foram propostas casas individuais, com isolamentos, lateral e traseira. Uma dimensão mínima não foi especificada para o lote e a amplitude foi deixada ao critério do autor do projeto. A simplicidade das casas inicialmente de um andar e a ampliação dos lotes produziram uma ocupação relativamente dispersa, semelhante à paisagem cultural açoriana (*tradução nossa*).³

O estudo faz referência à Guerra Guaranítica e seus efeitos no Continente de São Pedro e relaciona a este evento os assentamentos açorianos ao longo do Lago Guaíba, Rio Jacuí e Rio Taquari. Sobre Taquari, cita os eventos da sua fundação, posterior emancipação política e dados (geográficos, econômicos e sociais) atuais do Município. Sobre a fundação do povoado, o estudo destaca a ação do Governador José Custódio de Sá e Faria, bem como o projeto urbano. Além disso, o trabalho enfatiza o posicionamento estratégico do assentamento, junto ao rio e próximo à estrada que fazia ligação da região de minas com o extremo sul. A fortificação erguida nas margens do Taquari seria apoiada com o povoamento.

Sá e Faria, no cargo de Governador da Capitania, fez questão de concretizar o plano para a região Sulina e cumprir as promessas feitas aos imigrantes. Uma de suas ações foi à fundação da Villa de São José de Taquarí, a partir de projeto próprio, desenhado pelo engenheiro Manuel Vieira Leão (1767). Seu objetivo era apoiar a fortificação que também o próprio Sá e Faria projetaram (DURÁN, 2018, não paginado, *tradução nossa*)⁴.

A autora traz a planta do forte e, também, da Vila de São José. Em seguida, descreve detalhes do projeto urbano do assentamento. O estudo também refere que um povoamento de formação espontânea se constituiu anteriormente nas margens do rio e que, exatamente a vulnerabilidade ao avanço das águas levou Sá e Faria a

³ No original: “En relación a la arquitectura, se proponían casas individuales, con aislamientos laterales y posteriores. No estaba especificada una dimensión mínima para el lote y la amplitud quedaba a criterio del autor del proyecto. La sencillez de las casas inicialmente de un piso y la extensión de los lotes produjo una ocupación relativamente dispersa, semejante al paisaje cultural azoriano”.

⁴ No original: “Sá e Faria, en el cargo de gobernador de la Capitanía, se empeñó en concretizar el plan para la región sulina y cumplir las promesas hechas a los inmigrantes. Una de sus acciones fue la fundación de la Villa de São José de Taquarí, a partir de su propio proyecto, dibujado por el ingeniero Manuel Vieira Leão (1767). Su objetivo era dar apoyo a la fortificación que también el propio Sa y Faria proyectó”.

idealizar o projeto da vila no primeiro ponto mais alto, transferindo o povoamento definitivo.

Na prática, Taquarí já havia começado antes. Vários autores sustentam que as primeiras famílias de açorianos que ocuparam irregularmente as terras de Jerônimo de Ornellas se estabeleceram às margens do rio, onde se desenvolveria a futura capital. Quando o governador chegou, deve ter encontrado o assentamento inicial, linear e perpendicular ao rio. Como o local é uma ravina vulnerável a inundações, Sá y Faria redesenhou o projeto no cume do morro localizado a cerca de dois quilômetros do assentamento inicial [...]. (DURÁN, 2018, não paginado, *tradução nossa*).⁵

O estudo destaca que alguns detalhes do projeto original não foram executados, como a praça menor, os becos de serviço entre os lotes e os prédios anexos a nave da Igreja São José, entre os quais seria reservado a futura câmara. Somente o templo foi construído para a instalação da freguesia, guardando o registro dos primeiros açorianos do povoado. O estudo ressalta a ausência de ações sobre mecanismos de reconhecimento e preservação patrimonial em implementação, apesar de existir um dispositivo legal municipal vigente. O trabalho relata os reconhecimentos e tombamentos existentes no momento e apresenta as chaves para o reconhecimento do patrimônio cultural local. O patrimônio edificado é assim descrito por Durán (2018, não paginado):

Os edifícios são representativos da arquitetura luso-brasileira e ecletismo. Várias configurações volumétricas e implantação são preservadas exemplares, mas mais do que reconhecimentos singulares, é urgente identificar e valorizar as características de construção do complexo, regular futuras intervenções, estabelecer incentivos à conservação e uso da propriedade privada e dos imóveis abandonados (*tradução nossa*).⁶

Apesar de considerar os elementos culturais de origem açoriana como predominantes no Município, por serem o grupo fundador, o estudo sugere a necessidade de se pesquisar outras etnias que, também, habitaram na região. Para

⁵ No original: “En la práctica, Taquarí se había iniciado anteriormente. Varios autores sustentan que junto al río se instalaron las primeras familias de azorianos que ocupaban irregularmente en las tierras de Jerônimo de Ornellas, donde se iría a desarrollar la futura capital. Cuando llegó el gobernador, debió encontrar el asentamiento inicial, linear y perpendicular al rio. Como el lugar es un barranco vulnerable a las inundaciones, Sá y Faria replanteó el proyecto en la cresta del cerro localizado a unos dos kilómetros del asentamiento inicial[...].”

⁶ No original: “Las edificaciones son representativas de la arquitectura lusobrasileña y del eclecticismo. Se preservan en su implantación y configuración volumétrica varios ejemplares, pero más que reconocimientos singulares se hace urgente identificar y valorizar las características edilicias del conjunto, reglamentar las futuras intervenciones, establecer estímulos para la conservación y uso de los bienes privados y de los inmuebles abandonados”.

Durán (2018, não paginado, evitar estereótipos e narrativas romantizadas sobre o processo de colonização são de fundamental importância para a análise do patrimônio do Município.

A herança açoriana é o maior elemento da identidade cultural porque é o do grupo fundador. No entanto, suas manifestações são bastante idealizadas e fantasiosas e esta não é a única referência. É prioritário e justo estudar as possíveis contribuições de todas as etnias que coabitaram no local e também aquelas oriundas das interações entre elas (*tradução nossa*).⁷

O estudo destaca a necessidade de processos de tombamento sobre as edificações e o registro sobre práticas culturais de matriz açoriana. Além disso, sugere uma maior valoração da figura do fundador José Custódio de Sá e Faria, bem como da paisagem urbana história, da qual o traçado teria o engenheiro militar, na época inserido no cargo de Governador, como autor original.

Em 2020, foi publicado um estudo com um viés diferente, partindo da análise do potencial turístico, que trouxe, entre suas abordagens, o patrimônio cultural de Taquari. O mesmo está no artigo *Turismo e Patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros* assinado por Oliveira e Durán (2020). O trabalho abordou quatro assentamentos históricos, relativamente pequenos, que têm em comum a colonização açoriana no século XVIII, entre eles o centro de Taquari.

O estudo foi desenvolvido nos municípios de General Câmara/RS (Vila de Santo Amaro), Taquari/RS (Centro), Laguna/SC (Centro Histórico) e Florianópolis/SC (Freguesia de Santo Antônio de Lisboa). No que se refere a Taquari, traz como destaque, entre as justificativas pela escolha dos assentamentos, a “falta de conhecimento dos valores patrimoniais em Taquari” (OLIVEIRA; DURÁN, 2020, p. 37). Os autores trazem um breve contexto histórico e analítico da estrutura urbana que se formou. Fazem referência ao posicionamento estratégico do povoado na forma em que foi pensado pelo fundador José Custódio de Sá e Faria, na condição de engenheiro militar. Sobre a formação do atual centro da cidade, Oliveira e Durán (2020, p. 43) relatam:

⁷ No original: “La herencia azoriana es el mayor elemento de identidad cultural por ser la del grupo fundador. Sin embargo sus manifestaciones son bastante idealizadas y fantasiadas y esta no es la única referencia. Es prioritario y justo estudiar las posibles contribuciones de todos los grupos étnicos que cohabitaron el lugar y también las derivadas de las interacciones entre estos”.

O núcleo fundacional se posicionava em um local elevado, a 2 km de uma fortificação sobre o Rio Taquari. [...] Em consequência da presença do forte, junto ao rio já tinha sido formado por volta de 1760 um aglomerado. No século XX, os dois setores, o espontâneo e o planejado, estavam já inseridos na mesma estrutura urbana.

O estudo enfatiza o fato de Taquari ter um povoado planejado e esse documento encontrar-se preservado. O projeto corresponde ao centro geográfico da cidade, que se encontra inserido na estrutura urbana que a cidade possui na atualidade. Os autores destacam os elementos patrimoniais da cidade, que guardam tombamento em nível estadual e municipal, mas ressaltam que temas importantes não têm tido valoração patrimonial. Entre estes, a figura do fundador José Custódio de Sá e Faria. De forma complementar, os autores também descrevem alguns dados gerais e estatísticos do Município na atualidade. Referem, rapidamente, o patrimônio natural e as estruturas sobre ele. Junto a essas referências, apresenta definições sobre o patrimônio arqueológico e os elementos culturais que remontam os colonizadores, ainda preservados.

Considerando os resultados que estes estudos têm trazido ao público, observa-se que há, em relação a Taquari, informações fragmentadas, faltando uma leitura processual e integradora do patrimônio em suas diversas escalas. Assim, estrutura-se esse pesquisa no sentido de identificar as contribuições do processo migratório açoriano do século XVIII sobre o patrimônio cultural de Taquari.

Pretendeu-se identificar a representatividade da participação açoriana, ainda considerando hibridações a partir da participação de outros grupos étnicos. Desta forma, identificar e valorar bens culturais com capacidade de ativação patrimonial (PRATS, 2005) em Taquari, relacionando-os com os fenômenos históricos que os originaram.

1.5 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida foi, quanto ao objetivo, do tipo descritivo – exploratória. A abordagem é de natureza qualitativa, analisando o processo histórico da colonização de Taquari-RS por migrantes vindos do Arquipélago dos Açores, em meados do século XVIII, e as contribuições da cultura de matriz açoriana ao patrimônio cultural local.

O procedimento iniciou-se a partir da revisão de literatura, considerando os referenciais teóricos dos conceitos-chave, a historiografia do Rio Grande do Sul e de Taquari e os estudos acadêmicos sobre a colonização açoriana no Vale do Taquari recentemente publicados. No segundo momento, a pesquisa imergiu em campo em estudo etnográfico, no qual foram observadas e registradas referências culturais, de natureza material e imaterial, sentidas e percebidas no cotidiano da comunidade local. As observações foram realizadas em participações sistemáticas semanais em eventos sociais, grupos religiosos e pontos estratégicos de aglomerações e circulações de pessoas no núcleo urbano da cidade. Os registros foram acompanhados de consultas constantes aos acervos da Biblioteca Municipal e Sala Açoriana; e arquivos de imprensa, religiosos e civis da comunidade.

A corrente filosófica que embasa o método de pesquisa histórica da migração açoriana é a nova história cultural. Essa linha de pensamento constitui um novo modelo de pesquisa na ciência histórica. “A expressão ‘nova história cultural’ [...] entrou em uso no final da década de 1980 [...] A NHC é a forma dominante da história cultural [...] praticada hoje”. (BURKE, 2005, p.68). O padrão que já havia se desvencilhado da história política, avançou em uma nova perspectiva que proporciona os estudos mais específicos, inclusive em recortes de espaço.

A abrangência da chamada teoria cultural, impulsionada pelo avanço da nova história cultural tem um alcance teórico que fundamenta o trabalho de pesquisa. “O novo estilo de história cultural deve ser visto como uma resposta aos desafios já descritos [...], à expansão do domínio da ‘cultura’ e a ascensão do que passou a ser conhecido como ‘teoria cultural’.” (BURKE, 2005, p.69).

Já a corrente de pensamento sociológica que fundamenta a pesquisa de campo pelo método de estudo etnográfico, para avaliar as contribuições da migração no patrimônio cultural local, é a etnometodologia. Essa concepção teórica de pesquisa se aplica ao estudo da sociedade no cotidiano dos indivíduos, analisando desde a conversação até as práticas sociais.

Eu uso o termo “etnometodologia” para me referir à investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana. (GAGO; MAGALHÃES, 2009, p.118).

A observação da vida cotidiana e das relações sociais, bem como a coleta de dados dentro do contexto do grupo social pesquisado fazem parte das técnicas etnográficas de investigação. Dessa forma, é possível conhecer, entender e mensurar o patrimônio cultural vivo e significativo em uma comunidade.

A etnografia nos permitiu observar e interpretar ritos e festividades associados à religião, civilidade, ciclos do calendário etc., que ocorrem em ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo manifestações culturais complexas, com códigos específicos, distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas, bebidas, produção de vestuários, ornamentação de espaços e lugares, usos de objetos especiais, execução de músicas, orações, danças etc.” (PINHEIRO; CARVALHO; SANTOS, 2020, p.238).

As técnicas colaborativo-participativas de investigação, associadas ao método etnográfico, abrem um considerável campo de possibilidades na direção da identificação dos elementos culturais presentes na comunidade. “É necessário um olhar voltado aos espaços da vida, para identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural local” (PINHEIRO; CARVALHO; SANTOS, 2020, p.239).

As bases conceituais da metodologia da nova história cultural estão ligadas à Escola de Annales. O movimento historiográfico do século XX nasceu a partir de um periódico científico francês e impulsionou conceitos de teóricos que romperam com a história tradicional, ainda muito condicionada por um modelo positivista ou nas bases da Escola Metódica, até então, presa em documentos oficiais e refém da análise política com heróis e vencedores das grandes guerras.

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros [...] A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos e dos grandes homens – chefes militares e reis. (BURKE, 1995, p.17).

Abriu caminho para uma história crítica, socioeconômica e cultural, na qual todos os elementos que retratam a ação humana (pinturas, esculturas, fotos, músicas...) podem ser considerados fonte de pesquisa. Nesse contexto, arquivos de imprensa ganham espaço para análise das relações sociais nas pequenas comunidades.

Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral [...]; outros à evidência das imagens [...]; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. Os historiadores da cultura popular, por exemplo, têm feito grande uso de registros judiciais, especialmente os interrogatórios de suspeitos. (BURKE, 1992, p.25).

Desde os fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, e se consolidando em Fernand Braudel, até chegar na terceira geração (BURKE, 1995), os teóricos de Annales têm referenciado diversos novos campos da História, embasando estudos com métodos como o da história oral, por exemplo, combinando conceitos e gerando um grande universo de possibilidades para trabalhos científicos.

Utiliza-se neste estudo o conceito de *história vista de baixo*, trazendo base à investigação dos fenômenos históricos ligados à migração açoriana que resultaram em referências culturais identificadas. É a possibilidade de oferecer as comunidades mais humildes, o resgate da sua História, da sua Identidade, de um patrimônio cultural que talvez esteja esquecido ou, até mesmo, seja desconhecido.

Mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores um a oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. (SHARPE, 1992, p.59).

O método de pesquisa a partir dos fundamentos conceituais da Escola de Annales permite a investigação sobre as contribuições da migração açoriana no patrimônio cultural local, observando vários segmentos da comunidade. Para isso, diferentes tipos de fontes puderam ser utilizados.

Já as bases conceituais dos pressupostos metodológicos da etnografia, têm raiz parcial na Escola de Chicago e residem, desde Garfinkel (1984), sobre cinco noções fundamentais que deram origem aos conceitos que alicerçam a forma de investigação etnometodológica. Segundo Coulon (1995), os conceitos são: Prática ou realização, Indicialidade, Reflexividade, Relatabilidade e Noção de membro.

O conceito de *prática* refere-se exatamente a estes tipos de atividades, comuns e presentes na vida cotidiana do grupo social. Analisar e entender os sentidos destas atividades para os indivíduos, compreendendo seus comportamentos e a construção dos hábitos sociais. Já a *indicialidade*, refere-se à

linguagem natural do grupo e ao meio em que ela é aplicada, à conversação e ao compartilhamento de informações. Isso porque a linguagem é uma construção coletiva e pode assumir significados diversos, dependendo do contexto social em estiver inserido. Estes conceitos são considerados chave.

A *reflexividade* abrange a capacidade de absorção de resultados de trocas e convivências, bem como a transformação social que estas propriedades promovem. Uma corrente de interação social. Já a *relatabilidade* contempla a forma de expressão, de troca, que faz os elos dessa corrente se ligarem. Nesse contexto, a *noção de membro* aponta para o indivíduo que faz e fala como o grupo. Quem assimila e retransmite dentro do grupo. Que não simplesmente “está”, mas “é” o grupo.

Essas bases teóricas possibilitam o estudo de campo, pelo método etnográfico, com segurança e eficácia. A atividade prática do pesquisador junto à vida cotidiana da comunidade estudada, ganha fundamento sólido para perseguir seu objeto de investigação.

O cenário, ou seja, a delimitação espacial do campo de estudo foi o núcleo inicial do espaço urbano da cidade de Taquari, mais precisamente do centro (a antiga vila projetada), até o Bairro Praia, (antigo povoado de formação espontânea) (DURÁN, 2009). Participaram do processo de investigação a comunidade local, habitantes que residem e/ou trabalham no espaço geográfico descrito.

O tempo utilizado para a realização do estudo foi de 24 meses, considerando todas as etapas da pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados abrangeram desde a observação participante, diário de bordo, gravações e fotografias. Como o pesquisador faz parte da comunidade, a observação participante ocorreu durante todo o período.

A análise dos dados, de todos os instrumentos de registro foi realizada em paralelo à coleta. Os dados foram sendo organizados à medida que foram observados e, desta forma, desenvolvida a descrição densa e crítica dos bens patrimoniais, relacionando-os com os fenômenos históricos que os originaram, levando em consideração a contribuição da migração açoriana ao patrimônio cultural local. A apresentação destes resultados, de forma coerente e organizada, buscou responder às questões norteadoras propostas, de acordo com o tipo de abordagem (qualitativa) em que esta pesquisa está delineada.

Este procedimento possibilitou que os resultados obtidos fossem, em seguida, discutidos em seção específica. Dessa forma foi realizada a análise da política cultural e urbanística existente em prol da definição e preservação do patrimônio.

2 A MIGRAÇÃO AÇORIANA ATÉ O PASSO DO TEBIQUARY: O contexto histórico nas vertentes da identidade cultural e da territorialidade

Apresenta-se aqui uma contextualização histórica do processo migratório dos ilhéus açorianos para a América portuguesa e a sua jornada de ocupação em terras de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e mais especificamente no assentamento que deu origem à cidade de Taquari. São destacados os aspectos que impulsionaram a migração, bem como elementos culturais que trouxeram os chamados casais de número na adaptação necessária em um novo “lugar de viver” em território sul brasileiro.

É fundamental entender que, desde 1494, a colonização de terras no ocidente obedecia à divisão imposta pelo Tratado de Tordesilhas, entre os reinos de Portugal e Espanha, configurado em um meridiano que correspondia a 370 léguas oeste de Cabo Verde. Na América Portuguesa, o limite cruzava entre a atual Ilha do Marajó (PA) e Laguna (SC). As expedições bandeirantes penetraram significativamente no continente, expandindo de fato os domínios portugueses além da linha. Esses avanços se ampliaram cada vez mais com as descobertas das minas de ouro, gerando, na passagem do século XVII para o XVIII, o surgimento de diversas povoações portuguesas em territórios que originariamente pertenceriam à colonização espanhola.

O advogado e diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753), natural de Santos, que era secretário da Coroa Portuguesa, tomou conhecimento de documentação das expedições bandeirantes. Dessa forma, ele teve papel decisivo nas negociações, em nome do Rei de Portugal, na assinatura do Tratado de Madrid (1750) com os espanhóis. Tomando por referência o Rio Amazonas e o Rio da Prata e, considerando o desenho geográfico de montanhas e rios do centro do continente, ele utilizou não simplesmente o parâmetro geográfico do antigo Tratado de Tordesilhas, mas a efetiva ocupação do espaço. Desta forma, o território da Coroa Portuguesa foi consideravelmente ampliado.

Figura 1 - Mapa de 1749 das Cortes de Portugal e Espanha, que serviu de referência para o Tratado de Madri, assinado em 1750. Domínio público.



Fonte: Kantor (2022, não paginado)

Nos termos do novo acordo, a Colônia do Santíssimo Sacramento, na foz do Prata, passaria, definitivamente, ao domínio espanhol, pois sua posição estratégica era de suma importância ao Império Espanhol na América, tanto no aspecto comercial quanto militar, devido às conturbadas relações com os ingleses. Em contrapartida, os sete assentamentos missionários situados na margem oriental do rio Uruguai, seriam entregues ao domínio português, o que acabou gerando resistência por parte dos jesuítas espanhóis e guaranis catequizados que habitavam a região, a chamada, Guerra Guaranítica (1753-1756). Forças conjugadas das duas Coroas promoveram a destruição das aldeias, a morte e escravização de milhares de indígenas e a expulsão dos religiosos.

Os fatores que levaram a Coroa Portuguesa a promover o envio dos ilhéus foram muitos, mas a necessidade de “aportuguesamento” (RIBEIRO, 1995) no

território ocidental ampliado pelo Tratado de Madrid (1750) crescia consideravelmente, como destaca Véra Barroso (2009, não paginado), “O projeto de colonização com açorianos no oeste visava estabelecer uma cunha na área fronteiriça, garantindo o domínio português na região”.

Nesse contexto, é importante pontuar que os açorianos eram migrantes portugueses em território português, o que garantia à metrópole a ocupação da colônia com seus próprios cidadãos. Os açorianos que povoaram e desenvolveram a sua cultura no extremo sul do Brasil, foram colonizadores portugueses na América Portuguesa.

2.1 Dos Açores ao Novo Mundo: o processo migratório dos ilhéus colonizadores

Os movimentos de migração dos açorianos no século XVIII remontam, possivelmente, à segunda década. Conforme o historiador Francisco Riopardense de Macedo (2002, p.194), “[...] os primeiros, possivelmente, teriam ido da Ilha do Pico após a erupção do grande vulcão em 1718. Talvez mais de um grupo tenha, então, se transportado para o Maranhão [...]”.

Os processos migratórios ocorridos no período colonial (e posteriormente imperial/republicano), trazendo para o Brasil um grande contingente de imigrantes, que foram participantes na formação da população brasileira e de sua construção identitária baseada na diversidade. A *migração* envolve mudança, envolve reconstrução. O migrante, em qualquer contexto, leva consigo os seus conjuntos simbólicos, para manter viva a sua *cultura* no novo espaço de vida (GOLGHER, 2004).

Movimentos da Coroa Portuguesa, já nos primeiros anos da década de 1720, acenavam com programas de migração para terras brasileiras, levando habitantes da Ilha de Pico a se alistarem, porém com poucas perspectivas de se concretizarem. “Em verdade a convocação, noticiada em carta de 5 de julho de 1722, embora abrisse esperanças ‘para os miseráveis da pobre ilha’, não correspondeu à viagem desejada pelos açorianos daquele lugar” (MACEDO, 2002, p. 194).

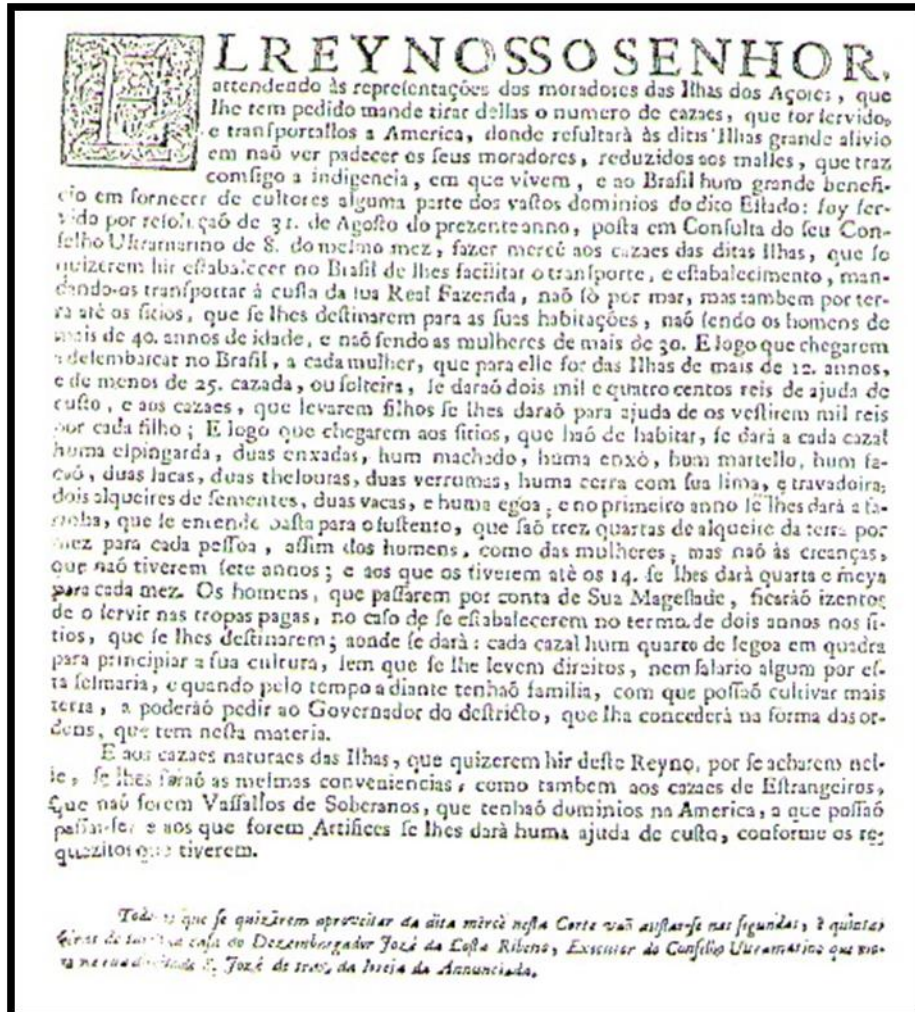
Somente um ano depois, por meio de um empréstimo proposto pelo Conselho Ultramarino concedido à Coroa Portuguesa o processo começou a se desenhar.

“Naquela oportunidade pretendiam transportar 1660 pessoas da Ilha do Pico para o Brasil” (MACEDO, 2002, p.195). Conforme o mesmo autor, um acordo definitivo para este transporte só aconteceu vinte anos depois, no qual o rei concedia o transporte de cargas a Feliciano Velho Oldenberg em troca levar, também, migrantes açorianos, na proporção de um casal por cem mil toneladas. Ou seja, pessoas como cargas, o que resultou em muitas vidas perdidas em viagens.

Segundo João Borges Fortes (1999), ainda no ano de 1746, uma representação foi enviada ao Rei D.João por moradores das ilhas, solicitando um programa de migração adequado para a população que se encontrava em agonia econômica. Nos Açores havia terras nas mãos de poucos. No Brasil, havia terras que precisavam ser ocupadas. Seria uma solução muito interessante para a Coroa Portuguesa. Assim, foi publicado, em 31 de agosto de 1746, um edital que trouxe uma nova perspectiva aos ilhéus. Abriu um processo migratório chamando a se inscreverem os interessados, sendo homens com menos de 40 anos e mulheres com menos de 30 anos.

O edital previa que a viagem seria por conta da Fazenda Real e os migrantes receberiam uma ajuda de custo em dinheiro, contabilizada por pessoa e por número de filhos do casal. Além disso, os casais fariam jus a sítios de terra para habitação, assim como uma espingarda, ferramentas, animais, sementes e o sustento necessário até pelo menos dois anos. Um programa de migração generoso, cheio de promessas de auxílios e, também, critérios de seleção, para colonizar terras brasileiras.

Figura 2 - Edital de convocação aos açorianos para emigrar para o sul do Brasil (1746).



Fonte: Colonizadores da Ilha de Santa Catarina (2012).

Um ano depois, em 09 de agosto de 1747, a Coroa Portuguesa publicou a Provisão que regulamentava o programa de migração. Essa primeira Provisão trouxe o número pretendido (quatro mil casais) para o processo, detalhou as ajudas de custo, bem como os critérios de idade previstas no Edital de 1746 e informou que, novamente, Feliciano Velho Oldenberg havia sido o contratado para operar o transporte. Segundo relata Macedo (2002, p. 198-199), “Daquele momento em diante seria tratado um transporte pago pela Coroa e os interessados poriam preço por cabeça em função das idades e das rações (alimentação) correspondentes”.

A Provisão de 1747 também nominou a responsabilidade do Brigadeiro José da Silva Paes, então Governador da Capitania de Santa Catarina, à execução dos devidos assentamentos, assim como à administração dos recursos que deveriam ser

enviados, em dinheiro e em alimentação, ampliando, conforme a sua avaliação. Também caberia ao Brigadeiro a gestão para que todos os assentamentos tivessem atendimento da Justiça e, principalmente, espiritual. Para tal, em cada povoado formado, deveria levantar uma igreja e providenciar um Vigário, segundo condições também descritas na primeira Provisão. Em setembro de 1747, já haviam 2585 inscritos (FORTES, 1999) para o programa de migração.

Os açorianos, como portugueses que se adaptaram à vida insular, enfrentaram as grandes adversidades da migração, trazendo consigo suas matrizes culturais para se readaptarem em uma nova forma de vida. Além da análise sobre as relações étnicas e culturais da chegada dos portugueses e o processo de colonização, é importante observar o aspecto *identidade* também nas diferenças que se estabeleceram regionalmente, nos diferentes territórios, na formação do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995). Os europeus colonizadores, trazendo consigo uma *identidade* formada, conseguiram inserir suas bases identitárias sobre uma nova construção civilizatória e territorial, na condição de povoadores. Os açorianos, diferentemente de quando povoaram as ilhas, em muitas partes do Brasil encontraram culturas receptoras.

A flexibilização dessa identidade em construção se move pelas peculiaridades regionais do território alcançado. No sul do Brasil, os portugueses ilhéus dos Açores fizeram do território outrora habitado por indígenas o seu lugar de viver. Em todo o país, cenários semelhantes se repetiram, com desenvolvimento e resultados bem diversos, em grande parte, condicionados pela construção política do processo de imigração e colonização. Na concepção de Ribeiro (1995), o domínio de uma metrópole exploradora sobre um território sem autonomia política, impediu a formação de um povo com laços identitários. Somente a independência sociopolítica trouxe o simbolismo do sentimento de pertencimento do *território* a esta população de forma efetiva.

A relação conceitual entre *migração* e *cultura* se reflete intensamente desde a formação do povo brasileiro. Representa um conjunto de signos, desde suas tradições, seus costumes, seu modo de ser e de viver. Os migrantes açorianos tiveram papel preponderante nesta formação em todas as regiões que povoaram. Os encontros culturais das etnias que formaram a miscigenação brasileira (imigrantes espontâneos, forçados, nativos...) deram origem a uma nova construção identitária.

Ribeiro (1995, p.130) coloca que “A assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático.” Com esse argumento, o autor justifica todo o processo de formação dessa *identidade* étnica cultural brasileira, considerando todos os encontros culturais entre nativos e colonizadores por todo o território do Brasil. A aproximação e as trocas culturais entre os açorianos e os povos que aqui viviam colaboraram na formação desta identidade.

A vinda dos ilhéus demarcou um novo capítulo na formação populacional do Brasil. Maria Isaura Queiroz (1989) relata que a heterogeneidade cultural brasileira, baseada nas diversas matrizes étnicas que formam a população, sempre foi, no entendimento de grande parte dos intelectuais das ciências sociais, o que impedia o diagnóstico de uma *identidade nacional*. A autora destaca que os traços culturais presentes na sociedade brasileira que se referem a matrizes africanas ou indígenas é um elemento único, que singulariza população brasileira! A presença do homem branco europeu veio por mãos de dominadores, mas não foi capaz de culturalmente se sobrepor. A figura do açoriano em terra brasileira veio resolver problemas da metrópole. Mas ocupou espaço definitivo na formação cultural do povo brasileiro.

Conforme Fortes (1999), as necessidades estratégicas militares, evidenciadas desde as experiências vividas na Colônia do Sacramento, tornavam urgente a povoação do eixo de Rio Grande a Santa Catarina, com governo autônomo recém criado. Os ilhéus açorianos, vivendo grande crise econômica e necessidade de novas terras, tornaram-se os colonizadores ideais para a região, entendido também pela Metrópole. Segundo relata Macedo (2002, p. 194), “Pois foi nos anos que precederam o Tratado de Madrid que a colonização açoriana passou a ser encaminhada para o sul, embora, muitos anos antes já o Conselho Ultramarino tratasse do assunto formulando consultas ao rei”.

Ainda, conforme Macedo (2002, p.198), “[...] o ‘morgadio’, espécie de latifúndio institucionalizado, absorvia as terras úteis não produzindo tudo aquilo de que elas eram capazes”. Dessa forma, se convencionou dizer que as terras estavam superpovoadas, mas na verdade havia muitas terras nas mãos de poucos e poucas terras nas mãos de muitos. Segundo o historiador Walter Piazza (2002), esta “superpopulação” e as adversas condições de produção foram fatores preponderantes para o grande número de alistados no arquipélago dos Açores para

migrar a América, totalizando 7817 em 1747. De acordo com o autor, ficou a cargo das Câmaras Municipais das Ilhas a seleção dos alistados. Alguns materiais também foram despachados nos comboios. “Nos navios também se remetiam as ferramentas e as espingardas que caberiam aos ‘casais’” (PIAZZA, 2002, p. 172).

As autoridades, então, faziam uso da grande necessidade da população, para operacionalizar o seu projeto de dominação. O processo buscava resolver questões graves naquele momento. Segundo Fortes (1999, p.27), “O governo da metrópole realizava [...] a solução do problema econômico dos Açores, [...] povoava rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio [...]”. Infelizmente as condições de viagem e chegada na capitania de Santa Catarina continuaram distante do esperado.

Nesses termos, pode-se entender que a mais ampla herança trazida pelos açorianos se encontra no seu *capital cultural*, dentro do conceito proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e utilizado em estudos relacionados ao patrimônio cultural pelo arqueólogo canadense William Fowler (FOWLER; LEMUS, 2016). No *capital cultural*, Bourdieu identifica o quanto o acesso aos bens culturais faz diferença na formação do ser humano desde a sua infância. Nessa concepção, o conceito pode ser utilizado, também, na análise da relação entre grupos étnicos com *culturas* distintas, não sendo um “com cultura” e o outro “sem cultura”, mas o quanto um estando no território do outro, pode se sentir submetido àquela *cultura* estranha a sua (NOGUEIRA, 2017).

Para Pierre Bourdieu, o *capital cultural* adquirido constitui-se em um patrimônio hereditário coletivo, a partir de um capital pessoal. Trata-se da capacidade de apropriação e assimilação dos bens culturais, na vida do ator social, fazendo dele parte da cultura da coletividade. Os açorianos desenvolveram, trouxeram consigo e continuaram desenvolvendo seu patrimônio cultural imaterial, como um processo dinâmico.

Esse capital pessoal não pode ser transmitido instantaneamente [...] por compra ou por troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição (BOURDIEU, 1998, p.75).

Todo o conjunto simbólico deste grupo social configura a sua base cultural. Em Bourdieu (2008, p.107), quando se refere ao indivíduo, ainda é mais do que isso.

“O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais”. O capital simbólico pessoal se refere, até mesmo, à forma como se é visto pela coletividade, no meio social.

A *migração* açoriana representa um fenômeno social e cultural. O processo seguinte revela o caminho entre a preservação das matrizes culturais originais e a hibridação gradativa (BURKE, 2003), construindo uma nova *identidade*. A realidade da nova vida que se inicia, bem como o seu desenvolvimento social são os fatores preponderantes neste processo. O *capital cultural* se traduz nesta força de resistência do grupo social diante das modificações possíveis.

Capital cultural é uma expressão cunhada e utilizada por Bourdieu para analisar situações de classe na sociedade. De uma certa forma o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe. Com efeito, uma grande parte da obra de Bourdieu é dedicada a descrição minuciosa da cultura – num sentido amplo de gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc. – que decorre das condições de vida específicas das diferentes classes, moldando as suas características (OLINTO, 1995, p.24).

Em Bourdieu, o *capital cultural* reflete a totalidade da *cultura* de um povo, ou de um determinado grupo dentro deste povo. Com este entendimento é possível analisar o que é próprio, genuíno de um determinado grupo étnico, mesmo que esteja distante do seu território de origem, em contato com *outras culturas*, como nos caso dos açorianos e seus assentamentos em terras brasileiras no século XVIII. As referências culturais ainda ativas em seu cotidiano (OLINTO, 1995).

É compartilhando deste entendimento, que a historiadora Luiza Horn Iotti (2001, p.20) destaca o papel que tiveram os açorianos nos primórdios da colonização na América Portuguesa. “[...] a condução e o estabelecimento de casais açorianos em terras brasileiras. Ele pode ser considerado como marco inicial do processo de colonização no Brasil. Assinala uma nova ordem comercial”. A autora enfatiza que o grande objetivo do Estado Português com a *migração* era marcar a posse do território pela habitação humana e tornar estas terras produtivas. As ações políticas da metrópole demonstravam o entendimento do processo migratório em execução.

Os *processos migratórios*, principalmente no período colonial, trouxeram para o Rio Grande do Sul, e para o Brasil como um todo, grupos oriundos de sociedades

rurais europeias. Considerando o conceito de *capital cultural* de Bourdieu, eles trazem consigo não exatamente uma *cultura* erudita, mas sim, relativa ao cotidiano, aos costumes e tradições do simples trabalhador. A *cultura* de matriz açoriana que constituía o capital dos ilhéus certamente estava distante de uma *cultura* de dominação.

Mais precisamente, por meio de toda uma série de operações de seleção, separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que são desprovidos disso. Uma vez que as diferenças de aptidão são inseparáveis de diferenças sociais de acordo com o capital herdado (BOURDIEU, 1997, p. 52, tradução nossa)⁸.

Como camponeses sem terra, os açorianos eram povos inseridos em um processo de dominação, no qual representam a ponta de um projeto político expansionista. Trabalhadores, sem grande *capital cultural* na perspectiva elitista, mas detentores de uma *cultura* própria de grupos sociais menos favorecidos. Essa condição os coloca em uma posição de “dominados”, cabendo então a eles à tarefa trazer para a América a sua força de trabalho, bem como elementos da sua *cultura*. Neste novo momento, as relações de poder permanecem em *status* semelhante, submetidos aos dominadores.

Não há consciência do papel da cultura na dominação, [...] A alienação cultural exclui a consciência da alienação. Porque a dominação fundada no capital cultural é muito mais estável, muito mais forte do que uma dominação fundada exclusivamente no capital econômico (BOURDIEU, 1997, p. 83,84, tradução nossa)⁹.

Neste *processo migratório*, dentro do qual estava sendo promovida a vinda dos ilhéus dos Açores ao “novo Mundo” que a América representava, segundo Torres (2004, p.186), “Constata-se que a viagem era o primeiro grande desafio a ser vencido”. As condições eram intensamente insalubres. Mesmo após o término das viagens por concessões, quando após a Provisão de 1747 o programa migratório passou a ser custeado pela Fazenda Real, (o empresário que arrematou o serviço, o mesmo Feliciano Velho Oldenberg, foi substituído, em 1750, por Francisco de Souza

⁸ No original: “Mas precisamente, mediante toda una serie de operaciones de selección, separa a los detentores de capital cultural heredado de los que están desprovistos de él. Como las diferencias de aptitud son inseparables de las diferencias sociales según el capital heredado”

⁹ No original: “No hay conciencia del papel de la cultura en la dominación, [...]La enajenación cultural excluye la conciencia de la enajenación. Porque la dominación fundada en el capital cultural es mucho más estable, mucho mas fuerte que una dominación fundada solamente en el capital económico.”

Fagundes), modificou-se tão somente o protocolo de transporte, diminuindo a carga, mas aumentando o contingente.

Ainda, conforme relata Torres (2004), a travessia dos açorianos era extremamente penosa. Isso porque a bordo dos navios os ilhéus tinham que conviver com condições sub-humanas, sendo a mais grave delas a escassez de água. A pouca quantidade não permitia o banhos regulares, limitando tão somente à limpeza dos alojamentos, que eram úmidos, apertados e mal ventilados. No caso das mulheres, que precisavam ficar separadas, a situação era ainda pior. Como a viagem durava cerca de três meses, a água perdia a condição de potabilidade e a alimentação dependia de conservas. Todo este contexto facilitava a chegada de doenças intestinais, assim como o escorbuto (doença causada pela falta de vitamina C), que vitimaram muitos migrantes.

A resistência do povo açoriano em busca de melhores condições de vida manteve seu *capital cultural*. Esta contribuição é presente e diversa em todo o Brasil. Para Queiroz (1989), nesta perspectiva, era no campo da *psicologia dos povos* que se encontrava a ideia de *coletividades culturais* dentro dos grupos migratórios, distante do pensamento de nacionalismo. O entendimento de *identidade cultural* estava mais próximo deste campo.

Identidade Cultural se apresenta forçosamente como coisa muito diversa: diz que todos os membros de uma coletividade partilham do mesmo patrimônio cultural, que neles dá origem a um conjunto de valores e de crenças que os tornam *sui generis*, e que muitas vezes está perfeitamente inconsciente (QUEIROZ, 1989, p.42).

No entanto, para a referida autora, no Brasil, ambos os conceitos se aproximam e até mesmo se confundem. Isso porque os grupos étnicos que compõem a população brasileira, entre os quais aparecem os açorianos, estão muito próximos, interligados no patrimônio cultural. Isto se justifica, devido a este processo estar em constante construção. Os sincretismos são presentes constituindo elementos culturais muito semelhantes. Segundo Queiroz (1989, p.45), essa aproximação é plenamente razoável, pois:

A utilização de noções como as de identidade nacional e identidade cultural, de maneira diversa do que ocorre na Europa mostra ao contrário que os conceitos estão sendo constantemente redefinidos para se adaptarem às peculiaridades do país.

No que se refere às *identidades culturais* dos migrantes, Giralda Seyferth (2000) enfatiza que, além da natureza étnica, eles se desenvolveram em processo, junto com a organização socioeconômica das antigas colônias aqui no Brasil. Nesse contexto, acrescentou-se o sentimento de pertencimento desenvolvido sobre o *território* onde as colônias foram plantadas, passando a ser o *lugar* de viver dos migrantes, bem como o conjunto de costumes do modo de vida desenvolvido no Brasil.

A *Identidade Cultural* é um sentimento de pertença que envolve símbolos e elementos que identificam um determinado grupo, e pode estar relacionado a um território (espaço ocupado), a uma origem étnica (língua, religião...) entre outros aspectos. Dessa forma entendemos que a Identidade Étnica faz parte da Identidade Cultural, pois se refere mais diretamente à identificação coletiva por traços característicos em comum, não necessariamente biológicos os fenótipos, mas por suas tradições e costumes. Já, segundo Seyferth (2000, p. 152),

[...] é preciso lembrar que o sentido de identidade étnica é procurado pelos atores sociais naqueles laços que envolvem ascendência e sangue (ou raça), cultura e língua singulares – portanto, percepção cognitiva de diferenças associadas à origem comum.

Essa força demonstrada pelos açorianos nessa travessia do Oceano em busca de um novo *território*, destaca essas características da *identidade étnica*, em meio a construção e assimilação do novo *lugar* de viver. Segundo a autora, o conceito destacado é constituído de três ideias fundamentais, quando aplicado na análise do processo migratório e seus resultados. Estas características diferenciadoras, conforme Seyferth (2000), são um conjunto de símbolos, oriundos das matrizes originais e desenvolvidos nas relações sociais.

Privilegia-se, então, uma dimensão mais especificamente simbólica da etnicidade para dar conta dos elementos culturais emblemáticos contrastivamente usados para organizar as identidades [...] O conjunto de emblemas constitutivos da identidade étnica, nos três casos, evoca a ideia de *etnia* (como corolário de nação) na sua definição clássica; a noção de *colônia*, ultrapassando suas premissas oficiais para servir como referência para a comunidade étnica; a afirmação da *origem* nacional, do vínculo com uma pátria ancestral (SEYFERTH, 2000, p.153,154).

A análise em questão apresenta as bases conflitantes da *identidade étnica* na legitimação da cidadania. Em Seyferth (2000), os sentimentos de lealdade e pertencimento se cruzam quando existe, entre os migrantes, o espaço construído

em *território brasileiro* e a *pátria de origem*. A autora destaca “o trabalho civilizador dos pioneiros, legitimando, assim, uma comunidade étnica territorializada, cujos membros têm uma identidade reportada à sua origem nacional” (SEYFERTH, 2000, p.169). Essa relação comunitária reportada intensamente ao *território* aproximou gradativamente o migrante de um processo de integração cultural com a “nova pátria”. Seus descendentes nascidos no Brasil guardam signos da sua origem em um contexto de miscigenação, onde a mistura de elementos étnicos culturais dá origem a uma *identidade nacional brasileira*. Conforme Seyferth (2000, p.170):

Segundo os preceitos do nacionalismo brasileiro delineados na mesma época, a identidade nacional, embora fundamentada no *jus soli*, é relacionada a uma língua vernácula (o português), a uma cultura comum (de raiz latina) e à formação histórica do povo pela miscigenação, que privilegiou o mito das três raças que alicerçaram a nação.

No caso dos açorianos, a *migração* foi motivada pela necessidade social incentivada pelas lideranças políticas, já que a agonia econômica em que viviam os camponeses sem terra se tornou útil à Coroa quando lhes ofereceram terras no Brasil. Nos Açores, o poder econômico também estava nas mãos de grupos elitistas, com chancela do Estado. Estes movimentos migratórios transportaram ao Brasil, além de grande contingente humano, um considerável *capital cultural*.

Fortes (1999) destaca que, do início do ano de 1748 até 1753, desembarcaram em Santa Catarina cerca de 1178 casais, totalizando 6492 pessoas vindas dos Açores. A chegada mostrou-se desagradável tanto para os migrantes quanto para o governo local, na pessoa do Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, que substituiu o Brigadeiro José da Silva Paes (em 1751), a quem chegaram as primeiras orientações.

Alguns dos critérios de seleção dos colonizadores, como a idade limite por exemplo, não foram cumpridas pelas autoridades responsáveis pelo embarque, constringendo inclusive pessoas com a saúde comprometida e incapazes para o trabalho a virem para a América. Também as promessas de ajuda de custo e auxílio com todos os elementos necessários para o início da colonização, feitas pela Coroa Portuguesa, não foram atendidas, prejudicando sobremaneira os ilhéus e sobrecarregando em responsabilidades o governo local.

Piazza (2002) destaca a importante atuação do governo da capitania de Santa Catarina, no sentido humano, pois muitos migrantes chegaram debilitados

pela viagem. O governo local, já estava instruído para o atendimento desde a alimentação às primeiras instalações dos ilhéus. Conforme Piazza (2002, p.173), “Alguns foram, desde logo, instalados na própria vila-capital, a póvoa de N. Sra. Do Desterro (hoje Florianópolis), principalmente nas cercanias do Palácio do Governo e da Igreja Matriz, na rua ‘dos Ilhéus’”.

Considerando os processos ocorridos no sul e no norte do Brasil, os *encontros culturais* dos *grupos migratórios* açorianos com populações nativas tiveram resultados diversos. Isso ocorreu, precisamente, pela condição e participação do indígena. Em terra estranha, o *migrante* era um colono a serviço do colonizador (SEYFERTH, 1986). Conforme Ribeiro (1995), o esforço colonizador da Coroa Portuguesa na região amazônica, investindo considerável contingente de ilhéus açorianos como colonos, provocou um amplo processo de hibridação cultural (BURKE, 2003).

A Coroa Portuguesa esforçou-se por estabilizar a sociedade nascente, estimulando o cultivo de algumas plantas indígenas, como o tabaco, o cacau e o algodão. Para essas tarefas produtivas e também para consolidar o seu domínio da área disputada pelos espanhóis, introduziu na Amazônia colonos das ilhas atlânticas, principalmente dos Açores. Esse foi o único contingente colonizador trazido para a Amazônia para transplantar um modo europeu de vida. Vinham estruturados em famílias, trazendo, cada homem, sua mulher, seus filhos e, por vezes, umas poucas cabeças de gado. Formaram inicialmente alguns núcleos agrícolas, mas esses foram ganhos progressivamente para os modos de vida da região [...] (RIBEIRO, 1995, p 315).

Cada processo de adaptação aconteceu conforme contexto migratório e a existência de culturas receptoras. Os *grupos migrantes* dependiam dos seus elementos simbólicos como ponto de partida na estruturação de novas organizações sociais em um *território* ainda desconhecido (SEYFERTH, 1986). Esses grupos, oriundos da *migração* do período colonial, construíram seu *lugar* para viver em terras brasileiras, mas salvaguardaram os elementos característicos da sua *cultura* de origem.

Seu linguajar português ilhéu, seus usos e costumes e muitas de suas tradições, trazidas com eles dos Açores, continuam vivas tanto aqui no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como lá no norte brasileiro, no Maranhão, para onde também casais açorianos haviam sido encaminhados [...] (WIEDERSPAHN, 1979, p. 9-10).

Assim, nos extremos do *território* brasileiro, a *migração* deste período configurou bem mais que um *encontro cultural*, mas o início de um novo momento,

onde a *memória*¹⁰ mantém viva a *cultura* vinculada às matrizes originais. “A constância da imigração também permite aos colonos manter um elo de ligação com a pátria de origem e uma renovação, ou melhor, reafirmação contínua dos valores étnicos” (SEYFERTH, 1986, p.60). Os ilhéus vieram para o Brasil, guardando memória de seu *capital cultural*. Povoaram diversos pontos do Brasil, mas de forma sistemática, a região sul.

Claro que a vinda dos açorianos para o Sul no século XVIII não é um fato isolado na história brasileira. Certo. Mas refiro-me à corrente imigratória em massa. Em massa e em quantidade, na verdade, somente se tem registro em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para onde chegaram as levas imensas de milhares de açorianos (LAYTANO, 1969, p. 419).

Dessa forma, balizando-se nos conceitos da *identidade cultural* e da *territorialidade*, bem como as suas ramificações, analisa-se o contexto histórico dos açorianos no sul do Brasil. A migração dos ilhéus colonizadores trouxe para o Brasil o capital cultural dos portugueses insulares, o que, de forma processual, se define, neste estudo, como cultura de matriz açoriana. Vê-se adiante como este processo se deu no extremo sul do Brasil.

2.2 Os açorianos no sul do Brasil: ocupação territorial e construção identitária

A presença açoriana no *território* meridional brasileiro é marcante e deixou sua contribuição na construção identitária local em diversos assentamentos que se tornaram centros urbanos. O geógrafo Rogério Haesbaert (2011), trabalhando o processo de desterritorialização, expõe a diferença no entendimento do conceito de *território*, não simplesmente uma delimitação de poder político, mas um espaço simbólico, referencial para construção da *identidade cultural*. Essa concepção teórica do *território* alcança o entendimento básico da formação identitária sobre o lugar de vivência, apesar da desterritorialização estar diminuindo distâncias.

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada a fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada a hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2011, p.35).

¹⁰ O conceito de “memória” encontra-se mais amplamente trabalhado no capítulo seguinte, no qual aparece como o fundamento de representatividade do patrimônio em referência ao fenômeno histórico.

O *território* ao sul de Laguna, na primeira metade do século XVIII, passou por relativa ocupação por pessoas com influência política e militar, instalando-se como sesmeiros e criadores de gado. Segundo o historiador Dante de Laytano (1969, p. 397), “Tínhamos apenas em 1737 o lançamento de uma Fortaleza, a de Jesus Maria José. O resto do Rio Grande possuía o povoamento nas estâncias. Que isolava os habitantes um dos outros”. Mesmo antes do edital de 1746, Oscar Henrique Wiederspahn (1979, p. 63) já registra a presença açoriana em uma condição migratória diferente, mas considerável, em terras sulinas.

Convém lembrar que entre os posseiros e sesmeiros estabelecidos nos campos de Viamão, através da vila de Laguna para o Rio Grande do Sul, também se encontravam diversos açorianos lá assinalados já em 1744, muitos antes da chegada da primeira leva de “casais de número” à ilha de Santa Catarina.

No processo migratório que trouxe os casais açorianos colonizadores, a chegada à região sul brasileira começou por Santa Catarina em 1748. O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 427) comentou a migração dos ihéus lusitanos, oriundos dos Açores, enviados pela Coroa portuguesa, para este processo de colonização efetivo de terras estratégicas.

[...] configuração histórico-cultural constitui-se no Brasil sulino formada por populações transladadas dos Açores, no século XVIII, pelo governo português. O objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área em face do governo espanhol e também para operar como uma retaguarda fiel das lutas que se travavam nas fronteiras. Esses açorianos vieram com suas famílias para reconstituir no Sul do Brasil o modo de vida das ilhas, atraídos por regalias especialíssimas para a época. Prometiam-lhes a concessão de glebas de terra demarcadas como propriedade de cada casal (RIBEIRO, 1995, p. 427).

A *identidade cultural* do contingente *migrante*, reconstruída em um *território* ainda estranho, é um processo em contínuo movimento. Em referência à base *cultural* de matriz açoriana, trazida pelos colonos ilhéus, resgatada nos últimos anos como memória da colonização no Brasil sulino, o antropólogo Eugênio Lacerda (2003, p.84) diz:

A expressão “cultura açoriana” indica hoje um modo de designação, corrente na opinião pública de Santa Catarina, para tudo que se refere a identidade, às tradições, memória oral e escrita, herança cultural, ao estilo de ser, as festas e manifestações folclóricas das populações descendentes de açorianos que habitam as regiões litorâneas do Estado.

Com efeito, não se considera possível, dado o natural processo de miscigenação e hibridação *cultural*, uma conservação integral, intacta, de um capital *cultural* trazido por um determinado grupo migratório, em contato com outros grupos, em outro *território*. No entanto, elementos *culturais* de matrizes originais são normalmente identificados em comunidades que possuem descendentes de *processos migratórios*.

Quando visitamos os estados do Sul do Brasil percebemos a presença da imigração na formação dessa sociedade nas diversas manifestações culturais que a caracterizam e onde existem traços dessa presença em maior ou menor escala. (RAMOS; OLIVEIRA, 2020, p. 122).

Essas características, refletidas em costumes, tradições e até mesmo patrimônios materiais, expressam a presença da base *cultural* dos colonizadores naquelas comunidades. Nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, essas *manifestações culturais* guardam elementos que remontam os colonizadores açorianos vindos com o *processo migratório* do século XVIII.

Considerando a abrangência teórica e empírica do conceito de *identidade*, o seu entrelace com o entendimento de *território* torna-se fundamental na análise da relação de etnicidade, presente na população e no reconhecimento do patrimônio como um processo dinâmico. Neste estudo, apresenta-se um território pré-habitado que foi povoado por representantes de uma cultura diferente. Este encontro cultural levou a uma formação identitária, e esta, a uma construção patrimonial que hoje guarda elementos que remetem a tais culturas colonizadoras.

Essa perspectiva é visível na própria formação da população dos estados do sul do Brasil. Além de a *identidade* fundamentar as análises preponderantes das diferenças e da diversidade cultural, ela se liga à característica que determinado grupo social constrói a partir do lugar onde vive. Essa relação de territorialização da identidade é trabalhada por Saquet (2007, p.152):

[...] a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal.

A identidade de referência de determinado grupo, em relação ao *território*, é chamada de *identidade territorial*. Uma construção que o migrante colonizador

precisou assimilar a partir da certeza de que a terra já era sua. Trata-se do sentimento de pertencimento que o grupo social desenvolve sobre o espaço que ocupa, uma apropriação político-simbólica, conforme Haesbaert (1997, p.42):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Para Ribeiro (1995, p.453) “Assim foi até se definir como uma nova *identidade* étnico-nacional, a de brasileiros.” A afirmativa do autor sugere a necessidade do espaço territorial simbolizado como lugar para a construção identitária a partir do sentimento de pertencimento. Os ilhéus traziam novas concepções culturais, simbólicas, em um território pré-habitado.

Haesbaert (2011) trabalha quatro noções básicas de *território*: política (espaço e poder), cultural (simbólico ou culturalista), econômica (ou economicista, dimensão espacial das relações econômicas) e natural (ou naturalista). Envolve-se a análise da colonização açoriana pela vertente da *territorialidade*. Na concepção cultural de *território*, segundo o autor, o conceito se aproxima do entendimento de *lugar onde vivem*, o espaço apropriado pelo grupo social, no qual desenvolvem seu processo histórico.

[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente medidas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana. Embora muito variável em suas manifestações, o território está presente em todo o processo histórico. [...] O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido (HAESBAERT, 2011, p.78).

O espaço, o uso da terra, as relações familiares próximas são questões que desenham o *lugar* que o açoriano migrante passou a ocupar. A relação do ser humano com o *território* é trabalhada pelo autor em diversas faces. Ele considera que o indivíduo se relaciona com o espaço territorial desde a necessidade que tem de construir as condições para se manter vivo, até o simbolismo do controle sobre um espaço. Dentro do grupo social esta relação vai do concreto (como a produção de alimentos) até o mais abstrato (como a propriedade ou o poder político).

Trata-se de uma relação cultural do grupo social com seu meio, de forma ampla, integradora. A construção de uma *identidade* a partir do espaço ocupado. De acordo com Haesbaert (2011, p.341), “[...] para um indivíduo ou grupo de pessoas podemos falar numa territorialização como construção de uma ‘experiência integrada do espaço’.” É a sociedade construindo a sua identidade sobre o sentimento de pertencimento do seu próprio *território*. Os açorianos começaram esse processo com a chegada sistemática, direcionadas ao processo de colonização.

O Geógrafo Ewerton Machado (2013) identifica a contribuição da migração açoriana na *identidade territorial* presente na costa litorânea catarinense ao afirmar que “[...] a influência de base luso-açoriana [...] é uma marca na formação sócio espacial de Florianópolis, assim como de diversas comunidades do litoral do Estado de Santa Catarina” (MACHADO, 2013, não paginado). Já no *território* continental, Ribeiro (1995) classifica como “matutos”, os açorianos que se misturaram com as populações nativas, uma mestiçagem que teria, em termos, descaracterizado os ilhéus vindos dos açores, descrevendo sua condição cultural de forma muito “semelhante aos caipiras”¹¹, uma relativa desculturação.

Entregues, porém, a seu próprio destino, acabaram aprendendo os usos da terra que estavam a seu alcance, através do convívio com os grupos já conformados pelas protocélulas brasileiras que se vinham expandindo ao longo do litoral catarinense. [...] Alguns açorianos empreendedores escaparam, porém, à caipirização, seja levando adiante cultivos próprios de cereais, principalmente de trigo, seja fazendo-se comerciantes (RIBEIRO, 1995, p.428).

A forma de ver, entender e se posicionar do ser humano em relação ao meio onde vive, configurando uma construção identitária do indivíduo dentro do contexto cultural no qual o seu grupo social está inserido, aparece no conceito de *identidade cultural*. O sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (2006), teórico da *identidade cultural*, apresenta o ser humano diante das relações interculturais, principalmente na pós-modernidade. A descentralização das identidades na modernidade tardia é o que o autor qualifica como “crise de identidades”. Nessa perspectiva, a açorianidade

¹¹“Pela cultura caipira, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização [...]. Pela cultura gaúcha do pastoreio nas campinas do Sul e suas duas variantes, a matuta-açoriana (muito parecida com a caipira) [...]” (RIBEIRO, 1995, p. 272).

(LEAL, 1997) aparece em alguns centros oriundos de assentamentos de migrantes, como a *identidade* a ser resgatada.

O sentimento de pertencimento que leva um povo a se reconhecer dentro de uma cultura identitária, que envolve um diverso conjunto de símbolos e referências (tradições, costumes, língua, território...), se constitui em *identidade cultural*, quando leva o agrupamento social a se apropriar do seu entorno, do seu contexto cultural. No sul do Brasil, os açorianos tiveram encontros culturais com etnias que aqui estavam, bem como com outras que vieram depois. Este processo continua em movimento. Hall (2006) trabalha uma definição do ser humano enquanto sujeito cultural, analisando como foi esta construção identitária em cada época.

Essa ausência de uma identidade fixa seria produto de uma fragmentação produzida por diversos fatores. Os migrantes que chegaram à Ilha de Santa Catarina, apesar de estarem ainda próximos do mar, assumiram uma distância da sua terra de origem, o que os levou a uma construção identitária baseada no novo *território*. No entanto, segundo Hall (2006), a globalização, ou a mundialização (CHOAY, 2001), tem reforçado na pós-modernidade, o que se entende por *identidades locais*. Seria um conceito sucessor da antiga identidade nacional e, por isso, é também tratado por *identidade híbrida*. Trata-se do indivíduo, distante da sua cultura de origem, mas que não perdeu a identificação com ela.

Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (HALL, 2006, p.88).

A partir de Santa Catarina, a colonização pelos ilhéus migrantes passou por este processo, espalhando por todo o sul do Brasil (e inclusive no Alto Uruguai, na antiga Colônia do Sacramento) a cultura de matriz açoriana. No hibridismo (BURKE, 2003), o sujeito se distancia das suas tradições, do seu *território*, mas não se desvincula, mesmo que absorva novas práticas culturais. Eugênio Lacerda (2003) faz referência ao destino dos primeiros migrantes ilhéus, fixados em toda a faixa litorânea sulina. Segundo destaca o autor, “Os açorianos foram localizados preferencialmente na Ilha de Santa Catarina e no continente fronteiro, da altura de

São Miguel até as vizinhanças de Laguna, no litoral sul do Estado de Santa Catarina” (LACERDA, 2003, p.128).

Neste contexto, o autor descreve os encontros culturais entre os açorianos que ali chegavam e as populações remanescentes dos índios carijós, bem como os africanos, escravos nos pequenos povoados fundados por vicentistas e bandeirantes. Posteriormente os europeus não portugueses também chegaram. O processo de desenvolvimento econômico-familiar dos colonos em um novo *território*, foi longo e penoso. Conforme Lacerda (2003, p. 131), “O açoriano, uma vez instalado, dedicou-se à agricultura familiar em pequenos lotes, de propriedade privada, trabalhando com mão-de-obra doméstica e eventualmente algum agregado”.

No Brasil (ou brasis) sulino, Ribeiro (1995) apresenta uma presença forte dos elementos culturais europeus sobre uma mestiçagem composta, na maior parte, por mamelucos. Segundo o autor, “A característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural” (RIBEIRO, 1995, p.408). Considerando uma matriz indígena guarani (diferentemente da tupi do restante do Brasil), Ribeiro (1995, p. 409) relata que “O Brasil sulino surge à civilização pela mão dos jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristã-guaraníca.” Remonta a este processo a própria formação étnica e *cultural* da população gaúcha.

Os gaúchos brasileiros têm uma formação histórica comum à dos demais gaúchos platinos. Surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani. Especializam-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata. O principal contingente foi formado na própria região de Tapes por índios missionários Guarani ou guaranizados pelos jesuítas e, posteriormente, mestiçados com espanhóis e portugueses (RIBEIRO, 1995, p. 414).

O território da América Portuguesa, no século XVIII, ainda era muito indefinido. Na Enciclopédia Einaudi, o urbanista francês Marcel Roncayolo (1986, p.262) apresenta o *território*, usando o “Dictionnaire de la langue française de Littré”, como “extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição”. Nessa concepção, o autor descreve como “uma zona de competência determinada apenas por uma superfície, uma forma e limites” e

desenvolve a análise de “comportamentos territoriais” para o entendimento da territorialidade.

Os açorianos foram enviados para este extremo meridional para fazer este território existir de fato. Ser civilizado e seguro, na concepção política de época. O autor afirma que esta construção é processual. A relação da população com seu espaço de vida, a constituição de uma *identidade cultural* relacionada com o *território* vem com a assimilação de símbolos, percepções do meio, crenças e o sentimento de pertença expressado em representações coletivas.

De facto, o território, antes de ser percepção, é construção. A territorialidade não precede, nem lógica nem cronologicamente, o estabelecimento de relações sociais ou de mentalidades; exprime-os e fixa-os simultaneamente (RONCAYOLO, 1986, p.266).

É exatamente na origem social que a territorialidade adquire o seu sentido mais amplo, segundo o autor. No coletivo, na construção social, ou seja, “Antes de mais, a *identidade*, que não pode permanecer limitada a identidade do indivíduo” (RONCAYOLO, 1986, p.267). Por isso o desenho bem planejado do processo colonizador. O casal, a família, a comunidade. Essa construção identitária coletiva tem o *território* como um dos elementos. Os modelos culturais expressados em manifestações simbólicas indicam como as relações sociais se sobrepõem e modelam o próprio espaço como *lugar de viver*.

A ligação de um território não é facilmente separável de um conjunto de relações sociais, de hábitos, de ritos, de crenças.[...] a identidade deriva mais deste conjunto social do que de um laço particular que se crie em relação a uma *terra* rigorosamente definida. É antes o novo território que é modelado a imagem do antigo. A identidade provém mais da cultura do que da estrita localização física (RONCAYOLO, 1986 p.267).

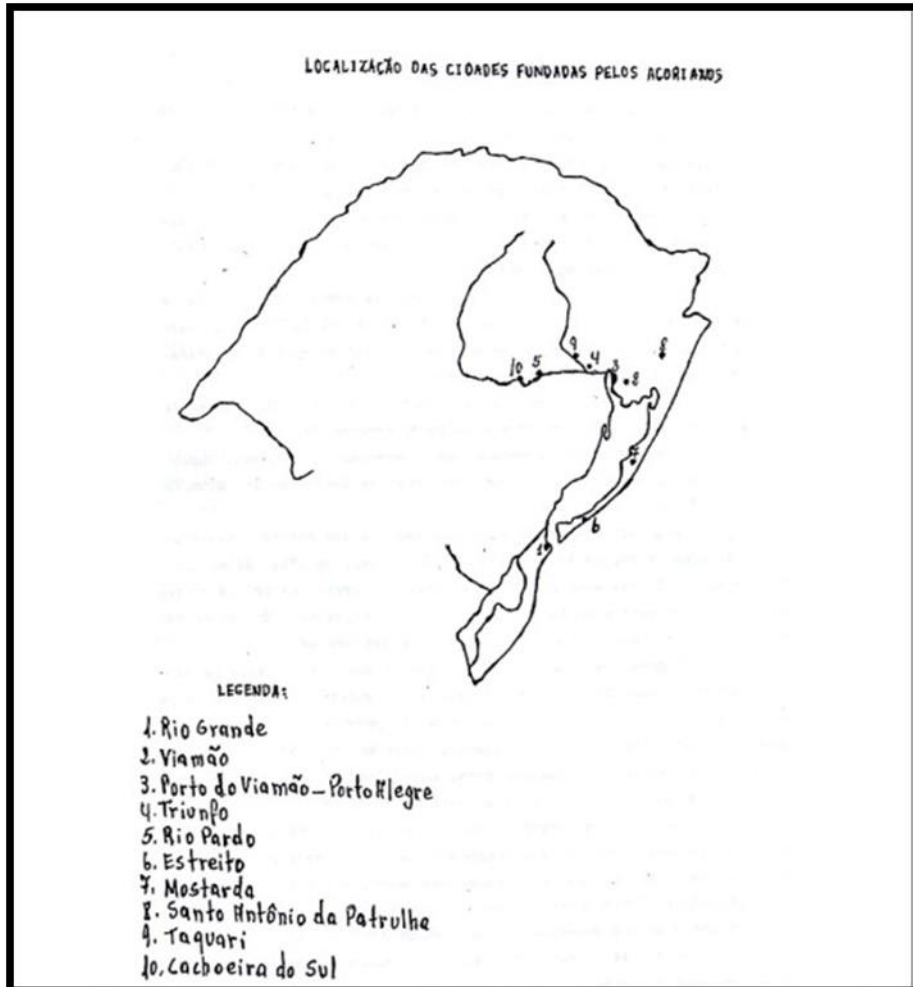
Encontram-se nesta abordagem alguns conceitos paralelos. Os açorianos eram súditos da Coroa Portuguesa, migrantes em um território ainda sob litígio, que precisava ser garantido. No Estado-nação, a soberania se estabelece de um lado ou outro da fronteira, ou seja, do limite territorial (RONCAYOLO, 1986). É possível observar a trajetória dos casais ilhéus em uma construção histórica que relaciona os caminhos do Estado territorial. Na soberania, o Estado (estrutura política), a nação (conjunto simbólico cultural) e o território (espaço físico) fazem parte de uma construção e precisam estar ligados.

De resto, a pertença, o sentimento de pertencimento a um território, a vontade de constituir uma comunidade e um território não nascem espontaneamente, ainda que uma certa homogeneidade cultural ou linguística possa manter viva esta tendência (RONCAYOLO, 1986, p.278).

O território português, sua soberania, foi construído em grande parte pelas mãos dos ilhéus. Por isso, a presença da cultura de matriz açoriana tem considerável abrangência em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Grande parte do contingente migratório ficou em terras catarinenses, por obra de Manuel Escudeiro, conforme Laytano (1969, p. 396), “[...] o Governador de Santa Catarina [...] Atua no sentido de obter o maior número possível de açorianos para sua área”. Porém, a maior parte dos migrantes ilhéus veio parar no continente de São Pedro, deixando a sua *identidade* na colonização de várias regiões do Estado. Amyr Borges Fortes (1981, p. 56) relata:

Ao Rio Grande do Sul chegaram cerca de quatrocentos casais, provenientes dos Açores, e que se distribuíram pelas proximidades do litoral, fundando pequenas povoações que foram a origem de Torres, Mostardas, Estreito e Gravataí. Igualmente, foram se localizando ao longo dos rios Jacuí e Taquari, resultando as cidades de Porto Alegre, Santo Amaro, Taquari e outras.

Figura 3 - Algumas povoações que receberam açorianos



Fonte: Jaskulski (2016, p.23)

O historiador Hugo Ramirez (2005) comenta que o açoriano, em terras sulinas, se adapta, avançando de migrante colono para tropeiro e guerreiro militar, de acordo como as circunstâncias vão se apresentando, construindo a *identidade social*. O novo tipo étnico que surge ao longo dos anos. As características da cultura de matriz açoriana se fazem presente nos símbolos gaúchos, demonstrando como o português insular trouxe para este *território* o seu *lugar* de viver.

A transmutação do açoriano no gaúcho começou no século de sua chegada sistemática, a partir de 25 de março de 1752, isto é, em meados do século XVIII. De agricultor, pescador e pequeno criador, no espaço de 100 anos de sua localização na Capitania d'El Rei, houve profundas modificações no comportamento social do ilhéu. [...] O descendente do açorita passa a se adaptar a duas novas modalidades de conduta social e ergológica, que o transfigurarão no tipo do lidador equestre da estremadura meridional lusa, o gaúcho brasileiro (RAMIREZ, 2005, p. 34).

Este açoriano, que se tornou colono no Rio Grande do Sul, cruzou o processo de hibridação cultural (BURKE, 2003) desde o encontro com povos nativos à apropriação do território desconhecido. Sobre essa imagem reside a construção identitária do habitante riograndense e suas *referências culturais* mais elementares, que preservam a herança da cultura de matriz açoriana. A historiadora Cleusa Graebin (2003, p.61) enfatiza:

Ao nos debruçarmos sobre a elaboração dessa identidade plasmada em elementos culturais dos açorianos, percebe-se que não estava deslocada do processo de reetnização de outros grupos como italianos, alemães etc; e de fenômenos com regionalismos separatistas. O Rio Grande do Sul é uma fronteira geopolítica, étnico-cultural demarcada por um *continuum* de experiências de produção de alteridades e complementaridades. Encontrou-se no açoriano o agente explicitador da identidade regional, o símbolo da alteridade da sociedade sul-riograndense frente ao restante do Brasil.

Essa *identidade*, no coletivo ou no individual, está intimamente ligada a uma construção imagética relacional, consigo ou com seu contexto. É na análise da memória herdada que Michael Pollak (1992, p.204) introduz a concepção de *identidade* em uma perspectiva de sentimento social: “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo”. Para o autor, a construção da identidade é gerada a partir do indivíduo em referência aos critérios que o qualifica para o grupo, para os outros.

Entende-se, assim, que os grupos migratórios, tanto os instalados em Santa Catarina, como os deslocados ao continente de São Pedro, guardavam memória de suas matrizes culturais imateriais, bases para uma construção identitária em novo meio social, econômico e territorial. Segundo Haesbaert (1999, p.175), o conceito de *identidade* é usado para pensar as diferenças e por isso é impossível de se trabalhar identidade de forma individual. Precisa-se da relação coletiva, que envolve constante adaptação ao meio social e territorial em que se vive. “Toda a identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorizações positivas e negativas”.

Um contexto todo novo, um tipo étnico-cultural, do individual ao coletivo que vai surgir, do açoriano ilhéu ao açoriano colonizador. Pollak (1992) ressalta que a identidade, superficialmente, constitui-se na imagem que se constrói de nós, para nós mesmos ou para os outros, considerando “a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência”. O açoriano em solo riograndense foi

reconstruindo a sua própria *identidade*, em um processo natural, resultante dos novos desafios sociais. Essa construção identitária, acontece necessariamente com base em critérios sociais, a partir da relação dentro da coletividade.

A imagem do ser social é resultando de constante troca, na qual a identidade é modelada, do indivíduo para o grupo no qual se insere. Essa imagem deve refletir o seu meio, o seu conjunto de símbolos e a sua experiência individual. A Coroa Portuguesa identificou nos ilhéus açorianos potenciais grupos para um programa de colonização por ocupação territorial. Oferecendo benefícios, recrutou pessoas interessadas. Considerando este entendimento, essa construção que parte do indivíduo e atinge o grupo, desenvolve a chamada *identidade coletiva*. Uma vez constituída, essa base identitária se pluraliza, retornando por sobre os indivíduos, a imagem do grupo, considerando a identificação cultural, territorial e sistêmica adquirida.

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992, p.207).

O grupo, que no projeto colonizador tinha estímulo de migração. era inicialmente, os casais e suas famílias e depois os novos casais por seus descendentes diretos. Wiederspahn (1979), ao comentar os centros de expansão dos casais açorianos pelo Rio Grande do Sul, destaca que a Provisão de 1749 igualou aos casais que se formassem em solo brasileiro, no prazo de um ano, as vantagens previstas na provisão de 1747 aos casais migrantes. Conforme o autor, isso incentivou uma grande formação de casais entre jovens filhos de açorianos, trazendo prejuízo organizacional. Por intervenção do Governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, uma nova Provisão real saiu em 1752 alterando este prazo para cinco anos.

Ainda, segundo Wiederspahn (1979), a Vila de Rio Grande é instalada, oficialmente, em 1751 (apesar de já ter sido criada quatro anos antes), e recebe os primeiros "casais de número". Foram levadas provenientes da Ilha de Santa Catarina, que inclusive pela presença do Tenente-Coronel Gomes Freire (que mais tarde se tornou Vice-Rei), comandante da repartição sul, teriam sido os únicos a receberem datas de terras na região. Porém em 1763, acabaram se dispersando,

forçadamente, ao norte, onde outros casais já estavam em condições bem mais precárias.

Crescendo assim a vila em importância militar e comercial, também os açorianos “casais de número” e seus descendentes foram melhorando de situação, até que, em 1763, com a invasão dos hispânicos de Buenos Aires, e conseqüente ocupação do nosso extremo sul, a chamada “corrida do Rio Grande”, tiveram de abandonar suas terras às pressas [...] (WIEDERSPAHN, 1979, p.64).

Segundo o autor, entre o Rio dos Sinos até o Rio Pardo já existiam várias sesmarias concedidas por Gomes Freire. Muitos dos casais açorianos foram espalhados, em condições totalmente precárias, em terras com situação legal duvidosa ou sendo questionadas a serem devolutas. O mesmo destaque é dado em Graebin (2004, p.109):

[...] constata-se que havia a intenção das autoridades de povoar desde o Rio São Francisco até o Cerro de São Miguel, bem como as Missões com casais açorianos. Estes foram se fixando no Rio Grande de São Pedro a partir da Vila de Rio Grande, alcançando os Campos de Viamão (Viamão e Porto Alegre), Santo Amaro, Triunfo e Rio Pardo. Após a invasão do Rio Grande pelos espanhóis, as famílias que estavam vivendo na Vila de Rio Grande se dispersaram para Estreito, Mostardas, Santo Amaro, Triunfo, Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Taquari e Osório [...].

Após o acordo de paz entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, o novo Vice-Rei do Brasil, Conde da Cunha, recomendou um cuidado diplomático e uma reorganização militar em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Deveria mandar fortificar a linha demarcatória [...] do curso do Rio Taquari, distribuindo os dispersos da ‘corrida de Rio Grande’” (WIEDERSPAHN, 1979, p. 96). O Coronel José Custódio de Sá e Faria foi o designado, pelo Vice-Rei, como Governador e responsável por esta tarefa, iniciada com a instalação de um forte e um assentamento em 1764 na margem leste do Taquari.

Foi numa área da sesmaria do tenente Francisco da Silva, português [...], e genro de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, o antigo sesmeiro do Morro Santana, em Porto Alegre, que José Custódio mandou que se arranhassem os casais açorianos, primeiros povoadores de fato da hoje cidade sul-riograndense de Taquari, um grupo de pouco mais de 60 pessoas, de ambos os sexos e todas as idades, para lá encaminhados dentre os disponíveis no Porto dos Casais (WIEDERSPAHN, 1979, p. 98).

O autor enfatiza que quatro anos antes já havia chegado 14 casais no local, mas que daqueles somente a metade permaneceu, migrando os demais para a

outra margem, a atual Santo Amaro. José Custódio de Sá e Faria ainda prosseguiu na instalação de novos assentamentos, porém sem receber nenhum recurso do Vice-Rei, nem da metrópole. Segundo Wiederspahn (1979), o sucessor de José Custódio após 1769, Coronel José Marcelino de Figueiredo, empenhou-se em continuar o seu trabalho. Determinou ao Capitão Engenheiro Alexandre Montanha a legalização das terras junto a Taquari, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro, bem como a instalação de outros assentamentos em terras de antigos sesmeiros para casais que ainda aguardavam uma solução governo.

A seguir tratou José Marcelino de reforçar o nascente povoado de São José do Taquari com os casais disponíveis, nem todos de açorianos dos “de número”. É que José Marcelino passou a considerar como casais merecedores de datas de terras todos os de bom comportamento, inclusive alguns constituídos pelo matrimônio de homens bons e honestos com índias também reconhecidamente recatadas. Devemos pois admitir que a partir de 1770 passariam os antigos “casais de número” e seus descendentes a se integrarem de fato à nova comunidade sul-riograndense surgida daquela confusão generalizada provocada pela dispersão dos açorianos na “corrida do Rio Grande” em 1763 (WIEDERSPAHN, 1979, p. 107).

Segundo Roncayolo (1986, p. 271), “O apego ao território, mais do que qualquer outra tradição é considerado típico das sociedades rurais...”. O autor destaca, principalmente, a relação de sobrevivência que aproxima o homem do campo da terra. No mesmo sentido, a relação de “existência” é trabalhada pelo geógrafo Angelo Serpa (2017) na abordagem do conceito de *território* a partir destas sociedades. Este sentimento de apropriação do *território*, considerando as relações do homem com a terra, traduz a realidade dos primeiros casais açorianos colonizadores do sul do Brasil.

No contexto da imigração e da colonização, o conceito de *territorialidade* não está enraizado no *território*, é bem mais do que isso. Em Roncayolo (1986), dois aspectos são pontuados: Na terra, estava a ligação espiritual/material, que envolve crenças e/ou religiões. No grupo social está a ligação de técnicas/organização e envolve produção, costumes e hierarquia social. Em Serpa (2017), o conceito de *território* está vinculado à “posse e domínio” e este é fixo, não entra em deslocamento. Mas, também, pode ser construído. Já a ideia de amor e compromisso, está vinculada ao conceito de *lugar*, ou seja, onde o grupo social está, e por isso não é fixo. O conceito de *territorialidade*, em análise no caso da migração açoriana, situa-se exatamente na intersecção entre *território* e *lugar*.

O entendimento de *território* se configura sobre um determinado grupo social a partir da exploração da terra e do controle político, considerando a estrutura da comunidade e suas relações externas (RONCAYOLO, 1986). Serpa (2017, p 590) exemplifica: “Defendemos o *território* contra outros *territórios*; já o lugar não se defende”. O lugar segue junto com o grupo quando o antigo *território* fica para trás. O sentimento de *territorialidade* acompanhou os ilhéus açorianos no processo migratório de colonização. No entanto, a instalação dos ilhéus em *território* sul-riograndense foi bastante complicado. Conforme Luiz Antônio Alves (2005, p. 19):

[...] verifica-se que alguns açorianos, ao contrário do planejado e prometido, somente receberam terras após 20 anos do ingresso no Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, muitos morreram antes de chegarem definitivamente a sua Data. Viúvos recebendo a documentação de posse foram vários. E até mesmo filhos dos “casais de número” receberam as terras, como herdeiros legítimos, já que os pais não mais existiam. Foi um processo doloroso e de longo prazo.

Mesmo assim, os açorianos se espalharam, firmaram suas bases econômicas e continuaram a sua construção patrimonial neste novo *lugar*, adaptando seus elementos culturais de natureza imaterial as culturas receptoras existente neste *território*. No Rio Grande do Sul, várias localidades receberam açorianos oriundos do processo migratório do século XVIII e seus descendentes, dando origem a muitos municípios. Alves (2005, p. 20) destaca:

Considerando-se, então, *Município Açoriano*, como aquele que recebeu pessoas nascidas no Arquipélago dos Açores, sendo ou não proprietário de terras [...] A relação apresenta: Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Taquari, São Leopoldo, Triunfo, Santo Amaro/General Câmara, Rio Pardo, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Tavares, Mostardas, Estreito, Chuí, Taim, Herval, Santa Vitória do Palmar, Osório, Pouso Novo da Torotoma, Encruzilhada do Sul, Piratini (Capão Grande), Canguçu, Alegrete, Montenegro e Cambará do Sul.

Por outro critério, considerando mais especificamente a formação dos assentamentos que iniciaram seu povoamento até o fim da colônia em função do processo migratório promovido pela Coroa Portuguesa, independentemente do *status* de freguesia ou não, pode-se destacar 25 aglomerados urbanos. Vê-se na tabela 1, o ano de início do povoamento em cada um deles.

Tabela 1 - Assentamentos açorianos do período colonial

Assentamento	Povoamento
Santo Antônio da Patrulha	1725
Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório)	1732
Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	1735
São Pedro de Rio Grande	1736
São Luis das Mostardas	1736
Nossa Senhora da Conceição de Viamão	1740
Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	1750
Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre	1752
Santo Amaro (General Câmara)	1752
Bom Jesus do Triunfo	1752
Nossa Senhora da Conceição do Estreito (São José do Norte)	1752
Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	1753
Aldeia dos Anjos de Gravataí	1755
São José do Norte	1763
São José de Taquari	1764
Povo Novo (Rio Grande)	1777
São Francisco de Pelotas	1780
Santa Bárbara de Encruzilhada	1781
Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul	1787
Piratini	1789
São João Batista do Herval	1791
Nossa Senhora do Serrito de Canguçu	1793
Guaíba	1793
Santa Maria da Boca do Monte	1797
Divino Espírito Santo do Serrito de Jaguarão	1801

Fonte: Durán (2009, p.32)

A *identidade* do “açoriano ilhéu, o migrante” passou a dar lugar para a *identidade* do “açoriano colonizador, o descendente”. Rogério Tílio (2009, p. 110), que traz reflexões sobre o conceito de identidade, reforça que a “Identidade social deve ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se percebem dentro da sociedade em que vivem [...]”, sendo que esta imagem individual constitui a imagem do grupo. É a nova imagem pela qual os açorianos passaram a ser identificados no Rio Grande do Sul.

[...] a identidade é uma construção social, e não um dado, herdado biologicamente, ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo (TÍLIO, 2009, p.112).

As relações de poder também estão intimamente ligadas com a *identidade social* (TÍLIO, 2009). Os contextos sociais, em relações econômicas, étnica-raciais ou culturais mais específicas, refletem cotidianamente relações de domínio e poder,

marcantes nos primeiros anos da colonização açoriana. Em um ponto à frente, o resistente passa a desenvolver a nova identidade, configurando um ciclo social em constante movimento, em que as relações de poder estão ligadas com as identidades.

As múltiplas identidades, considerando características do indivíduo, também se referem a aspectos culturais. Assim, a *identidade cultural* entra na análise de Tílio (2009, p. 116) destacando que “Os conceitos de cultura e identidade [...] parecem se confundir em alguns momentos, uma vez que as mesmas categorizações que definem culturas também definem identidades”. Dessa forma, estas identificações culturais fazem parte da construção identitária em questão.

E foi mantendo suas bases culturais que os ilhéus enfrentaram a condição social que encontraram como migrantes. Na Capitania de São Pedro, a vida cotidiana dos colonos açorianos foi bastante desafiadora, conforme Graebin (2006). Os ilhéus tiveram que se reinventar em terras continentais, com clima bem diferente do seu território de origem. Suas tradições, seus costumes, tiveram que ser adaptados à nova realidade. Desde os hábitos mais simples como alimentação, cuidados com a saúde e práticas religiosas.

No cotidiano, na falta de atendimento médico, buscava-se o medicamento no meio natural. Em moléstias de bexiga, usava-se como diurético o chá de barba de milho; para as doenças estomacais, chá de macela; em casos de dor de cabeça, colocar nas “fontes” folha de laranjeira; para rouquidão, chá de flores de sabugueiro (GRAEBIN, 2004, p. 126).

Os migrantes açorianos fizeram parte de um projeto de colonização claramente estruturado para uma ocupação populacional com bases socioculturais bem definidas. Conforme Laytano (1969, p. 393), “A conquista territorial devia ser feita com colonos seguros no seu procedimento, na sua formação, e na sua compreensão para com a mãe pátria”. Era a *identidade* açoriana trazida para este *território*, a fim de torná-lo mais seguro e governável pela Coroa Portuguesa. O padrão adepto à religião e configurado para o crescimento populacional.

Colonização com casais. Marido e mulher. Quer dizer o lar organizado, a família pronta, a constituição de bases decentes, sólidas, etc. Os casais tiveram e representaram êste papel. Os casais açorianos fixam êste sentido altamente confortador na história do povoamento brasileiro (LAYTANO, 1969, p.393).

O autor enfatiza que esta característica, “moralmente recomendável” do programa migratório de colonização com casais açorianos, era ideal para os propósitos do governo da metrópole. As famílias deveriam compor povoados, alavancar a agricultura e todo o setor econômico, além da estratégia militar que estes assentamentos organizados representavam. O crescimento populacional também era vislumbrado, pois os casais que vieram dos Açores, e os que aqui se formaram eram também bastante fecundos e traziam *elementos culturais* com vários hábitos de relacionamento social. É importante, porque é diferente da colonização militar e porque a participação da mulher açoriana garantiu um maior grau de açorianidade no novo contexto populacional.

Os açorianos tinham, sim, de ocupar uma região até então somente habitada por militares e fazendeiros. Urgia criar-se uma população urbana, civil no sentido do cidadão propriamente dito, tendo em vista que os fazendeiros do Rio Grande saíram em grande parte das forças armadas (LAYTANO, 1969, p.399).

Esta marca, de fundador de cidades, é amplamente destacada pelo autor em sua análise sobre a colonização de ocupação populacional dos açorianos. Este ponto foi fundamental na questão militar e garantia da soberania portuguesa neste *território*. Mas, no aspecto econômico, foi a exploração das terras abundantes na agricultura e na criação do gado o ponto de maior relevância. Ainda, segundo Laytano (1969, p.408-409):

A agricultura açoriana é assinalada com o plantio do trigo. E têm-se dessa época a notícia do cultivo de outros grãos, como feijão, milho, cevada, alpiste, aveia, ervilha, centeio. [...] Fornecíamos a carne para o Brasil, para o sul do Brasil.

Os elementos culturais açorianos presentes na construção identitária do povo gaúcho, através da colonização, são também comentados pelo autor. Neste ponto, os aspectos relacionados à religiosidade se destacam. As irmandades, e mais especificamente a formada em torno do Império do Divino, é uma prática que atravessou o oceano junto com os primeiros ilhéus e se perpetuou como patrimônio imaterial nas cidades que se originaram destes assentamentos¹². “A mais importante

¹² O culto do Espírito Santo se difere das outras irmandades porque é uma prática fora da ordem paroquial e de raiz judaizante. É um elemento cultural específico dos açorianos (Durán, 2009). Esta análise está ampliada no próximo capítulo.

devoção do colono açoriano é a do Divino Espírito Santo. A Capela do Divino ao lado da Igreja Matriz” (LAYTANO, 1969, p.414).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a migração açoriana lançou as bases mais sólidas da *identidade rio-grandense*, considerando a inserção cultural dos ilhéus neste *território*. Além de representar o modelo mais adequado para cumprir o projeto de ocupação, trouxeram a cultura de matriz açoriana, constituindo uma representatividade ampla no cenário étnico e social do sul do Brasil.

A presença do açoriano no Rio Grande determinou e consolidou moralmente a ocupação. Não foi, portanto, apenas uma ação material. Mas psicológica. Preenchidas as áreas vazias com os açorianos assegurou-se a posse portuguesa. A posse e o idioma, os costumes, a cultura (LAYTANO, 1969, p. 420).

Estando a *identidade cultural* inserida na *identidade social*, em Tílio (2009), essa é, também, fragmentada. Considerando que “os seres humanos são seres espaciais” e os “espaços de representação são espaços vividos” (SERPA, 2017, p. 587), pode-se entender que o espaço de pertencimento do lugar onde se vive faz parte da *identidade cultural* do grupo social. O açoriano do Rio Grande do Sul passou a consolidar a sua nova *identidade*.

Em Serpa (2017), o conceito de *lugar* aparece como o espaço vivido e o conceito de *território* configura como o espaço de poder. Limites e fronteiras nas relações com o outro no cotidiano e nas mais diversas escalas são colocadas em destaque. Essa relação conceitual é adequada para a abordagem de algumas questões específicas, no entendimento da consolidação da açorianidade (LEAL, 1997) em solo gaúcho, pela vertente da territorialidade.

Para o autor, as chamadas coletividades locais funcionam ativamente como “tapa-buracos” onde o Estado não alcança, não atua. Foi esta a configuração que se encontrou desde os assentamentos açorianos no Rio Grande do Sul, mesmo abandonados pelo Estado Português. A socióloga Maria Isaura de Queiroz (1989), converge com Serpa (2017) quando analisa o patrimônio cultural do grupo social através da maneira de viver e de pensar dos habitantes. Ela interpreta como a coletividade se apropria do seu próprio patrimônio, valorando o sentimento de pertença pelo *lugar* onde vive e construindo sua identificação identitária local.

A contribuição dos migrantes açorianos à construção identitária do brasileiro sulino ao passar a habitar neste *território* mais meridional da América Portuguesa é

comentada, à luz de vários autores em Graebin (2003). Entram nesta análise a construção simbólica, os traços da açorianidade (LEAL, 1997) que são identificados na formação cultural do sul do país e, especialmente, do Rio Grande do Sul.

[...] os açorianos, movendo-se pelos mesmos hábitos, costumes e ideais trazidos das ilhas, teriam contribuído para a homogeneização social e a construção de uma sociedade democrática e progressista no Estado. Aos açorianos foi atribuída a geração do respeito religioso e moral, da nobreza dos sentimentos, dos princípios de honra, dos símbolos de honestidade, bravura, patriotismo, moralidade e justiça [...] Os açorianos, então, teriam fornecido os elementos de progresso, de cultura de civilização determinantes para a construção identitária do gaúcho (GRAEBIN, 2003, p.56).

Uma imagem do homem riograndense composta a partir do açoriano. Entende-se, nestes termos, que a construção conceitual da *identidade* é territorial. Peculiaridades culturais e sentimento de pertença estão atrelados às relações de poder e ao *território*. Assim como em Queiroz (1989), as concepções culturais aparecem unidas na *identidade nacional*, na mesma linha, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2008) concorda, ao apresentar a análise de concepções de espaço dentro do *território*. O espaço ocupado e modificado pelas relações sociais, demarcando seu *lugar de viver*, molda o *território* que, em movimento circular, toma parte na construção identitária.

Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios (FERNANDES, 2008 p.276).

Segundo o autor, essa ação modificadora faz parte da apropriação da sociedade sobre o espaço em que vive, bem como a construção identitária vinculada àquele território. Os signos, as questões culturais que envolvem os sujeitos, todo o contexto direciona o grupo social a construir o seu espaço. A colonização açoriana não ocupou espaços simplesmente, mas os preencheu com seus elementos culturais. O *território* vai além do espaço de governança, mais um espaço de vida, que envolve todo o patrimônio representante de uma coletividade.

Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais (FERNANDES, 2008, p. 277-278).

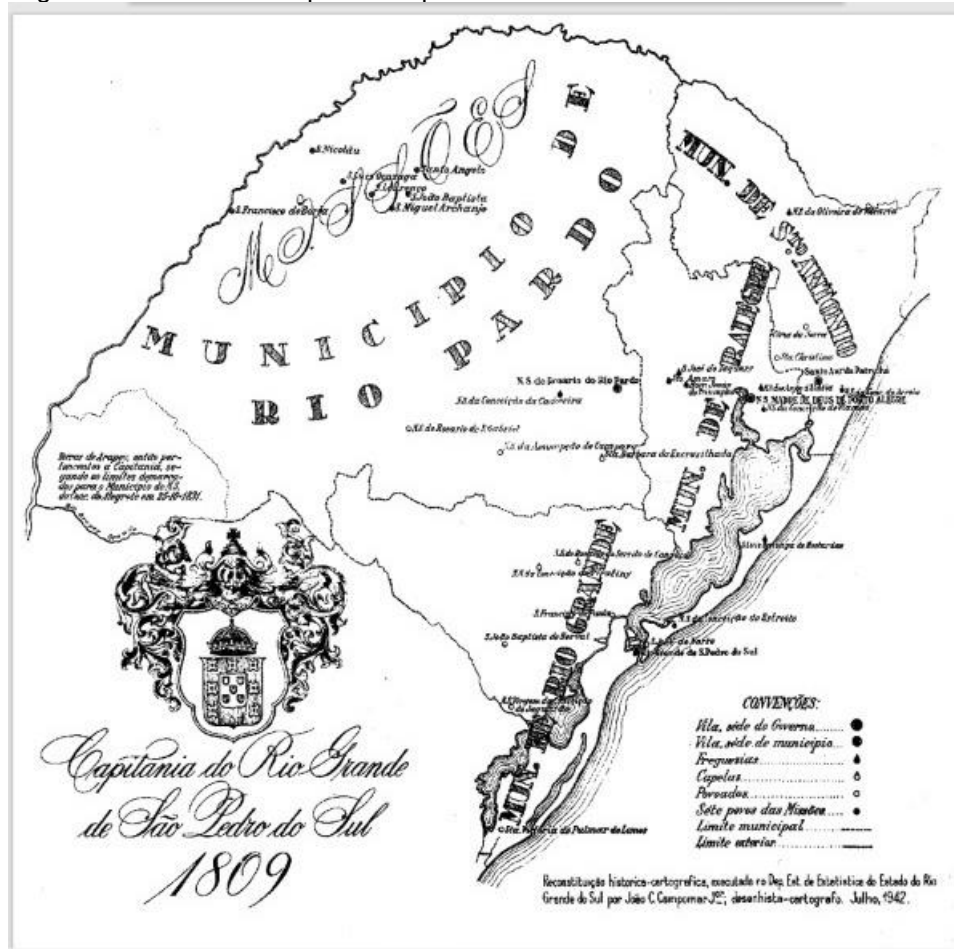
Ainda, conforme Fernandes (2008, p.282), “A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia”. Dessa forma, todo o contexto de significados que envolvem as coletividades, como dos açorianos colonizadores, condiciona a construção social que é o *território*. As disputas territoriais e seus conflitos são, para o autor, de fundamental análise para a compreensão mais ampla do conceito, que precisam estar dispostas considerando todos os seus princípios. “As dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc” (FERNANDES, 2008, p.290).

O *território*, considerado a partir de uma realidade hegemônica, está baseado não somente no espaço de governança. O espaço, condicionado pelas múltiplas relações sociais, traz uma característica de ampla pluralidade, flexibilizando a noção teórica do *território*. A chegada dos casais açorianos para o processo de colonização no século XVIII redefiniu estas relações sociais, levando o *território* rio-grandense a uma nova organização de poder.

A disputa entre territórios latifundistas e territórios camponeses, no sentido da utilização da terra, é amplamente abordada pelo autor, fazendo nesta análise, uma cuidadosa relação entre as diversas variáveis presentes nas dimensões do conceito. Segundo Fernandes (2008, p. 295), “Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes”. O autor enfatiza que, na disputa em questão, existem relações sociais distintas que produzem territórios igualmente distintos, precisando destruir uma a outra para se sobrepor e territorializar a outra.

Essa relação territorial se configura na distribuição das terras que era realizada pela Coroa Portuguesa, no período da colonização açoriana, de Sesmarias a antigos posseiros às Datas aos ilhéus colonizadores, se tornando contraditórias. Acabaram sobrepostas gerando diversos conflitos. Vem daí a própria formação de alguns assentamentos, pelos “retirantes” após a corrida do Rio Grande. A busca pela terra foi o que trouxe para o Brasil grande parte da imigração desde o século XVIII até o século XX.

Figura 4 - Divisão municipal da Capitania de São Pedro em 1809



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1986, p.46)

No início do século XIX, o *território* rio-grandense se desenhava. Estando os açorianos inseridos neste *território*, as trocas com as culturas receptoras ocorreram em um processo natural. Desse processo se originou a estrutura étnica e cultural da população rio-grandense. A *identidade cultural* construída como um processo simbólico na base da *territorialidade* desta população em crescimento guarda na sua essência a açorianidade (LEAL, 1997) dos colonizadores. Ramirez (2005, p. 16) destaca:

Vencida aquela etapa de transplante, caracterizada pelo descumprimento das promessas de doação de glebas no território missionário e do fornecimento de instrumental e subsídios [...] pouco a pouco os sobreviventes foram se acasalando com os moradores mais antigos. Estes eram de procedência lusa metropolitana, mesclados com dezenas de figurantes de origem cabocla, oriundos de São Vicente, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Embasava-se, distante, o caldeamento étnico de que proviriam os gaúchos.

O açoriano colonizador, envolvido em encontros culturais, emergindo em novo tipo étnico-social, ocupou o seu espaço. Analisando as colônias de imigrantes fundadas no Brasil no período colonial, e mais especificamente na região Sul, entendeu-se que a distribuição territorial não seguiu critérios de natureza étnica efetivamente. Para Seyferth (2000, p. 147), “Não há uma relação causal absoluta entre essa distribuição espacial e as diferenças de natureza étnica que limitam as diversas colônias”. Mas, no sentido inverso, as colônias constituídas foram determinantes na construção de identificações identitárias pela relação étnica destes povos.

Entende-se, assim, que a construção identitária de um povo, em suas diversas concepções, passa pela territorialidade que o permeia. A *identidade* é territorial (SAQUET, 2007), porque os grupos sociais ao constituírem, cotidianamente, o conjunto simbólico que os representa, têm no *território* uma base fundamental, para o enraizamento cultural em curso. Os açorianos, no sul do Brasil, tiveram este desafio.

Sob diferentes estratégias para afirmação do lugar e da cultura local [...] impulsionou-se por certo período aquela dimensão identitária [...] em que essa idealização do açoriano [...] ajudou à manutenção, expansão e engrandecimento de um conceito de açorianidade (MACHADO, 2013, não paginada).

De semelhante modo, ocorreu no Vale do Taquari, “[...] tradições religiosas do culto ressignificado ao Divino Espírito Santo, danças e brincadeiras folclóricas, [...] e outros tantos ofícios e dimensões de territorializações”, conforme Machado (2013, não paginado). A migração açoriana que chegou a estas terras, no século XVIII, trouxe consigo elementos de natureza étnica e cultural, iniciando, neste novo território, um processo de reconstrução identitária.

2.3 São José do Taquari: povoamento e colonização

O Rio Taquari faz parte da bacia hidrográfica Taquari-Antas, nascendo na região conhecida com pé da serra e tendo sua foz no Rio Jacuí. Em seu trajeto tem diversos afluentes, o que levou seguramente, à formação de diversos povoados. Conforme Genuíno Ferri (1991, p.44), “O rio Taquari, com denominação de Antas, nasce a pouco mais de cinquenta quilômetros a Leste da cidade de Bom Jesus, [...]”

na chamada ‘Encruzilhada das Antas’”. A sua denominação tem diversas versões. A mais aceita, porém, é que o termo indígena “Tebicuary”, que deveria fazer referência a profundidade e a vegetação da margem do rio, evoluiu para Tacuary ao longo do tempo e com a chegada dos colonizadores.

Taquari é vocábulo de origem indígena. A palavra procede de “*Taquara*” (taquara, bambu) e *y* (água, rio), sendo, portando, Taquari, o “rio das Taquaras”. Dizem também que pode significar Tibiquari que é “rio do Barranco Fundo”. O certo é que o nome é de origem indígena e de Tibiquari passou a chamar-se Taquari (FERRI; TOGNI, 2012, p. 114).

Vários elementos contribuíram para que o rio tivesse as suas margens disputadas pela habitação humana. Desde a grande fertilidade do vale até a estratégica posição na esfera militar, o Taquari atraiu e abrigou povos nativos de várias nações indígenas até a chegada dos colonizadores açorianos. É imensurável a importância cultural e socioeconômica do rio na constituição do povoado de São José. Segundo destaca Ferri (1991, p.56):

O rio Taquari-Antas é o mais importante afluente, à margem esquerda do rio Jacuí. O vale que o margeia é reputado dos mais ricos do Estado, [...] entre os mais férteis do mundo. [...] Longe, muito longe no tempo, bem antes que as ruas das cidades e dos povoados se estendessem até junto às barrancas do rio, ou ainda, antes que, as grandes sesmarias ou fazendas lusas ocupassem suas várzeas exuberantes, já o rio Taquari-Antas ligava-se, intimamente, as seus primitivos habitantes, os indígenas, que perambulavam por suas matas marginais [...].

Entre as principais nações indígenas do Rio Grande do Sul ,destacavam-se os Jês (Kaigangs), os Tupi-Guaranis e os Pampeanos/Charruas. João Paulo da Fontoura (2019) faz um relato sobre a ocupação do Continente de São Pedro, a formação tardia do nosso Estado, avançando para o cenário do Vale do Taquari até a chegada dos povoadores. Além da descrição física da região, Fontoura (2019 p.12-13) fala sobre esses nativos que vieram a habitar as proximidades do rio.

Os indígenas que viviam nessas terras, onde hoje está mais ou menos localizada a área abarcada pelo nosso município de Taquari, eram os guaranis. [...] Os nossos guaranis subdividiam-se em três grandes grupos principais, ou nações [...] A nação que nos importa nesse pequeno estudo é os aranchanes - ou patos. Eles viviam principalmente: às margens da Lagoa Guaíba; na parte ocidental da Lagoa dos Patos; e no centro da bacia do rio Jacuí, subindo um pouco chegando até as margens do rio Taquari.

A maior parte dos Guaranis ocupava a região mais noroeste e central do território gaúcho, estendendo-se para leste. Alguns grupos são identificados por

denominações regionais. Esse citado, por exemplo, habitava junto a Laguna dos Patos, e aparece em maior frequência para destacar potenciais encontros culturais junto à margem do Rio Taquari. Segundo o relato de Ferri (1991, p.19):

Os arachanes, uma subdivisão, que habitavam a região da Lagoa dos Patos, da qual receberam a denominação “PATOS”, com o início da colonização da localidade de Rio Grande e adjacências, em 1737, retiraram-se mais para o interior, subindo pela Lagoa dos Patos, pelo Guaíba, rio Jacuí, atingindo às margens do rio Taquari, onde os primitivos colonizadores os encontraram ao serem povoados os municípios de Santo Amaro (General Câmara), Triunfo e Taquari.

Além dos Patos, afugentados pelos primeiros colonizadores, outros grupos nativos também marcaram presença no baixo Taquari, em diversos momentos, inclusive disputando espaço. Nesse sentido, relatam Ferri e Togni (2012, p.35), “Na parte baixa da região, coexistiam diversas tribos de origem tupi-guarani, como, por exemplo, os ibiaçanguara, que eram Carijós”. Até mesmo de outras grandes nações indígenas podem ter circulado nas margens do Taquari.

Mais tarde, quando os portugueses aportaram a Torutama, no desígnio de ali se estabelecerem, os índios Patos recuaram para o interior e tomaram conta das margens do caudaloso rio Taquari, ou antes, Tibiquari. [...] Outras nações faziam excursões pelas cercanias do atual município. [...] Não se pode negar também, racionalmente, que Charruas e Minuanos, depois da introdução do cavalo, deixassem de galopar pelas nossas floridas várzeas e sesteassem nos frescos capões, verdadeiros oásis de nossas armadas campinas rio-grandenses. (FARIA, 1981, p.171-172).

No entanto, no século XVII, começaram as doações de sesmarias no Rio Grande do Sul, sendo que, em meados do século XVIII, as terras do Vale do Taquari também foram concedidas nos dois lados do rio, inclusive na altura da futura Vila de São José. Três, foram os primeiros sesmeiros que ocuparam estas terras.

Em Santo Amaro, margem direita do rio Taquari, junto a foz, logo após a construção do forte Jesus-Maria-José, em Rio Pardo, por volta de 1754, recebia a concessão de uma sesmaria, Antônio de Brito Leme [...] Nos anos seguintes, no território de Taquari, à margem esquerda do rio do mesmo nome, foram doadas sesmarias ao Tenente Francisco da Silva, considerado um dos primeiros moradores da localidade, a Luíz Vicente Pacheco de Miranda e ao Capitão Francisco Corrêa Sarafana (FERRI, 1991, p.72).

Após estes primeiros sesmeiros, o Rio Taquari, cada vez mais escasso da população nativa, veio a abrigar em sua margem os migrantes açorianos. O historiador taquariense Riograndino da Costa e Silva (1972) menciona os 14 casais

açorianos que se estabeleceram às margens do Rio Taquari, sendo sete nesta margem esquerda, ainda no ano de 1760. O autor faz, também, uma ampla análise genealógica sobre as famílias dos estancieiros que se encontravam nos arredores da futura Vila. O Tenente Francisco da Silva, estabelecido em grande estância junto ao Rio Tebiquary, seu concunhado Luiz Vicente Pacheco de Miranda, estabelecido no Morro do Carapuça e o Capitão Francisco Correia Sarafana, estabelecido entre o Arroio Pinheiros e o Arroio Santa Cruz, especificando o genro de Francisco da Silva, Mathias Pereira da Silva que também se estabeleceu nas proximidades do rio ainda antes da chegada dos açorianos.

[...] verifica-se por tudo quanto foi exposto [...] que o Tenente Francisco da Silva foi muito provavelmente [...] o primeiro povoador das terras taquarienses, o morador que primeiro veio a fixar-se e estabelecer-se na região junto ao Passo do Rio Tebiquari. E ali estava com ele [...] o genro cujo nome o Capitão Alexandre José Montanha não registrou em seu mapa hoje histórico, mas que era Mathias Pereira da Silva, conforme deixamos assinalado anteriormente (SILVA, 1972, p.105).

As famílias colonizadoras vieram, mais adiante, a constituir, de fato, a Vila de São José. Parafraseando Heródoto, “uma dádiva do Taquari”. Segundo Ferri (1991, p.74), “O açoriano adaptou-se muito bem, por força do trabalho agrícola, sobretudo no cultivo do trigo e outros cereais, constituindo-se um dos alicerces da penetração portuguesa nos vales dos rios Jacuí e Taquari”. Silva (1972) analisa, conceitualmente, o processo de deslocamento dos migrantes, a partir da entrada em território do Rio Grande, gerando núcleos de colonização expansionistas. Segundo o autor, este processo deu origem a Taquari e a outros povoados históricos.

A existência histórica de Taquari vem, portanto, dos primórdios da terra sul-riograndense, nada mais representando do que um desdobramento natural e imperativo da expansão dos primitivos núcleos de povoamento do solo gaúcho, de onde saíram realmente, os colonizadores de outras zonas então pouco conhecidas (SILVA, 1972, p. 57).

Como foi comentado anteriormente, o *território*, considerando os limites físicos, só tem sentido devido ao seu espaço interno, o sentimento de pertença das comunidades, das famílias, da relação entre os habitantes (RONCAYOLO, 1986). Na imigração, a *territorialidade* é construída considerando as diversas particularidades dos processos de mudança social. Isto é, o *território* além do espaço político/físico, mas cultural. As definições de *lugar* estão intimamente ligadas às representações espaciais, sociais e culturais (SERPA, 2017). O *território* físico

não limita o *lugar*. Os migrantes açorianos vieram construir, junto ao Rio Taquari, o seu novo *lugar*!

Conforme Ferri (1991), Santo Amaro, Triunfo e Taquari foram os três primeiros povoados das margens do Taquari-Jacuí. Nesses núcleos, já existiam casais vindos do processo migratório, a partir do Edital de 1746 da Coroa Portuguesa, em formações espontâneas, mesmo antes da fundação do assentamento de São José do Taquari. Esse porém, teve origem oficial com os retirantes de Rio Grande após a invasão espanhola.

Também em Triunfo, instalada como freguesia autônoma da de Viamão em 1757, e em Taquari, antes mesmo de sua criação oficial como povoado açoriano, já se encontravam casais dos “de número”, sobre os quais apenas temos notícias concretas a partir de 1764, depois da “corrida do Rio Grande” (WIEDERSPAHN, 1979, p.67).

Nesta perspectiva, usar o Rio Taquari como barreira natural a um eventual avanço militar espanhol, assim como assentar as famílias de açorianos que haviam ficado desassistidos, eram duas questões que se completavam. Foi neste sentido a determinação do Vice-Rei ao então Governador da Capitania de São Pedro Eng. José Custódio de Sá e Faria.

No “Regimento” para ele baixado pelo conde da Cunha, determinava-se que o nono governador sulino desse maior importância à defesa e conservação da citada linha do rio Taquari e tratasse de resolver a situação dos casais açorianos, de acordo com os meios de que dispusesse (WIEDERSPAHN, 1979, p.96).

Assim, foi instalado em 1764, o Forte nas margens do Rio Taquari e, na sequência, fundado o povoado de São José, formado integralmente por migrantes açorianos. Esse recebeu uma capela, construída precariamente em madeira. Na devoção da mesma foi colocada a imagem do Senhor São José, esculpida em madeira, vinda de Portugal. Logo em seguida, a capela se tornou curada, ainda subordinada à Paróquia de Bom Jesus do Triunfo. Segundo Wiederspahn (1979, p.98), o Governador José Custódio de Sá e Faria

Foi pessoalmente escolher o local para a construção de um fortim no rio Taquari, o depois denominado de Nossa Senhora da Conceição do Passo do Taquari, onde também iria fundar um núcleo para servir de base de um povoado com os referidos “casais de número” [...] de São José do Taquari. Desde antes de 1760 já existiam por lá moradores, para os quais fora criada, em 1º de maio de 1764, a capela curada de São José [...].

Neste contexto, Fontoura (2019) ressalta os primórdios da colonização, destacando os primeiros povoadores, a partir de 1760, Luis Vicente Pacheco de Miranda e o Tenente Francisco da Silva (genros do estancieiro Jerônimo de Ornellas), o Capitão Francisco Correia Sarafana e os primeiros sete casais açorianos que chegaram na margem esquerda do rio. Enfatizando a tensa situação militar que vivia o território rio-grandense, fazendo referência inclusive ao mês, o autor descreve a fundação do povoado, vinculando a instalação da fortificação estratégica nas margens do Rio Taquari. “Em aproximadamente julho de 1764, é fundado o povoado de São José de Tebiquary, e logo após, um forte de terra batida com 20 peças de artilharia” (FONTOURA, 2019, p. 18).

Os casais açorianos espalhados desde a Vila de Rio Grande, Viamão, e ainda alguns já passado a Rio Pardo, não tinham criado um núcleo de povoamento. Somava-se a isso a necessidade estratégica da criação de um forte no Rio Taquari, diante de possíveis avanços dos espanhóis. O Governador José Custódio de Sá e Faria identificou a urgência do assentamento, se ocupando, pessoalmente, de sua instalação, fazendo a seleção perfeita do lugar.

De sua linguagem se infere que foi ele em pessoa que escolheu a situação própria para as utilidades e lavouras e ilhas fez com toda a regularidade, ruas, casas e praça. Com essa medida, resolvia a situação angustiosa dos casais que desde tantos anos aguardavam aquela providência e preparava-se um elemento de resistência na previsão de futuras emergências (FORTES, 1999, p. 100-101).

Na mesma perspectiva, Mons. Dr. João Maria Balem (1952) aborda a criação da paróquia e destaca uma carta do Governador ao Vice-rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, datada da Capela de Viamão a 10 de janeiro de 1768, dando conta da criação da primeira povoação açoriana, São José do Taquari. Esse documento faz referência às dificuldades encontradas para a instalação do povoado e construção da primeira capela de madeira, citando a imagem de São José recebida na ocasião.

Foi o Senhor Conde da Cunha, ordenar-me arrumasse eu as famílias que das ilhas havia Sua Magestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haverem cumprido as promessas que Sua Magestade lhes fez, quando os mandou sahir de suas terras, e para eu as arrumarem povoações tirasse das fazendas, que se tivessem dado de sesmaria, as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem (...) com effeito fundei a primeira povoação junto ao Passo do Rio Tebiquary em condições que achei própria para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lhas fiz com toda regularidade, em ruas, casas e praças, e querendo dar princípio a igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para ella do matto, porém não tive meios para as ferramentas precisas (...) e só me mandou a imagem do Senhor São José, cuja invocação lhe puz em memória do nome do nosso augusto soberano (...) (BALEM, 1952, p.19).

Fundado o povoado, no mesmo ano, Sá e Faria solicitou à metrópole a possibilidade para a construção de uma nova Igreja, maior e com melhores técnicas construtivas, no alto da colina. Foi a partida para o desenvolvimento do projeto urbano da Vila de São José, seguindo os princípios do chamado urbanismo pombalino (DURÁN, 2009), como se verá mais adiante. Segundo relata Octávio Augusto de Faria (1981, p.176):

Desejando o referido governador o desenvolvimento desta povoação, por intermédio do vice-rei do Estado – Conde da Cunha, pediu ao prelado autorização para edificar uma melhor igreja, em lugar mais apropriado. Por provisão de 7 de maio de 1765, foi, não só concedida a licença para a fundação da igreja, com capacidade para servir de Matriz, no lugar onde hoje se acha, designado pelo governador, como também elevado Taquari à categoria de Paróquia.

Como próximo passo, o novo Governador José Marcelino de Figueiredo tratou da regularização das Datas de terras que, apesar de previstas desde a Provisão de 1747, nunca haviam sido concedidas corretamente. As famílias assentadas em Taquari passaram a ter a sua terra legalizada e o povoado crescia em tamanho, valorização e importância militar no contexto de tensão em que viviam.

Completando a obra iniciada por seu antecessor no governo da capitania, tratou José Marcelino de legalizar a situação dos “casais de número” localizados em São José do Taquari e noutros pontos onde estes se encontravam precariamente arranchados, visando com eles a formação de bases para acolhimento de elementos militares, no decorrer de uma possível ofensiva hispânica sobre o Rio Pardo (WIEDERSPAHN, 1979, p.106).

O encarregado desta organização territorial foi o capitão em exercício engenheiro Alexandre José Montanha, homem de confiança do Governador José

Marcelino (sucessor de Sá e Faria). Montanha foi o cartógrafo que desenhou o primeiro mapa das terras junto ao Rio Taquari, nas quais foram loteadas as posses às primeiras famílias de ilhéus que, como colonos, constituíram o povoado. Um território escolhido por sua perfeita localização, dentro do estrategicamente planejado pelo governo desta capitania.

Assim, de acordo com as ordens que recebera em 25 de setembro de 1770, iria o capitão José Montanha repartir entre os casais remanescentes da fundação de São José do Taquari de 1764, 60 datas de terras medidas e loteadas devidamente, passando-lhes as respectivas certidões de posse. Traçou pois em sua planta as bases definitivas do povoado já elevado oficialmente à categoria de freguesia, a hoje cidade de Taquari, a primeira cidade açoriana no Rio Grande do Sul [...] (WIEDERSPAHN, 1979, p.107).

Figura 5 – Réplica do primeiro mapa de Taquari. Eng^o Capitão Alexandre José Montanha. Original de 15/04/1771 existente no Arquivo Público Nacional.



Fonte: Modificada de Sala Açoriana de Taquari (1971).

Na figura 5, os pontos A e B (em destaque) referem-se, respectivamente, a Vila de São José (atual Centro) e ao Armazém de Sua Majestade, provável armazém militar da fortificação junto ao povoado do Riacho (atual Bairro Praia). O plano do terreno destinado aos casais vindos dos Açores foi construído pela ação organizacional do capitão engenheiro José Montanha, demarcando e documentando lotes (FORTES, 1999). O agrimensor aferiu as bases do primitivo posseiro, Francisco da Silva, para sua indenização por nova sesmaria e levantou o projeto da nova Vila.

Os migrantes açorianos que se estabeleceram às margens do Rio Taquari, no final do século XVIII, trouxeram consigo a memória de um passado que ficou nas ilhas e a intenção de construir na América uma história, produzir e prosperar, mantendo elementos dos seus costume e tradições. O processo de trabalho e reinvenção, o *lugar* onde agora estão, o *território* que passaram a ocupar. A fundação do povoado, a busca por um capital econômico e a preservação de um *capital cultural*. A *identidade* construída neste novo momento reúne todos estes elementos. A relação social dentro do grupo, no meio, em um novo contexto.

[...] segundo Bourdieu, em sociedades como as nossas, o espaço social está estruturado por dois princípios principais de diferenciação que repousam sobre as duas mais importantes formas de capital – o capital econômico e o capital cultural -, as quais se encontram desigualmente distribuídas entre a população [...] (NOGUEIRA, 2017, p.105).

Considerando o crescimento populacional sul riograndense, inclusive do povoado de São José, o desenvolvimento de todo o entorno rural foi também se desenhando. Balém (1952) destaca a evolução do assentamento, considerando as práticas vinculadas a tradições de fé, trazidas pelos povoadores, dentro de um sistema de governança diretamente ligado à religiosidade. O recém-criado povoado, em pouco tempo, passou ao status de freguesia e em seguida, desmembrado de Bom Jesus do Triunfo, se torna também uma paróquia.

Crescendo, o povo do Continente do Rio Grande de São Pedro, onde os párocos das freguesias já estabelecidas não podiam administrar os Santos Sacramentos a fregueses distantes em sítios assas remotos uns dos outros, foi preciso que a Portaria de 1 de maio de 1764 criasse em Curada a Capela de São José levantada nas margens do Rio Tebiquary, distrito da Paróquia do Senhor do Bom Jesus do Triunfo, em benefício de tantas criaturas destituídas dos socorros espirituais: não tardou, porém que a mesma capela tivesse a prerrogativa de Paróquia amovível, por outra Portaria de 13 de maio de 1765, e principiasse a ser enumerada entre as igrejas perpétuas em consequência do alvará de 20 de outubro de 1795, e a Carta Régia de 2 de novembro de 1797. (BALEM, 1952, p.14).

O autor enfatiza os aspectos relacionados à população local, aos limites territoriais políticos e eclesiásticos e o patrimônio histórico construído pela igreja. A identidade cultural da comunidade foi moldada, ao longo dos anos, na relação direta com a fé católica. A historiadora taquariense Nilda Rita dos Santos (2007) também chama a atenção para a questão da força da cultura popular açoriana, que se manteve muito significativa e, ainda diante de toda a dificuldade de adaptação e até mesmo de mantimento, prevaleceu, gerando grande influência na formação da identidade do habitante da região e nos deixando muitos legados.

Santos (2007) destaca que os açorianos são portugueses que foram obrigados a desenvolverem algumas diferenças pontuais, ou providenciais. Isso porque a vida nas ilhas tem peculiaridades que a distingue da vida no continente e, daí a explicação para toda a riqueza da cultura açoriana, presente nas origens do povoado. Em Augusto Becker (2001), de acordo com os estudos abordando a povoação do município, a cultura e diversos segmentos da comunidade, é possível perceber que o desenvolvimento histórico de Taquari não se distancia das suas origens. Para Becker (2010, p. 20-21).

A cultura açoriana em suas manifestações, está presente no nosso dia a dia, e na maioria das vezes, não percebemos ou mesmo, não sabemos. Muito do que fazemos, expressões que utilizamos, nossos usos e costumes em geral, tem a marca do povo dos Açores.

Outro aspecto importante do processo de colonização foi o socioeconômico. Santos (2007) ressalta a economia agrícola desenvolvida, tanto nas propriedades de terras nos arredores de Taquari, quanto pelos açorianos na atual zona urbana da cidade. O destaque dado aos açorianos é referente à inserção do trigo, a sua produção de grãos, evoluindo mais tarde para a pecuária e, ainda para funções operárias como carpinteiros, ferreiros e outros ofícios. Também, a produção de frutos cítricos e laranjas de qualidade são destaques desde o tempo da colonização.

Com o passar do tempo, os pequenos domínios agrários foram ficando reduzidos a culturas de subsistência, enquanto aumentava o fascínio pela pecuária, pois o dono da estância conduzia os padrões sociais e possuía o prestígio. Muitos dos açorianos [...] passaram mais tarde para a pecuária sem deixar de serem agricultores (SANTOS, 2007, p.56).

As irmandades que eram formadas em torno de uma devoção específica, com certas funções dentro da comunidade cristã. Havia grupos de orações e atividades

sociais regulares. No entanto, este espírito religioso herdado dos açorianos não impediu a formação de uma sociedade dividida. Santos (2007) ressalta que as amizades entre as famílias eram muito selecionadas. Uma elite financeira e cultural extremamente conservadora. Esta, não surpreendentemente, passou a compor a elite política do mais novo município, situação refletida na primeira eleição para vereadores que formou a primeira câmara municipal para administrar o município por quatro anos, ainda no regime imperial.

São José do Taquari foi um assentamento açoriano em sua povoação, pois foi formado essencialmente por casais açorianos. Outras culturas que habitaram aquelas terras, anteriormente, não chegaram a constituir um aglomerado urbano. Assim, Taquari é uma cidade que guarda a açorianidade (LEAL, 1997) em seu patrimônio material e imaterial. Durán (2009, p.514), que pesquisa pequenos povoados açorianos afirma:

Conforme o parâmetro sociodemográfico, Taquari é um aglomerado açoriano, porque os primeiros povoadores foram casais das ilhas. A existência da capela do Império e seu posicionamento relevante evidenciam a presença de uma comunidade açoriana, com capacidade de influir na configuração de seu espaço urbano.

Santos (2007) apresenta Taquari como “cidade açoriana”, seguindo Fortes (1999), principalmente por ser, aqui no Continente de São Pedro, a única povoação formada somente por açorianos. A mesma afirmativa vem por Fontoura (2019, p. 208) ao destacar que “Taquari tem um predicado absolutamente singular que o diferencia das demais povoações do nosso Estado: foi à única colonizada *exclusivamente* por açorianos”. É evidente, porém, que desde o processo de colonização e em todo o desenvolvimento histórico, encontros culturais aconteceram, formando na cidade uma identidade própria, um processo em constante transformação.

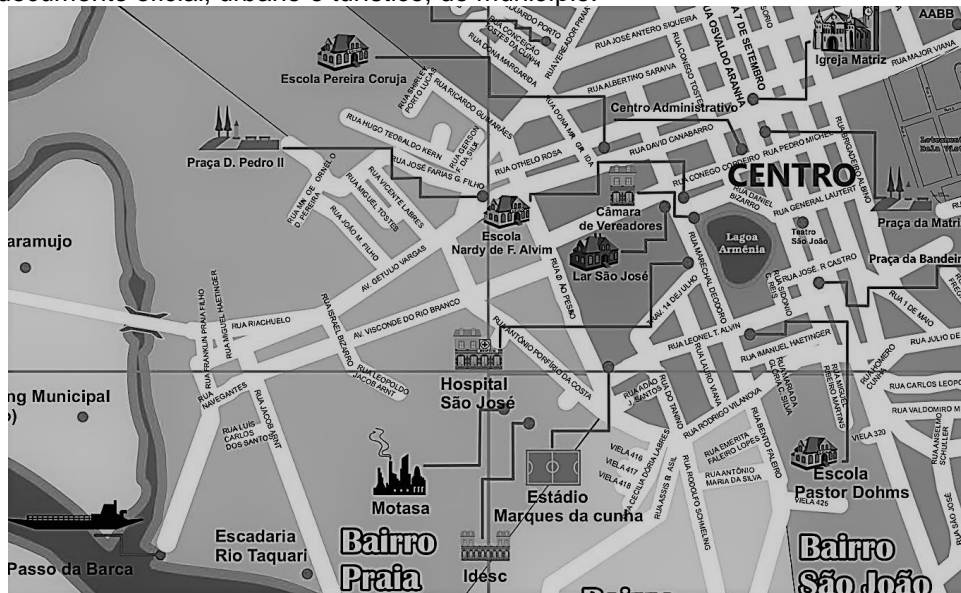
A estrutura urbana da cidade resultou de um povoado de formação espontânea e outro núcleo projetado. Santos (2007) sustenta que a cidade atual se encontra, na quase totalidade do seu núcleo central, plantada sobre uma colina, devido ao desconhecimento da possibilidade de alcance das águas e temor por possíveis cheias. Faria (1981, p.173), também faz referência a esta questão:

Os açorianos, como não tivessem conhecimento da altura a que podiam chegar as águas nas cheias, afastaram-se muito do leito do rio [...] O agrimensor Montanha, que veio com os povoadores para medir as suas posses, não quis provavelmente procurar muito; e contentou-se com a coxilha em que atualmente se assenta a cidade de Taquari.

Porém, na prática, o primeiro povoado foi formado às margens do Rio Taquari, junto à fortificação instalada por Sá e Faria. Em um segundo momento, já com o processo de medida e distribuição de terras, que o projeto da Vila de São José viria a ser executado, em local escolhido pelo mesmo Governador. Conforme relata Durán (2009, p. 509):

O assentamento localizou-se na margem esquerda do Rio Taquari, na altura da desembocadura do arroio Tingueté, num barranco que impedia a ocupação, ao longo da orla. A topografia em dois níveis, um planalto e uma ribeira, incidiu na estruturação de dois setores, distantes entre si dois quilômetros: uma cidade baixa e uma cidade alta. [...] A cidade baixa, portuária e de tipo espontâneo, formou-se a partir de 1760. A cidade alta, institucional, planejada e erudita foi edificada a partir de 1767. No século XVIII, esses dois setores eram independentes, porém complementares. Com o desenvolvimento urbano, eles terminaram formando uma única malha reticular.

Figura 6 – Do Bairro Praia ao Centro de Taquari. Mapa descritivo e iconográfico. Recorte de documento oficial, urbano e turístico, do município.



Fonte: Modificada de SeMPlan (2011)

Atualmente, o setor de formação espontânea, onde Sá e Faria fundou o Forte Nossa Senhora da Conceição do Passo do Taquari, com os casais açorianos, corresponde ao Bairro Praia. E o setor projetado, no ponto mais alto da colina, onde o mesmo governador solicitou autorização para a construção da Matriz de São José,

corresponde ao centro da cidade de Taquari. Ao redor do centro, a expansão urbana tem refletido no aumento da periferia. Porém, as marcas da açorianidade (LEAL, 1997) permanecem evidentes, inclusive neste padrão urbanístico. A formação histórica de Taquari, como assentamento açoriano, guarda na própria estrutura urbana da cidade essas marcas.

Desde o parâmetro urbanístico, a cidade baixa, com seu arranjo linear e perpendicular ao rio sem a formação de quarteirões, é semelhante às formas de agrupamento das freguesias açorianas. A cidade alta afasta-se do padrão das ilhas e é um claro exemplo representativo do urbanismo erudito do século XVIII, porém como é próprio da urbanística portuguesa, adaptado ao lugar (DURÁN, 2009, p.514).

É possível constatar que a narrativa destacada por Fortes (1999) de ter sido Taquari “a primeira cidade açoriana” devido ao povoado ter se originado do primeiro núcleo de açorianos assentados pelo Governador José Custódio de Sá e Faria, é superdimensionada pela historiografia disponível, em detrimento de outros, talvez ainda pouco trabalhados. Nesse sentido, Durán e Gutiérrez (2020), trazem uma outra questão relevante sobre a fundação do povoado, referente ao projeto urbano idealizado pelo então governador.

Taquari é relevante na história do urbanismo luso-brasileiro por ser, até hoje, o único assentamento sulino do qual se têm um plano prévio, datado de 1767, pertencente ao Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. [...] O projeto não foi totalmente executado, mas, ao se sobrepor o projeto à aerofotografia da área central, observa-se que o dimensionamento da malha, a partir do quarteirão da igreja e da praça, foi parcialmente mantido. A eliminação das travessas dos fundos dos lotes gerou quarteirões retangulares ocupados, ao longo do tempo, em todos os seus lados, com casas térreas da cultura luso-brasileira (DURÁN; GUTIÉRREZ, 2020, p. 76,78).

Nessa perspectiva, pode-se classificar Taquari como o único assentamento açoriano projetado com fonte preservada. Existe a necessidade de ampliar-se a análise sobre o patrimônio histórico e cultural de Taquari. É por isso que este estudo se propôs a valorar os bens culturais locais e sua representatividade, revisitando a memória que guardam, relacionando-os com os fenômenos históricos que os constituíram desde a colonização pelos migrantes açorianos no século XVIII.

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE TAQUARI: O processo dinâmico que guarda a memória coletiva

Analisa-se, aqui, os resultados do estudo de campo, identificando e valorando o patrimônio cultural local associado à cultura de matriz açoriana. Partindo da consideração da indissolubilidade das instâncias material e imaterial (MENESES, 2012), o estudo apresenta uma leitura geral do patrimônio local desde a paisagem, entendida como paisagem cultural passando pela dimensão urbana, a arquitetura e os bens móveis até chegar às práticas culturais de natureza imaterial.

Quando se fala em *patrimônio local*, considera-se o elemento de identidade, algo que guarda determinada representatividade sentida na comunidade. Essa *patrimonialização* é, portanto, produto da atribuição de valor dispensada pela própria sociedade local a esta representação (PRATS, 2005), seja ela material ou imaterial. Porém, enquanto o *patrimônio material* depende muito de sua autenticidade, o *patrimônio imaterial* está sempre em modificação, incorporando nova representatividade.

Muitas críticas são feitas no sentido de ressaltar que, nas primeiras décadas de preservação do patrimônio, no Brasil, foram privilegiados bens representativos da primeira categoria – os monumentos. [...] Mais recentemente, no final do século XX, os bens imateriais foram incorporados às políticas de preservação no Brasil e se reportam a representatividade das práticas culturais, em oposição a excepcionalidade. [...] O patrimônio não existe fora do campo das representações – pressupõe atribuição de significados e de valores que mudam com o tempo, com a sociedade (MEIRA, 2008, p.21).

Segundo Julião (2008, p. 91), “Institucionalizada com relativo atraso, a política de patrimônio no Brasil, nos anos 30, certamente se beneficiou das experiências que lhe antecederam em vários países da Europa e mesmo em alguns da América [...]”. Foi a Constituição Federal de 1934, na Era Vargas, que garantiu proteção legal ao *patrimônio*, de forma mais ampla, no Brasil. Ainda era o valor histórico, vinculado ao viés político refletido ainda do período imperial, mais evidente que representações culturais diversas, que ficavam mais próximas do valor artístico (MEIRA, 2008). Precisava-se definir um patrimônio com base em uma identidade nacional, objetivando coesão em um país tão grande. Andréa Delgado (2008, p. 138,139) analisa o conceito:

O termo “patrimônio” designa, desde a pioneira experiência francesa no período pós-revolucionário, o conjunto de bens de valor cultural protegidos legalmente pelo Estado que, em nome do interesse público, deve zelar para que sejam cultuados, preservados e legados às gerações futuras. Depois que o órgão estatal responsável por instituir o patrimônio lhes atribui a função de representar a nação, esses bens passam então a ser considerados como propriedade de todos os cidadãos. No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado [...].

Já nas décadas de 1970 e 1980, foram incorporados novos conceitos de *patrimônio cultural*. Segundo Meira (2008, p. 116), “No Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional passou a abarcar a noção de bens culturais, ampliando-se os conceitos e o campo de atuação”. Apesar de o tema ter ganho relevância política, desde 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Artístico nacional (SPAN) e a noção de *patrimônio etnográfico*, porém, somente em 2000 o *patrimônio imaterial* teve consolidado o seu reconhecimento legal. Surgiram, então, mudanças de paradigmas com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). A ampliação do conceito trouxe novas abordagens (patrimônio industrial, rural, ambiental, etc.), evidenciando a discussão de atribuição de valores e a crescente representatividade para comunidades específicas (MEIRA, 2008).

Sendo o patrimônio cultural uma construção de natureza processual e por tanto dinâmica, compreende-se a importância de identificar a *memória* presente naquele processo de *patrimonialização*. Dessa forma, torna-se fundamental entender o fenômeno histórico que está no contexto daquele patrimônio cultural em específico, bem como a *memória coletiva* que ele representa, pois a construção identitária daquele grupo se insere neste contexto.

Por um lado, em um campo de interlocução, emerge a necessidade de identificar e compreender o comportamento individual e/ou coletivo do Homem, ao longo do tempo, frente ao seu patrimônio; e, por outro lado, em um campo de projeção, surgem os processos que possibilitam que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e essa, por sua vez, contribua com a construção das identidades. (BRUNO, 2006, p. 15).

A visão estrutural do órgão máximo de preservação no País foi, desde o início, de solidificar “um único Brasil” e o quanto o entendimento de pluralidade cultural presente nos mais remotos recortes urbanos do Brasil ainda está “engatinhando” do exercício de retórica nos órgãos de preservação. Nesse contexto, a historiadora Márcia Regina Chuva (2009, p.29)

[...] enfatiza o momento fundador das práticas de preservação cultural no Brasil, sem deixar de tangenciar a ampla gama de questões que se colocaram para esse campo com a formulação de políticas públicas que visam a patrimonialização de manifestações culturais de natureza imaterial.

A autora trabalha o *bem cultural* como interesse público socioambiental, não este público ou privado especificamente. Chuva (2009) enfatiza a criação do SPAN durante o Estado Novo e a Lei do tombamento para evidenciar a institucionalização do conceito de *patrimônio* no Brasil, dado o valor cultural atribuído. O destaque da importância histórica é potencializado por ter sido a primeira lei que veio a intervir, efetivamente, no instituto da propriedade. “Consagrados os vestígios da nação e legitimadas as formas adequadas de sua proteção, torna-se inquestionável o papel do Estado numa ordem cultural” (CHUVA, 2009, p. 380).

O historiador Manoel Guimarães (2012) trabalhou, ativamente, questões relacionadas à teoria da história e, mais precisamente, a valorização do passado, entendendo os vestígios que levam ao seu estudo e à construção de narrativas relacionadas às ações e desenvolvimento humano, como processo de patrimonialização. Ou seja, o patrimônio histórico como resultado da ressignificação de objetos do passado. Para o autor, entender o *patrimônio*, considerando toda a sua abrangência passa pela compreensão de que ele é resultando de um processo histórico, dinâmico e contínuo.

O autor argumenta que a investigação patrimonial circula em problemáticas atuais que explicam sua constituição a partir do passado, entendendo o presente e projetando o futuro. Segundo Guimarães (2012, p. 97), “Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção.”

O conceito de *patrimônio histórico e artístico*, a partir do reconhecimento dos bens culturais imateriais, foi redefinido como *patrimônio cultural*. Nesta linha, este estudo buscou a relação do fenômeno histórico com o patrimônio cultural que o representa como meio de preservação da *memória* coletiva. Uma comunidade que se aproxima da sua memória e se apropria de seus bens culturais, aprende sobre si mesma e é condicionada a preservar o seu *patrimônio*. Este estudo visou valorar as evidências patrimoniais da migração que se referem às matrizes culturais, conforme Ramos e Oliveira (2020, p.122):

Tais traços se apresentam não só na arquitetura de alguns de seus edifícios, mas, também em marcas do seu traçado urbano, na nomenclatura de seus bairros, nos monumentos à imigração e na sua gastronomia que se apresenta com sotaques, cores e sabores e/i/migrantes.

Muitos trabalhos têm surgido em torno do tema do *patrimônio*, fruto, principalmente, de pesquisas direcionadas a projetos que buscam a valoração patrimonial com base na *memória* que guarda determinados elementos culturais específicos. Conforme afirma Pollak (1989, p. 3) “[...], o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, [...] as tradições e costumes, [...] o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.” São elementos culturais que guardam a *memória* de uma comunidade. A colonização açoriana deixou a sua marca nas comunidades que nasceram a partir dos seus assentamentos.

[...] acreditamos na existência de uma memória açoriana nalgumas cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina representada por traços inscritos nos seus habitantes entre os quais o modo de ver o mundo, o sotaque na fala, as crenças, as festas (Divino Espírito Santo, Santos Reis), as danças (pezinho, cana verde, chimarrita) e o preparo de alguns alimentos [...]. Estes traços podem estar presentes, também, no desenho das cidades onde despontam o casario em fita, as calçadas muito estreitas, o nome do bairro - Moinhos de Vento, Azenha, Menino Deus, em Porto Alegre, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis -. As ações que dão destaque à memória açoriana nestes lugares são alcançadas através de rituais de recordação, entre os quais os comemorativos, representados pela linguagem, pelas imagens, pelas relíquias, pelos lugares. (RAMOS; OLIVEIRA, 2020, p.125).

Este trabalho buscou identificar o patrimônio cultural em Taquari que guarda relação com a memória açoriana. Essa relação sofreu relativa desconexão com o reconhecimento junto aos setores dominantes da sociedade local. As décadas de 1970 e 1980 foram bastante sombrias, com registro de destruição indiscriminada de muitas edificações históricas, inclusive do Império do Espírito Santo. Em 1992, o prédio da antiga Intendência Municipal recebeu decreto de demolição pelo então Prefeito, só não ocorrendo por intervenção do Ministério Público (Goerck, 2009). O processo inverso é lento.

Somente na entrada do século XXI encontra-se registro de uma lei municipal (Lei nº 1906/00) que menciona o auxílio do poder público na manutenção de “prédios considerados de patrimônio histórico do município” no Bairro Praia (TAQUARI, 2000). Seis anos mais tarde, surge uma legislação municipal direcionada à proteção

do patrimônio histórico e cultural do município (Lei nº 2593/06). O texto é bastante abrangente e qualifica os bens patrimoniais, citando os imóveis que têm ligação com “fatos pretéritos memoráveis” e equipara-os aos “monumentos naturais do município” (TAQUARI, 2006, não paginado). Fica instituído, também, o tombamento.

Em 2017, é sancionada uma nova legislação municipal do patrimônio cultural (Lei nº 3980/17), que na prática, significa a ampliação e atualização do antigo texto. A lei traz refletidas as disposições federais, especificando categorizações do patrimônio e estipulando regramentos para o estabelecimento de proteções, através da inscrição no Livro Tombo Municipal. O primeiro artigo da lei descreve:

Constitui patrimônio histórico, artístico e cultural o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município e cuja preservação e conservação sejam de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Município, quer por seu valor arqueológico, paisagístico, etnográfico ou bibliográfico (TAQUARI, 2017, não paginado).

Também já existe um inventário de bens imóveis, porém ainda não regulamentado por legislação específica, o que ainda não dá ao documento poder de proteger as edificações inventariadas. Nenhum documento municipal se refere, especificamente, ao patrimônio associado à memória açoriana, aparecendo somente relacionada em alguns registros de patrimônio imaterial, como do Fervido (Lei nº 4423/21), gastronomia taquariense “com raízes açoriana” (TAQUARI, 2021).

Outros bens patrimoniais, não diretamente relacionados à cultura de matriz açoriana, não fazem parte do objeto de estudo. Muitos, porém, possuem inter-relações. O trabalho está apresentado, desenvolvendo a partir dos fundamentos teóricos e análise qualitativa das fontes, uma descrição densa e crítica dos bens patrimoniais desta comunidade. A coleta de dados por observação em campo identificou os elos de interdependência entre os bens culturais de natureza material e imaterial (MENESES, 2012) nas suas várias escalas, uma totalidade (GONÇALVES, 2007). Apresentam-se a seguir estes resultados.

3.1 O patrimônio paisagístico urbano: da escala territorial à arquitetônica

Apresenta-se a paisagem histórica urbana (DURÁN; MARZULO, 2016), a implantação do povoado na cumeeira, o conjunto urbano de ruas, espaços públicos

e edificações com seus bens móveis. Os açorianos modificaram a paisagem natural desde a margem do Rio Taquari, com a edificação da fortificação e formação do primeiro povoado, até a vila projetada “em cima da colina” (SILVA, 2010), de onde saiu o barro para as futuras construções, formando a lagoa.

Apesar de apenas a Igreja Matriz ter sido contemporânea dos primeiros colonizadores, a arquitetura portuguesa conhecida pelos açorianos guarda relativa influência em algumas edificações da cidade. São as referências culturais que surgem neste processo de patrimonialização.

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos [...] (IPHAN, 2000, p.14).

Choay (2001) aproxima o conceito de monumento à emergente teoria do *patrimônio* urbano, que surge com as novas cidades do período moderno, em separação ao mundo rural que remonta ao período medieval, e ganha força com a Revolução Industrial. Na sequência, o patrimônio urbano é apresentado neste estudo em seu formato abrangente, seguindo a evolução conceitual que culminou na Carta de Washington (1987) atualizada pelos Princípios de Valleta (2011).

Destaca-se a expansão teórica do que se entende por patrimônio urbano, inclusive com a recomendação específica da UNESCO sobre a paisagem urbana histórica, ampliando a escala de proteção. Conforme Inoue (2018, p.272), “não somente o entorno do edifício a ser preservado, como todo o contexto urbano, inclusive largas porções do território, mesclando-se a paisagem natural a seus aspectos culturais”.

No cenário nacional, parte-se dos princípios da Carta de Petrópolis (1987) e seus avanços no conceito dos *sítios históricos urbanos* e da paisagem cultural. Considerando Durán e Marzulo (2016, p. 15), entende-se que “A relevância do patrimônio, desde essa concepção possibilitada pela ideia de paisagem urbana histórica, permite a ocupação do espaço de valoração cultural pelos sujeitos constituintes do patrimônio [...]”. Passa-se a apresentar os dados coletados no repouso de sua fundamentação teórica.

3.1.1 A paisagem cultural

Identifica-se o patrimônio paisagístico existente nos dois principais núcleos da colonização açoriana em Taquari que, pela interação entre ser humano e natureza, constituem-se em bens patrimoniais não somente de classificação natural, mas cultural. Conforme Durán e Marzulo (2016, p. 9), “Paisagem cultural é então, uma geografia culturalmente modificada, uma construção decorrente de uma prática social, seja interrompida ou com continuidade [...] um produto histórico”.

A paisagem diretamente modificada pela ação da migração e sua descendência na cidade de Taquari pode ser analisada pelo seu aspecto topográfico, que possibilitou a formação urbana em dois núcleos, desde o povoado ribeirinho junto à foz do Arroio Tingueté até a cidade alta, assim como a estruturação rural ao redor, hoje progressivamente ocupada pela silvicultura. Topografia essa, que permite a visão desde a margem do rio, onde outrora foi a construção do Forte, a visão do ponto mais alto da cidade, onde se formou a Lagoa Armênia. A paisagem cultural que precisa ser entendida e valorada.

É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado (RIBEIRO, 2007, p.111).

É nessa perspectiva que se enfatiza a importância da correta atribuição de valor dos bens patrimoniais. Conforme Durán e Marzulo (2016, p.14), “a paisagem se torna patrimônio exatamente por ser componente sóciohistórico por princípio não constituído, mas, sim, sempre em processo de constituição” e assim precisa ser compreendida. Em Prats (1998), o *patrimônio* é uma construção essencialmente social, considerando todo o seu processo de formação. O autor destaca que esta amplitude cultural do patrimônio se apoia em seus processos fundamentais, seja político, econômico ou científico, socialmente moldados, de forma natural, com base na representatividade que os diversos elementos patrimoniais guardam significados. Observa-se que:

Com a paisagem o patrimônio pode se conceber como processo histórico-cultural cuja relevância deriva de disputas de atribuição de valor por diferentes grupos e instâncias de produção da valoração cultural. [...] paisagem urbana histórica será necessariamente estabelecida por análises de caráter transdisciplinares, pois devem, enquanto processos de legitimação histórico-cultural, ter como atores centrais na patrimonialização os sujeitos socioculturais envolvidos no processo, isto é, as pessoas comuns (DURÁN; MARZULO, 2016, p.14).

Desde a margem do Rio Taquari, até a Lagoa Armênia, são bens patrimoniais que não podem ser reconhecidos somente pela beleza natural em valor estético, mas pela memória que guardam em referência aos primeiros colonizadores. É necessário, porém, compreender a representatividade que este *patrimônio cultural* tem sobre a comunidade em estudo, na atualidade, conforme destaca Danilo Kuhn Silva (2019, p.363), que estuda o conceito de *patrimônio* de Liorenç Prats:

A cultura, as culturas, a diversidade cultural, é cambiante e este é um fato inevitável, não se pode obrigar a ninguém a viver como seus antepassados em nome da conservação do patrimônio cultural. Os elementos inovados da cultura tem o mesmo interesse que os elementos mais arcaicos e a vantagem, à medida que estão vivos, de poderem ser estudados em toda a sua complexidade e em todo o seu processo evolutivo.

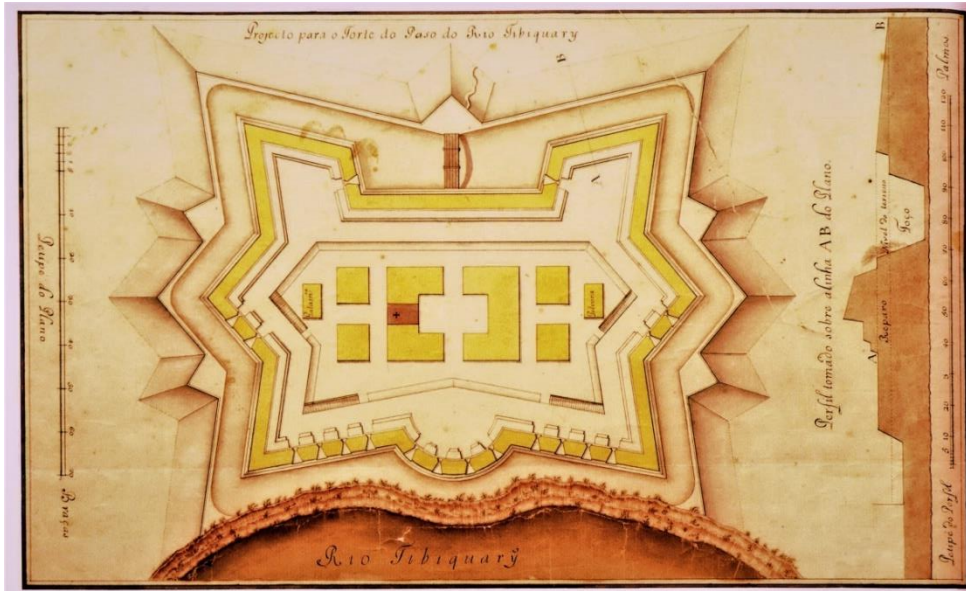
Dessa forma é preciso considerar o valor patrimonial que os bens paisagísticos em questão têm para a comunidade e também o valor patrimonial que precisa ser ativado (PRATS, 2005) de forma abrangente. A valoração da paisagem cultural precisa observar o testemunho histórico que ela guarda da ocupação e transformação do homem no espaço natural ocupado.

O valor de uma paisagem cultural decorre de sua função e de sua capacidade de reter marcas e registros antrópicos, inclusive de atividades pretéritas. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Sob a ótica cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limita ao espaço. É também temporal. A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico (IPHAN, 2004, p.5).

Como já foi destacado, a escolha da margem do Rio Taquari para o assentamento dos casais açorianos teve motivação estratégica. Demarcar o território pela ocupação portuguesa era necessário. Essa demanda levou à transformação da paisagem natural em um núcleo populacional. Um povoado com casas e ruas (BALÉM, 1952). Além disso, foi instalado no local uma fortificação militar (FONTOURA, 2019), aproveitando a barreira natural do rio. O Forte Nossa Senhora da Conceição do Passo do Taquari (WIEDERSPAHN, 1979) representava um marco

territorial, em tempos de conflito e de fronteiras não seguramente definidas entre as Coroas Ibéricas.

Figura 7 - Projeto do Forte do Rio Taquari (1764). José Custódio de Sá e Faria. Original no AHEx/RJ



Fonte: Durán e Gutiérrez (2020, p.75)

Não existem registros precisos de como foi realizada a construção do Forte, como a mão de obra empregada e o volume de materiais. Embora existam menções nas cartas do Governador Sá e Faria ao Vice-Rei Conde de Azambuja, quanto ao trabalho de soldados e índios na edificação de fortificações do período (SILVA, 1972), é bem possível que no Passo do Taquari, a obra tenha contado com açorianos, pois ficava junto ao povoado recentemente instalado.

Também, não é possível determinar a localização exata da fortificação. Estima-se que a mesma deve ter sido destruída por uma enchente e ainda não foi realizado nenhum estudo arqueológico capaz de encontrar vestígios da construção e das peças de artilharia que possuía. O certo é que, considerando o seu projeto original, a fortificação ficava junto à margem do Rio Taquari e, assim como a exploração naval por parte da povoação, foi responsável por grandes alterações da paisagem.

Figura 8 - Margem do Rio Taquari. Ao centro pessoas nas escadarias do antigo porto, acompanham a procissão de Navegantes.



Fonte: Autoria própria (2022)

A relação da estrutura urbana com o sítio geográfico configura a paisagem histórica urbana. O crescimento do povoado, a instalação da vila projetada no plano mais alto fez com que a navegabilidade do rio fosse ainda mais explorada como acesso direto a Porto Alegre e outros crescentes centros urbanos, promovendo grandes alterações na paisagem da margem do rio. Já no início do século XX, a Navegação Arnt operava o porto, com a entrada e a saída de pessoas do Município de Taquari em grande volume. Apenas em meados do século XX, com as ligações asfálticas consolidadas e o avanço do transporte rodoviário, a utilização do Rio Taquari para este fim se esvaziou.

Figura 9 - Margem do Rio Taquari, com o “passo da barca”, à esquerda, e a cidade alta ao fundo.



Fonte: Autoria própria (2022)

Atualmente, somente a travessia de balsa é realizada diariamente com passageiros. A fortificação não existe mais e do antigo porto, restaram somente as escadarias (figura 8). É possível qualificar o local como um *lugar de memória* (NORA, 1993), considerando a representatividade que o espaço guarda sobre o início e o desenvolvimento da povoação açoriana às margens do Rio Taquari.

Com o projeto da nova igreja, no alto da colina, acompanhada de um plano urbano, prevendo a construção de casas e ruas, e o advento de novas técnicas construtivas, tornou-se necessária a extração de argila para a execução dos mesmos. As escavações passaram a acontecer na extremidade sudoeste do plano da vila, próximo de onde estava prevista a praça do pelourinho. O local constituiu-se em uma olaria e devido à constante retirada de material, formou-se uma espécie de bacia.

Já em meados do século XIX, o acúmulo de água no local foi se configurando em um lago permanente. Não existe ainda um estudo geológico que possa determinar a existência ou não de alguma vertente no local. Goerck (2009) apresenta um cálculo do volume máximo de água do lago em 3 milhões de litros. Fontoura (2019) afirma que é de 22 milhões de litros, mas que poderia ser mantido com facilidade apenas pela média de chuvas. O certo é que a Lagoa Armênia é

resultado da intervenção direta dos primeiros descendentes dos açorianos colonizadores, modificando a paisagem e construindo o Centro projetado da Vila de São José.

Figura 10 - Lagoa Armênia



Fonte: Autoria própria (2022)

Quanto à origem do nome do lago, também não existe consenso. Goerck (2009) destaca a teoria de que o terreno pertencia a uma família que veio da Armênia, da qual a matriarca ficou conhecida como “Dona Armênia”. Fontoura (2019) defende a versão de que o nome foi sugerido pelo vereador Leonel Antônio de Sá (legislatura de 1883) em homenagem à nação Armênia, por ser um povo sofrido e por possuir em seu planalto principal algumas lagoas semelhantes.

Figura 11 - Palco de Eventos Tia Helena (Margem da Lagoa Armênia)



Fonte: A autoria própria (2022)

Entre o final do século XIX e início do século XX as águas da Lagoa Armênia foram usadas por lavadeiras de roupas e para energia do gerador da Usina Força e Luz, no prédio onde atualmente funciona o Poder Legislativo. Ao longo dos anos muitas ações de infraestrutura foram sendo realizadas, tanto no lago como no parque ao seu redor, até adquirir a configuração que possui hoje, de principal ponto turístico do município.

Recentemente, um perigoso avanço da especulação imobiliária passou a ameaçar o entorno da lagoa. A construção de um prédio de dez andares desencadeou o início de vários outros projetos que poderiam vir a causar sérios danos ambientais ao espaço. Quando essas documentações deram entrada ao poder público, logo acendeu-se um sinal de alerta, e a Secretaria da Cultura buscou o apoio do IPHAE para desenvolver as ações de proteção. Iniciou-se um processo de tombamento da Lagoa Armênia como patrimônio cultural e paisagístico de Taquari, criando um “cinturão” como área protegida, ao redor do espaço.

A proteção atinge, mas não incide sobre as propriedades do entorno do espaço público. Pode haver construções, mas obedecendo a um limite máximo de três andares, seguindo uma readaptação do plano diretor. O processo de

tombamento enfrentou resistências privadas e está em andamento, porém a preservação já está ativa.

3.1.2 A estrutura urbana

Destaca-se a importância de Taquari na questão urbanística no Rio Grande do Sul. Como já foi comentado, “Taquari é relevante na história do urbanismo colonial por ser, até hoje, o único assentamento sulino do qual se conhece o projeto urbano inicial” (DURÁN, 2009, p.508). A estruturação em dois níveis, aproveitando a topografia, formando dois núcleos, cidade alta e cidade baixa, que vem de uma tradição milenar (DURÁN; GUTIERREZ, 2020). O traçado urbano que une o Bairro Praia ao Centro da Cidade de Taquari-RS guarda a memória da cultura de matriz açoriana. A ligação da parte baixa, onde nasceu o povoado e a parte alta construída a partir de um projeto urbano, é patrimônio de valor histórico para a memória coletiva (MOTTA, 2000) deste grupo de colonizadores.

Em Gonçalves (2005), encontram-se duas visões: a clássica, que pensa a cultura como um processo de autoaperfeiçoamento humano e a visão moderna que entende a cultura como um reflexo da identidade de determinado grupo. No caso açoriano, neste território, comparando visões, pode-se observar que ambas estão presentes na noção que se tem de *patrimônio de valor histórico*, inclusive trazendo questões a serem consideradas. Entre elas, o fato de a cultura poder perfeitamente ser uma herança passada de geração a geração, mas ao longo delas passar por reconstruções. Os açorianos construíram um traçado urbano que, apesar de ampliado, manteve as suas bases.

Entende-se a amplitude da *memória social* no conjunto do alcance cultural de um determinado grupo (coletiva), representativamente, sobre o contexto social em que ele se inclui (MOTTA, 2000). Daí a importância da preservação patrimonial, ressaltando o fenômeno histórico que remete ao grupo em específico, como no caso dos açorianos. Para que esta memória não se “escape” (LE GOFF, 1990), é preciso entender, nos termos da Carta de Washington (1987), que para a preservação dos espaços urbanos memoriais ser eficiente, ela não pode estar dissociada do desenvolvimento socioeconômico, mas figurar em paralelo às políticas públicas de planejamento territorial.

Foi com esta visão que se realizaram as observações em campo do núcleo urbano onde aconteceu a fundação do povoado de São José do Taquari, em 1764, exatamente onde está o Bairro Praia. A Praça Dom Pedro II, na entrada do bairro, onde está localizado o Monumento aos Açorianos (1949), figura na desembocadura das ruas Vereador Praia e Othelo Rosa, que ligam ao Centro da cidade. Está em uma altura de referência popular para o alcance das águas nas principais enchentes. Dela nasce a Avenida Getúlio Vargas, principal via de ligação (em direção sudoeste) ao Bairro Praia.

Figura 12 - Praça D.Pedro II e Monumento aos açorianos



Fonte: Autoria própria (2022)

Chegando ao nível do rio, há uma saída, à direita (em direção oeste), para a Rua Riachuelo, que tem esse nome (pequeno riacho) porque atravessa o Arroio Tingueté, com um pontilhão de madeira. Já à esquerda, logo à frente, nasce a Avenida Jacob Arnt, mais importante ligação do bairro com a margem do rio, onde estão localizados a Capela Nossa Senhora das Dores (1916), que abriga a devoção de “Navegantes”, e um calçamento irregular histórico que também remonta o início do século XX, infelizmente, já bastante danificado devido ao trânsito de caminhões pesados que transportam areia e cascalho extraídos do rio.

Figura 13 – Avenida Jacob Arnt



Fonte: Autoria própria (2022)

É perceptível nos casarios resistentes à margem da via urbana, os sinais agressivos dos eventos de cheia do rio, nas quais toda a área chega a ficar submersa, salvando-se algumas exceções, graças a investimentos de proprietários em manutenção. Na entrada da antiga área portuária, encontra-se o monumento em homenagem ao patrono da extinta Navegação Arnt, que também empresta o nome à avenida. Atualmente, a via histórica dá acesso ao Estaleiro Couto e desemboca nas antigas escadarias de embarque e desembarque de passageiros dos antigos vapores, em um espaço inabitado junto à barranca do rio.

Figura 14 – Entrada da antiga região portuária (Av. Jacob Arnt)



Fonte: Autoria própria (2022)

Da Avenida Jacob Arnt nasce (em direção leste) a Avenida Rio Branco, muito movimentada, paralela à Getúlio Vargas, que fecha na Rua Israel Bizarro, a quadra principal do bairro. Nasce, também (em direção sudoeste), a Rua Navegantes que liga o bairro à foz do Arroio Tingueté junto ao Rio Taquari, onde exatamente está localizada a balsa (Passo da Barca), que, diariamente, faz a travessia até o Município de General Câmara. Da Navegantes ainda nasce (em direção norte) a Rua Dr. Franklin Filho que passa em frente aos casarios que costeiam o arroio, ligando à Riachuelo.

Figura 15 - Bairro Praia em Taquari-RS



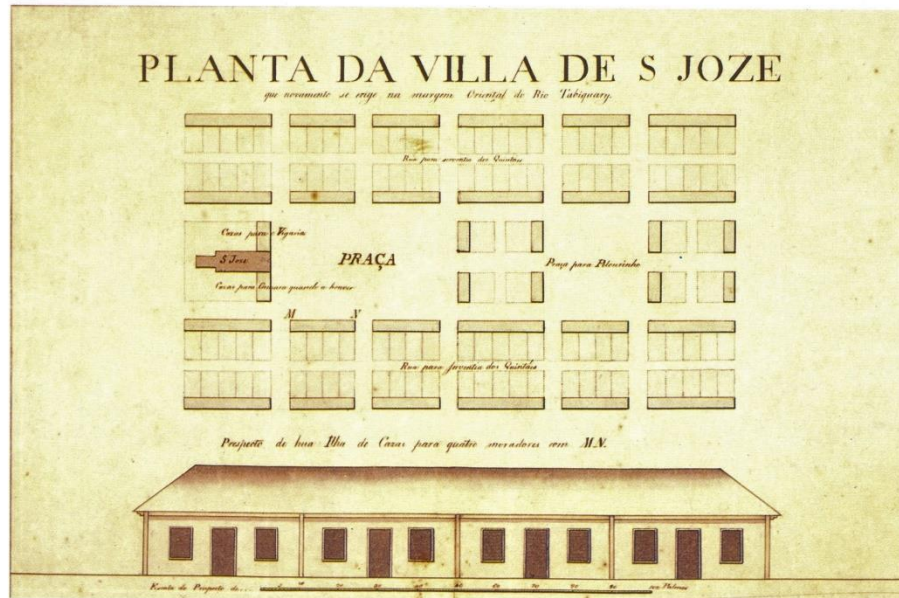
Fonte: Google Earth (2022)

Ainda tomando por base a Praça D. Pedro II, a Rua Othelo Rosa faz a ligação (em direção leste) com o Centro da cidade, o núcleo urbano projetado. Essa via desemboca exatamente atrás da quadra onde está plantada a Igreja Matriz São José (1768), o ponto mais alto da colina.

Considerando o projeto original, concebido ainda na gestão Sá e Faria, era avançado para a época, pois guardava os princípios do urbanismo pombalino, estilo implantado pelo primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, na reconstrução de Lisboa após um terremoto no século XVIII. Entre as principais características encontrava-se o plano em grade.

A nave principal da Igreja foi construída (com a frente em direção sul, com leve inclinação sudeste), mas os anexos laterais, previstos para ser a Câmara e a casa paroquial, nunca foram concluídos. As vias laterais principais do projeto correspondem, hoje, fiéis à planta original, à Rua Sete de Setembro e à Rua Osvaldo Aranha.

Figura 16 - Projeto da Vila de São José do Taquari (1767). Eng. Manuel Leão. Original no AHEx/RJ



Fonte: Durán (2009, p.510)

No que se refere às praças previstas, apenas a maior foi construída. Esta corresponde, hoje, à Praça da Matriz, importante ponto turístico da cidade, bastante arborizada e que abriga importantes monumentos, inclusive o casal açoriano, recentemente instalado. Na sua extremidade sul, ficava o Império do Divino Espírito Santo, já demolido. Na sua extremidade oeste, ficava a Intendência Municipal, em prédio que aguarda restauro, e atualmente, também o Centro Administrativo Municipal, que abriga o poder executivo. A outra praça do projeto, planejada para a instalação de um pelourinho, nunca foi executada.

Figura 17 - Praça da Matriz São José



Fonte: Autoria própria (2022)

As travessas previstas pelo plano para cruzarem ao fundo dos lotes e entre os conjuntos foram eliminadas, formando, assim, quarteirões maiores, correspondentes ao tamanho da quadra de referência entre as duas vias principais. Mesmo assim, a imagem sobreposta, que compara o projeto original à imagem de satélite, revela a grande correspondência existente entre o plano original e o atual traçado urbano do Centro de Taquari.

Figura 18 - Sobreposição do plano original sobre o traçado urbano atual do Centro de Taquari. Miguel Mendes



Fonte: Durán e Gutiérrez (2020, p.77)

A expansão urbana nas regiões periféricas da cidade veio, inclusive, a unir os dois núcleos iniciais que remontam a chegada dos migrantes açorianos neste território. O tecido urbano histórico apresentado guarda, com bastante clareza, a memória da colonização.

3.1.3 A arquitetura

Os prédios dos dois núcleos urbanos históricos da cidade (espontâneo e projetado), em ambos os casos são representativos da arquitetura urbana luso-brasileira não havendo elementos específicos de uma açorianidade. Conforme classificações propostas por Nestor Reis Filho (2000), Günter Weimer (2000) e Francisco Riopardense de Macedo (1987), em Taquari, pode-se constatar que as edificações guardam as características desta representatividade. Na grande maioria dos casos, a estrutura fundiária, a configuração das edificações iniciais, sobre o alinhamento sem recuos laterais, com telhados com cumeeiras paralelas à rua, construções térreas ou sobrados, é mantida, o que lhe confere unidade ao espaço urbano.

Apesar de a maioria dos edifícios que resistem em Taquari serem já do século XIX, os vestígios da arquitetura portuguesa, conhecida por seus antepassados, guardam a memória dos primeiros colonizadores do município. São monumentos (CHOAY, 2001) e documentos (LE GOFF, 1990) históricos. São bens culturais imóveis integrantes do patrimônio urbano de Taquari. Curtis (2003) sugere a utilização de *arquitetura tradicional luso-brasileira* ao invés de simplesmente *arquitetura colonial*, pois abrange a construção, tanto popular quanto erudita, desde o período colonial até o imperial. Isso, porque, tanto no Brasil Colônia como no Brasil Império, os sistemas de produção se equivalem (monocultura, latifúndio, mão-de-obra escrava), inclusive na arquitetura, no que se refere às formas espaciais e às técnicas construtivas.

Considera-se que a memória dos migrantes açorianos esteja documentada em monumentos históricos como as edificações resistentes. Nessa linha de pensamento, Le Goff (1990) enfatiza que a história só existe através das fontes, que se configuram em documentos, e todos esses são monumentos. Sendo assim, o monumento testifica do passado que a *memória* representa.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...]. (LE GOFF, 1990, p.536).

Enfatizando a importância das características arquitetônicas no patrimônio histórico, enquanto guardião da memória, Choay (2001, p.147) destaca que “[...] a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser”. Os casais açorianos construíram suas primeiras casas com os materiais que tinham disponíveis. Com a evolução das técnicas construtivas e com os conhecimentos transmitidos de geração para geração, seus descendentes edificaram prédios mais resistentes, como uma memória documentada, a construção de uma paisagem urbana.

Na construção das moradias, desde as primitivas choças cobertas de capim aos primeiros prédios de alvenaria, os açorianos, gradativamente, impõem ao novo ambiente suas tradições insulares, tais como as janelas de guilhotina e as telhas típicas, oriundas de oficinas e olarias rudimentares (RAMIREZ, 2005, p.16).

No assentamento açoriano do Rio Taquari, o começo foi muito desafiador. A cultura de matriz açoriana que acompanhou os ilhéus migrantes continuou sendo moldada, construída e reconstruída neste território. E o patrimônio, como processo dinâmico (FONSECA, 2005), permaneceu em constante evolução, pelas mãos dos primeiros colonizadores e de sua descendência. Segundo Santos (2007, p. 66):

Não se deve esquecer as dificuldades econômicas dos açoritais que fundaram o povoado de São José de Tebiquary, resultando disto uma arquitetura muito simples e pobre, refletindo a situação de carência em que viviam. A medida que o tempo passava, os recursos econômicos ampliavam-se para alguns, não só melhorando a qualidade de vida como também as construções dos prédios. Passa a predominar uma arquitetura de forma retangular, geralmente com mais de uma entrada e janelas colocadas simetricamente.

A cidade já possui um Inventário de Bens Imóveis (2021), que relaciona 34 edificações existentes nos dois núcleos urbanos históricos. Porém, os dados ofertados são ainda muito escassos e como o documento ainda não está instituído por lei específica, não possui poder de proteção.

A arquitetura doméstica em prédios coletivos ou singulares ainda pode ser vista como uma das marcas da colonização açoriana no Bairro Praia (povoação de

formação espontânea) e no centro histórico (projetado) de Taquari. Na prática, não tem maior diferença com a arquitetura lusitana da península. Referem-se às mesmas técnicas construtivas, os arranjos tipológicos e os aspectos morfológicos. Algumas das principais características dessas edificações eram à frente do prédio junto à calçada e as laterais geralmente germinadas, ou seja, ocupando toda a largura do lote até grudar na seguinte.

Existiam casas com um e dois pavimentos, os chamados sobrados. Os telhados eram de duas águas, isto é, com declínio para frente e para o fundo, ou quatro águas, com recortes laterais também. Esses telhados tinham acabamentos feitos com sobreposição de telhas, chamados de “beira-seveira”, ou “peito de pombo”. As aberturas tinham vergas retas, formato de guilhotina e somente madeira, mas estas vieram com a abertura dos portos em 1808, não sendo herança açoriana propriamente dita (DURÁN, 2009).

É possível observar em alguns prédios históricos da cidade, em destaque, o arremate de telhado em forma de “pombinhas”, bastante comum nas edificações açorianas e que se referia ao Divino Espírito Santo. Alguns elementos evolutivos foram aparecendo com o tempo, como a “platibanda”, por exemplo, espécie de aba de proteção colocado na fachada para impedir que a goteira do telhado caísse diretamente nas pessoas que passavam pela rua. Outra evolução foi o uso de vidros nas janelas para proteger do frio sem perder a luminosidade.

Sem dúvidas, a mais importante e significativa edificação da cidade é a *Igreja Matriz de São José*. Pelas suas características próprias, e por já possuir tombamento, o prédio não figura no inventário. Situada na Rua David Canabarro, s/nº, em frente à Praça da Matriz, Centro de Taquari, a Igreja é uma das mais antigas do Estado, tendo sido semiconcluída, sem a torre, em 1768, edificação religiosa que remonta a chegada dos primeiros colonizadores açorianos.

De todo modo, a chamada "arquitetura tradicional", então selecionada como representativa das origens da nação, reafirmava permanentemente as raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas [...] (CHUVA, 2009, p 208).

Na época da construção, a invocação a São José, foi determinada pelo Governador José Custódio de Sá e Faria, acompanhamento do projeto foi feito pelo vigário da jovem freguesia, Padre Manoel da Mata. Não existem registros diretos

quanto aos trabalhadores da obra, mas certamente faziam parte das famílias de migrantes açorianos colonizadores. Já em 1799, a Igreja teve de passar pela sua primeira intervenção, com a troca de grande parte do telhado que estava comprometido. Somente na década de 1890 fica concluída a sacristia (SILVA, 2012), prolongando o prédio da Igreja, como aparece na figura 19.

Figura 19 - Igreja Matriz de São José antes da construção da torre



Fonte: Modificada de Faria (1981, p.76)

Posteriormente, em 1900, foi terminada a torre da Igreja e construída a gruta de Nossa Senhora de Lourdes e, com esforço de toda a comunidade, em 1906, concluída uma completa restauração. No final do ano de 1926, a torre ganhou o relógio e, dois anos mais tarde, foram trocados os confessionários, acompanhados de algumas modificações de mobilidade interna. Depois, entre 1933 e 35, mais uma série de reformas foram promovidas, incluindo a construção de capelas batismais ao lado do prédio, a substituição de todo o telhado colonial por telhas francesas, colocação de vitrais e a modificação dos altares laterais por capelinhas em estilo gótico, fugindo do conjunto original. Várias outras reformas de acabamentos e pinturas foram realizadas, nas décadas seguintes, até que, em 1967, um incêndio atingiu a torre da Igreja, destruindo os sinos, o relógio e consumindo o madeiramento. Este evento provocou obras de reparos e reposições (SILVA, 2012).

Figura 20 - Igreja Matriz de São José antes do incêndio



Fonte: Sala Açoriana (s/d)

Já em meados do século XX, o espaço do antigo cemitério, atrás da Igreja, deu lugar ao Salão Paroquial, obra que ocupou toda a extensão do terreno. Mais adiante o prédio foi alugado para uso comercial e a paróquia transferiu sua sede social para a quadra em frente ao antigo salão, que corresponde ao lado da nave da Igreja, onde funciona também a estrutura administrativa da Paróquia São José.

A última ação, mais ampla e significativa de reformas passada pela Igreja, ocorreu em 1988. O somatório dessas e outras intervenções agrediu bastante a originalidade da edificação, no entanto ainda se mantém a maior parte dos elementos construtivos que identificam a arquitetura da época. Na figura 21, em destaque, a torre, última parte do prédio a ser concluída, em 1900, e parcialmente reconstruída após o incêndio na década de 60.

Figura 21 - Igreja Matriz de São José com a torre (1900) em destaque



Fonte: Autoria própria (2022)

Em linhas gerais, encontra-se na Matriz São José a presença da arquitetura religiosa da época colonial no chamado “estilo barroco”. No entanto, esta seria a primeira fase do barroco, um pouco mais rústico e simples, que se manifestou na maior parte do Brasil na primeira metade do século XVIII. O material utilizado, na maior parte, é pedras e barro socado (taipa).

Figura 22 - A Igreja Matriz de São José (1768), fachada, gruta e sacristia



Fonte: Autoria própria (2022)

Na frente aparecem três pilastras, um frontão triangular e o chamado teto piramidal sobre a torre. Decoram a fachada um falso óculo e um cruzeiro no meio do frontão que se sobrepõe às três janelas com vitrais. Outro detalhe interessante é a presença de apenas duas janelas de cada lado da nave da Igreja, destacando a espessura de mais de um metro e meio das paredes. A sacristia, construída em anexo ao prédio da Igreja, integra-se ao conjunto. No interior, há riqueza de ornamentos: um teto abovodado, altar-mor, dois altares laterais e uma galeria (coro) acima da porta. No exterior, um pátio ajardinado de um lado com um grande espaço calçado do outro, cercados de grades.

Outra edificação, historicamente importante na cidade, é a antiga sede da Intendência Municipal. Um sobrado localizado na Rua Osvaldo Aranha nº 1790, junto ao Centro Administrativo Municipal e pertencente ao Município.

Figura 23 - Prédio da Intendência Municipal (à esquerda) no final do século XIX



Fonte: Faria (1981, p.62)

Não se tem registros exatos da construção do prédio. Apenas que era conhecido, inicialmente, como *Sobrado dos Azambujas* e que foi edificado por Francisco Patárico Azambuja em meados do século XIX. O objetivo seria garantir a propriedade da família Azambuja, da qual seria o patriarca Francisco Xavier de Azambuja, que teriam vindo da localidade Santo Amaro, distrito de General Câmara, da outra margem do rio, e se envolvido em disputas de terras em Taquari (SILVA,

2012). No final do período Imperial, o prédio passou à posse da Intendência Municipal, permanecendo como sede do poder executivo até 1991, quando da inauguração do novo Centro Administrativo.

Figura 24 - Prédio da Intendência Municipal (ao centro) no início do século XX.



Fonte: Modificada de Fontoura (2019, p.262)

Em 1992, o prédio chegou a ter a demolição autorizada por decreto municipal, o que foi impedido por interferência do Ministério Público (Goerck, 2009). Por estar em péssimo estado de conservação, o sobrado ficou quase dez anos obsoleto, período em que foi derrubada toda uma parte em anexo (possível de visualizar na figura 24) da estrutura principal da edificação. Somente em 2001 foram feitas algumas reformas no prédio, para receber a EJORA, tradicional empresa de comunicação, também já extinta.

Figura 25 - Prédio da antiga Intendência Municipal (abrigoando a EJORA) no início do século XXI



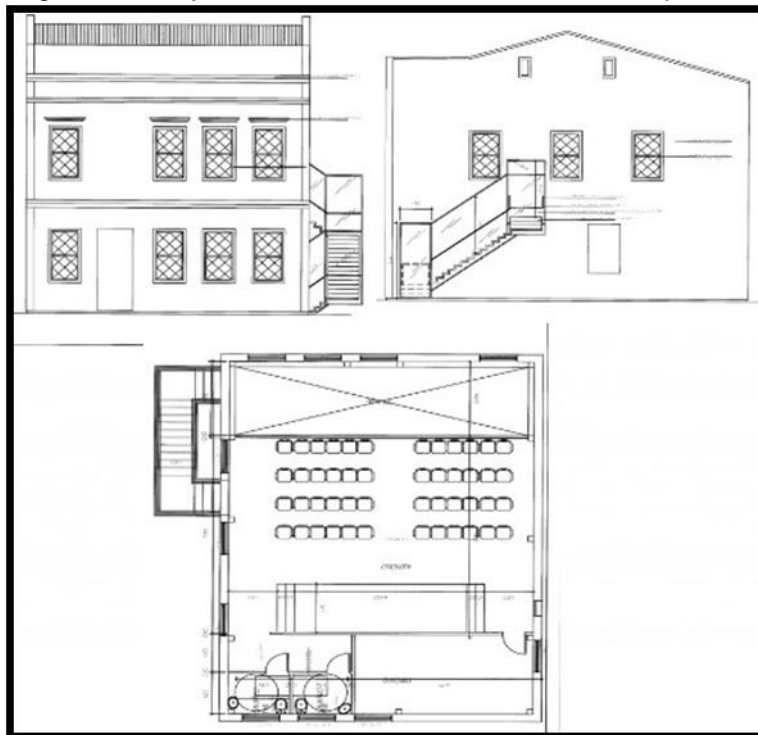
Fonte: Autoria própria (2014)

A beleza arquitetônica do sobrado sempre foi ressaltada. Porém, a ação do tempo e as intervenções de reformas fizeram com que muito se perdesse. A historiadora Bruna do Carmo (2012, p. 3) destaca características do prédio na época:

Foram feitas algumas restaurações em sua estrutura procurando realçar o seu estilo, entretanto muito de sua originalidade foi perdida com os anos. O sobrado em questão é caracterizado principalmente nos detalhes das janelas com verga reta, os cunhais de pedra, cimbalhas internas e externas de madeira, piso de tábua corrida, tetos de madeira saia e camisa, telha colonial.

Destacam-se na fachada da edificação elementos do Neoclássico (início do séc. XIX), presentes no platibanda e em alguns detalhes das pilastras, que caracterizam o Art Nouveau (final do séc. XIX) e que, possivelmente, tenham sido acrescentados posteriormente. Internamente, o prédio apresentava os sinais característicos das grandes edificações no estilo português colonial do século XIX, pertencentes às famílias mais ricas, com peças amplas e muitos quartos. Atualmente, no entanto, o prédio encontra-se sem condições de habitação. O telhado desabou e todo o espaço interno está destruído, permanecendo em pé apenas as paredes exteriores. Felizmente, já está previsto o início das obras de recuperação do espaço, que deve se tornar o Centro de Cultura e Turismo de Taquari.

Figura 26 - Projeto Centro de Cultura e Turismo de Taquari-RS



Fonte: Modificada de Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo (2022).

De semelhante importância, é o casarão construído pela família Ribeiro, localizada na Rua Sete de Setembro, nº. 2000 e de propriedade de Homero Canabarro Cunha Neto (SEMPPLAN, 2021). Esse recebeu o prédio como herança familiar.

O casal Leandro e Margarida Ribeiro vieram de Triunfo para fundar o primeiro educandário de Taquari, em uma época que a educação ainda não era institucionalizada no Brasil. Em 1862, estava concluído o prédio do *Colégio Dona Margarida*, com ensino de Português, Aritmética, História, Geografia, Francês, Alemão, Religião, Artes (Música, Canto), Esportes (Natação, Esgrima) e Trabalhos Manuais (HESSEL, 1995).

Figura 27 - O Colégio Dona Margarida e a Rua 7 de Setembro no final do século XIX



Fonte: Faria (1981, p. 130)

A filha adotada do casal fundador, Anna Ribeiro, também foi professora do colégio e casou-se, em 1885, com Carlos Leopoldo Voges e foi mãe de Anna Emília Voges. Não se sabe, com exatidão, quantos anos funcionou o colégio, mas, depois o prédio ficou sendo a casa da família. Anna Emília foi casada com Homero Canabarro Cunha, teve quatro filhos e ficou viúva em 1937. A família promoveu reformas no prédio em 1942, quando parte das instalações foram locadas para o Banco do Estado.

Os filhos foram casando-se e saindo da casa. A caçula, Anna Voges Cunha, casou-se em 1957 com o engenheiro agrônomo Carlos Modesto Motta Dornelles, que trabalhava e residia na Estação Experimental de Taquari, tendo seu primeiro filho em 1961. Esse evento levou Anna Emília a sair da casa para morar com a filha e ajudá-la, já que a mesma era professora estadual, ficando ainda na casa o último filho, João Carlos Voges Cunha, (ex-Prefeito Municipal 1969-73), que residiu ali até 1974 (SILVA, 2012).

Na metade da década de 70, com alguns ajustes e reparos, o prédio foi alugado para ser a sede do *Fórum* da Comarca de Taquari. Esta condição permaneceu até 1997, quando foi inaugurado o novo prédio da Justiça Estadual e a centenária casa foi desocupada. A edificação passou à posse de Homero Canabarro Cunha Neto, filho do primogênito da família Voges Cunha, que, desde então, vem

promovendo pequenas ações de manutenção e administrando a utilização na forma de condomínio, com escritórios e salas comerciais.

Figura 28 - Antigo Colégio Dona Margarida e Fórum de Taquari



Fonte: Autoria própria (2021)

O prédio, que ainda mantém as características da arquitetura luso-brasileira, é singular, porque apresenta porão alto com óculos no embasamento. Em situação de esquina destacada por cunhal, possui janelas de guilhotina e uma porta central ligando a um corredor que vai distribuindo as peças. Em cima, existe um sótão com dois quartos, que servia de alojamento de estudantes na época do colégio e depois se tornou arquivo na época do Fórum. Esses cômodos davam acesso a aberturas de “água-furtada ou camarinha” no espaço entre o forro e a cobertura, que existiam no telhado, como é visível na figura 27, e que foram subtraídas em reformas do telhado realizadas na década de 90.

O porão sempre serviu apenas de depósito, pois os alojamentos de escravos ficavam no fundo do terreno, junto a Rua Osvaldo Aranha, área que, em 1922, foi cedida para a construção do Clube Renascença (SILVA, 2012). Porém, as aberturas frontais que iluminam e ventilam o porão, em formato de óculo, são um dos poucos sinais de ecletismo. Os alicerces são todos de pedras irregulares e as paredes de pedra revestida, sendo que algumas divisórias possuem um arranjo de taquaras com revestimento. A edificação está em bom estado de conservação.

Outra edificação relevante é a casa paterna do Ex-Presidente da República Arthur da Costa e Silva, localizada na Rua Cônego Tostes, nº1690, Centro de

Taquari. O prédio pertence ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e abriga, ainda provisoriamente, o Museu Costa e Silva, embora esteja fechado para visitas.

Não foram encontradas referências precisas sobre a datação do prédio, mas, segundo os arquivos da Casa Costa e Silva, em concordância com Silva (1970), a casa foi construída pelo casal Antônio Porfírio da Costa e Alzira da Rocha Mesquita, que se casaram em 1877 em Rio Grande, para a filha Almerinda Mesquita da Costa, que nasceu um ano depois, ainda na mesma cidade. Nas últimas décadas do século XIX, a família estabeleceu-se como comerciantes em Taquari e, então, construiu casas para as filhas, como mostra a figura 29. Quando em 1894, aos dezesseis anos, Almerinda casou-se com Aleixo Rocha da Silva, oriundo da localidade de Beira do Rio, a casa já estava pronta.

Figura 29 - Casas das filhas de Antônio Porfírio da Costa. À direita a casa de Almerinda Mesquita da Costa e Aleixo Rocha da Silva.



Fonte: Silva (1972, p.313)

Entre os filhos do casal, pode-se destacar o historiador Riograndino da Costa e Silva e o já citado Ex-Presidente Arthur da Costa e Silva. A casa sempre foi à residência da família. Aleixo faleceu em 1929, aos 59 anos, e Almerinda em 1961, aos 83 anos. Após a morte da matriarca permaneceu a única filha solteira, a professora Sofia da Costa e Silva, que ainda manteve uma escolinha no sótão do prédio, chamada “Santa Terezinha” durante alguns anos. Com a morte do Ex-Presidente, em 1969, Sofia passou a residir de forma fixa em Porto Alegre, vindo, eventualmente, a Taquari, quando ficava na casa da família e exercitava seu piano.

Gradativamente, as vindas de Sofia foram diminuindo, ficando a casa praticamente sempre fechada. Essa situação motivou, já em 1972, o início de um movimento para transformar a casa em museu, pois toda a mobília e os objetos decorativos da família Costa e Silva permaneciam intactos dentro do prédio. Algumas tentativas de tombamento foram feitas a nível nacional. Mas, não pela sua arquitetura, e sim centradas na figura pessoal do Ex-Presidente, inclusive com considerável pressão do Governo Médici (1969-74), não prosperaram. O órgão público de proteção ao patrimônio soube demarcar a diferença entre o bem de interesse público e a narrativa dissociada da verdade por interesse político, conforme relata Meira (2008, p 282-283).

O caso que melhor reflete a relação do SPHAN com os poderes políticos, em relação ao Rio Grande do Sul, é o pedido para tombamento da casa onde nasceu o presidente Mal. Arthur da Costa e Silva, em Taquari. [...] A alegação é que se tratava de um mártir da “revolução” de 1964 e que merecia uma homenagem. [...] Tratava-se de um dos piores períodos da ditadura, mas, mesmo assim, num ato de coragem, o processo não foi encaminhado nem à Sessão de História nem à de Arte.

No final da década de 1970, a casa estava praticamente ociosa e em 1982 foram registrados arrombamentos, saques e depredações. Assim houve uma reação da comunidade e, em 1983, foi realizada uma obra de restauração, passando a casa das mãos da família para o Ministério da Educação e Cultura, o que culminou com criação do Museu Costa e Silva em 1985. Esse, posteriormente, passou à posse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, com a transferência também da Biblioteca Municipal bem como a Sala Açoriana, para o mesmo prédio, a edificação histórica passou a chamar-se Casa de Cultura Costa e Silva. Porém, em 2018, a casa precisou ser fechada para reparos no telhado e, desde então, não reabriu.

Figura 30 - Casa de Cultura Costa e Silva, ainda em funcionamento.



Fonte: Autoria própria (2017)

A casa do século XIX apresenta continuidade com a tipologia e técnicas da arquitetura luso-brasileira (CURTIS, 2003). Possui um desenho de planta baixa tendo a frente junto à calçada, com duas janelas de cada lado da porta, todas em madeira e formato guilhotina, apresentando elementos do neoclássico no platibanda. Internamente um corredor central dá acesso ao corpo da casa, o piso preserva o taboão corrido original, uma escada leva ao sótão e outra desce ao porão, que servia de aposento para escravos.

O prédio recebeu um piso para a instalação do museu. O telhado é de duas águas, com queda para frente e para o fundo, com platibanda, evitando a goteira na calçada. Atualmente, o prédio apresenta diversas avarias no telhado, que vêm provocando danos internos devido às goteiras. A Prefeitura Municipal tem dialogado com o IPHAN para a realização das obras de restauração.

Outro edifício singular do espaço urbano de Taquari é o Theatro São João. A casa de espetáculos está localizada na Rua Sete de Setembro, nº1680, no Centro e pertence à Sociedade Cultural Theatro São João. O Teatro é tombado pelo Município.

A mantenedora do espaço, até a década de 1930, se chamava Sociedade Dramática Recreio Familiar e, já em meados do século XIX, mantinha no terreno um pavilhão rústico para as suas atividades culturais. Com grande esforço popular, em

especial dos cidadãos Leonel Antônio de Sá, Virgílio F. Brandão e Tristão de Azevedo (FARIA, 1981), em 1893 era inaugurado o novo Teatro.

Figura 31 - Fundos do Theatro São João em meados do século XX



Fonte: Modificada de Sala Açoriana (s/d)

A primeira metade do século XX foi à época de ouro do Theatro São João. Além de centralizar a intensa atividade cultural de grupos artísticos amadores locais, a casa de espetáculos também atraía muitas companhias de fora (FONTOURA, 2019). Os vapores da Navegação Arnt ofereciam acesso fácil de Taquari aos grandes centros urbanos do Estado, como Porto Alegre e Pelotas. Isso colocava o Theatro São João na rota cultural do Rio Grande do Sul, recebendo, inclusive, artistas do Rio de Janeiro que vinham fazer temporada na capital.

Com o surgimento do cinema, o espaço passou também a ser usado para a exibição de filmes. Mais tarde, com o aparecimento da televisão, o fim do transporte de passageiros pelo rio, veio o enfraquecimento das atividades culturais, a decadência e o desuso do teatro, precisando ser fechado totalmente na metade da década de 1980. Foi, então, que a diretoria da mantenedora se reorganizou e começou a captar recursos para pequenos reparos.

Figura 32 - Theatro São João antes da restauração



Fonte: Autoria própria (2012)

A partir de 2002, algumas atividades passaram a fazer uso do espaço. Com muitas dificuldades, as diretorias se sucederam fazendo pequenas ações de manutenção. Até que, a partir de 2018, uma grande ação entre poder público e privado, com recurso captados pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 13.490/10), o prédio foi totalmente restaurado e reinaugurado em maio de 2021. Atualmente, o espaço tem sido usado para diversos eventos sociais, com uma agenda bastante concorrida.

Figura 33 - Theatro São João (1893). Ao fundo a Lagoa Armênia



Fonte: Autoria própria (2022)

A beleza arquitetônica do teatro chama bastante à atenção. Segundo Fontoura (2019, p. 237), “O prédio do Teatro São João, obra secular, [...] está intrinsecamente ligado à cultura arquitetônica portuguesa”. No entanto o ecletismo de base neoclássica é evidente, com pilastras dóricas dividindo a fachada em três partes, frontão triangular na porção central, esquadrias frontais em arco pleno. Esquadrias laterais com verga rega e platibanda cega superposta por vasos-tocheiros na fachada frontal. Portas de madeira almofadadas com bandeira em arco pleno envidraçada. O prédio apresenta as características da arquitetura do século XIX e guarda a memória da descendência açoriana em Taquari.

Existem outras edificações resistentes no Centro, mas, em geral, bastante agredidas em sua originalidade por reformas sem critérios de restauro e ações do tempo. Da mesma forma, existem também muitos casarios no Bairro Praia onde, devido à incidência de enchentes, na sua maioria, sofreram muitas agressões. O certo é que, apesar das primeiras moradias dos colonizadores não existirem mais, os prédios singulares resistentes guardam as referências dos ilhéus açorianos através da recriação da memória dos seus descendentes. Por isso, esses bens

imóveis, associados aos açorianos e seus descendentes, possuem também representatividade da contribuição dos migrantes povoadores da cidade.

3.1.4 Bens culturais móveis

O estudo destacou acervos integrados com ligação direta a cultura de matriz açoriana e/ou ao desenvolvimento social da comunidade. Para Guimarães (2012), os objetos que, pela relação de pertencimento coletivo, no signo que constituem perante um grupo, carregam representação temporal, qualificam-se como *patrimônio*. Dessa forma, estão vinculados à determinada coletividade. Nesta perspectiva, a produção de novos significados a objetos, ou restos materiais/signos imateriais, devidos a marcas históricas, resulta no *patrimônio*. Esta operação é a aquisição de significância histórica, de representatividade de uma época e dos grupos sociais a ela relacionados. Esse entendimento enfatiza o *patrimônio* como guardião da *memória*. Para Gonçalves (2007, p.114), “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar [...]. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, [...] passado e presente”.

Segundo Leclud (2007), não deveria ser a aparência do objeto a nos dizer o que ele é, mas sim, buscar em nós mesmos qual a sua representatividade. De Seta (1989, p.93) declara que “[...] a produção de objectos de arte que não se destinam prioritariamente a uma função prática, embora repletos de significados religiosos, mágicos, simbólicos e estéticos [...]” dependem da relação da pessoa com este objeto. A imagem de São José que chegou ao assentamento de casais açorianos junto ao Rio Tebiquary, trazia o objetivo de promover o fortalecimento social daquele grupo em torno da fé. Hoje, a mesma imagem guarda a memória dos colonizadores da cidade de Taquari.

O assentamento fundado em 1764 tinha, além do já mencionado objetivo estratégico militar, que levou à instalação de uma fortificação, a necessidade de demarcação de território pela ocupação, contra um possível avanço dos espanhóis. Para consolidar o povoado foi erguida uma frágil capelinha de madeira. Em seguida chegou de Portugal, enviada pelo Rei D. José através do Conde da Cunha, Vice-Rei do Brasil, a imagem de São José (BALÉM, 1952), devoção que deu nome a nova freguesia que se formava.

Figura 34 - Imagem original de São José recebida em 1765.



Fonte: Autoria própria (2022)

Como bem cultural móvel da cidade, o São José de Taquari é patrimônio de valor histórico e, desta forma, torna-se representativo até mesmo para as comunidades não católicas. A imagem, que é totalmente esculpida em madeira, apresenta bom estado de conservação, com indícios de repintura somente no Menino Jesus que é sustentado no braço esquerdo da estátua. Por fazer parte do acervo da Paróquia São José, a obra caracteriza-se como um bem cultural material integrado.

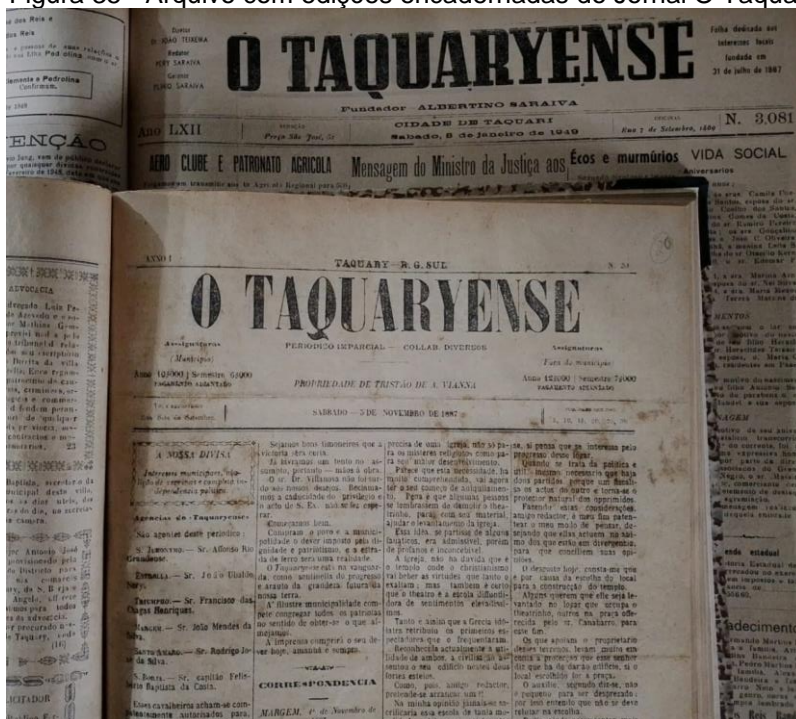
Os bens móveis são, portanto, uma categoria bastante antiga no universo da patrimonialização de bens culturais, a qual costuma ser utilizada sem maiores problematizações. No entanto, convém analisar sua aplicação, a fim de delinear algumas nuances específicas do caso brasileiro. A partir de 1980, o conceito de bens móveis foi ligeiramente alterado no Brasil: ao bem móvel associou-se uma segunda definição, a de bem integrado [...] (RIBEIRO; SILVA, 2010, p. 75).

A imagem encontra-se protegida na Igreja Matriz de São José (1768) que possui tombamento municipal, e não fica em exposição regular, só sendo vista, normalmente nas Festas de São José. E, exatamente por se referir ao padroeiro da

cidade de Taquari, ainda possui a representatividade religiosa. Esse significado associado à religiosidade, as outras imagens de gesso, e de posterior data, que existem na paróquia, também têm. A representatividade única da imagem original repousa na memória da fundação do povoado pelos primeiros migrantes ilhéus que vieram dos Açores.

Apesar de não termos conseguido mais informações sobre os antigos retábulos da Igreja, a mesma possui nos seus livros de registro bens culturais móveis representativos da formação e desenvolvimento desta comunidade. Outro lugar relevante refere-se as oficinas tipográficas e todo o registro jornalístico histórico de O Taquaryense. Assim, destacam-se a existência de acervos documentais que, pelas informações que armazenam, guardam a memória dos colonizadores e seus descendentes, tanto nos arquivos eclesiásticos da secretaria da paróquia como nos arquivos de imprensa escrita da redação do Museu Vivo da Comunicação¹³, como é considerado o jornal desde 2005, quando teve seu acervo organizado em volumes.

Figura 35 - Arquivo com edições encadernadas do Jornal O Taquaryense



Fonte: Autoria própria (2022)

¹³ Foi inaugurado em 16 de abril de 2005, o Museu-Vivo da Comunicação “O Taquaryense”. O projeto integrou o 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho “Preservando a memória da Imprensa e construindo a história da mídia no Brasil”, promovido pela Universidade FEEVALE em conjunto com a Universidade do vale do Taquari - UNIVATES.

Este encontra-se em boas condições de conservação, com todas as edições, desde julho de 1887, encadernadas em volumes bienais e parte digitalizadas. No caso do arquivo da Paróquia São José, este poderia conter registros desde a fundação do povoado, mas infelizmente, teve muitas perdas devido a um sinistro ocorrido na secretaria da Igreja no final do século XX. Foram encontradas atas de reuniões desde a metade do século XIX, porém, os registros de batizados e matrimônios, só foram encontrados a partir de 1935. No caso do arquivo do jornal O Taquaryense, traz uma narração da vida social e cotidiana da cidade desde o final do século XIX. Os dois acervos documentais em questão estão integrados a bens imóveis já tombados em nível municipal e estadual (Igreja Matriz São José e Jornal O Taquaryense) e, portanto, gozam desta proteção.

3.2 O patrimônio religioso e cotidiano: do material ao imaterial

Apresenta-se, na sequência, os dados coletados pelo estudo de identificação e valoração das referências culturais vinculadas à religiosidade e aos saberes, enraizados no cotidiano da comunidade, associados aos primeiros colonizadores açorianos e sua descendência. São bens patrimoniais que guardam a memória do processo histórico da fundação do povoado, mas que permanecem em desenvolvimento contínuo ao longo do tempo. Essas referências culturais podem ser identificadas desde os bens materiais aos imateriais, “[...] aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças, hábitos, etc. [...] O conhecer é o primeiro passo para ‘proteger’ essas referências – pois é preciso antes de mais nada identificá-las, enunciá-las” (IPHAN, 2000, p.14).

O contexto que envolve o processo migratório e o entendimento de estabelecimento do lugar de viver em um novo território, nos leva a compreensão da presença destes elementos culturais em um patrimônio imaterial. Este, por sua vez, é um processo dinâmico, em contato com culturas já existentes no território. Está em constante construção e reconstrução, e é expresso no cotidiano da população, andando no paralelo complementar do patrimônio material, que no sentido contrário, é estanque, construído na influência das citadas referências culturais, e que precisa ao máximo manter a autenticidade.

Trata-se também de um “fato social total” [...] na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade, etc. O que suscita algumas questões relativamente às concepções de “patrimônio cultural”. Especialmente pelo fato dessas diversas dimensões não aparecerem, do ponto de vista nativo, como categorias independentes. Aparecem simbolicamente totalizadas pelo divino espírito santo. (GONÇALVES, 2007, p.197).

Assim, acredita-se que grande parte dos elementos culturais, estão diretamente ligados à religiosidade e às referências culturais a ela relacionados. No contexto da migração açoriana, as irmandades com suas celebrações, instrumentos e as festas devocionais são alguns destes elementos em destaque estudados. O entendimento porém, nesta investigação, foi de buscar a importância local que os elementos de concepção bem mais ampla, adquiriram, considerando suas origens históricas na comunidade.

Essas festas são exemplo do que poderíamos chamar de um “patrimônio transnacional”. Mas classificar essa festa como “patrimônio” exige alguma cautela. É preciso reconhecer algumas nuances nas representações do que se pode entender por “patrimônio”. É bem verdade que são as próprias lideranças açorianas que falam de um “patrimônio açoriano” ou da “açorianidade”. Mas este uso está distante das concepções assumidas pelos devotos do espírito santo em sua vida cotidiana. A diferença fundamental está precisamente no uso das categorias “espírito” e “matéria”. Elas são diversamente concebidas pelos intelectuais e lideranças açorianas, pelos padres da igreja católica e pelos devotos (GONÇALVES, 2005 p.198).

Buscou-se identificar essas referências culturais presentes no cotidiano da comunidade taquariense. A interlocução, a troca de conhecimentos, a observação as manifestações sociais espontâneas ou dirigidas em grupos, desde o espaço privado ao meio da comunidade, foram explorados. Este trabalho proporcionou o alcance de informações que identificam o patrimônio local reconhecido e potencialmente ativável em Taquari.

A noção de “referência cultural” pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. [...] identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada (IPHAN, 2000, p.19).

O estudo etnográfico levantou e documentou dados de elementos culturais, participando dos eventos dentro dos grupos sociais em questão. Em seguida

apresentam-se alguns destes resultados, considerando o princípio de referência cultural do Inventário Nacional de Referências Culturais.

3.2.1 Celebrações, festas e tradições religiosas presentes na vida social

Apresenta-se a referência açoriana presente nas manifestações socioculturais religiosas historicamente relacionadas com a chegada dos ilhéus colonizadores em Taquari. Elementos culturais que vieram com os açorianos e se tornaram taquarienses. Destacando Graebin (2007, p. 8), entende-se que:

O estudo das festas não pode ser feito de modo estanque. Deve estar correlacionado com a vida cotidiana, suas rotinas, invenções, acomodações, adaptações e resistências, bem como aos contextos históricos de ocorrência.

Gonçalves (2005) destaca a questão proposta, onde a noção de cultura é entendida a partir da noção de patrimônio. Isto é, inverter a visão de patrimônio cultural de “dimensões culturais do patrimônio” para “dimensões patrimoniais da cultura”. No contexto local, é o fundamento para a identificação das diversas categorizações de bens patrimoniais associados à cultura de matriz açoriana presentes na cidade.

O entendimento quanto à representatividade do *patrimônio local*, frente à memória que significa, se insere em uma proposta de valoração do *patrimônio representativo*. Para tanto, conhecer onde residem às bases memoriais da comunidade em questão é fundamental. Dessa forma, o conceito de *lugares de memória*, de Pierre Nora (1993), surge como base. Para ele, nestes espaços, materiais ou imateriais, fica registrada a *memória* que identifica um povo, um grupo social, muito além do natural, mas no simbólico, em marcas de pertencimento.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

No conceito trabalhado pelo autor, fica clara a importância de entender o processo histórico presente no *patrimônio*, pois “Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p.24). Nem todo *patrimônio* é,

necessariamente, lugar de *memória*, assim como nem todo lugar de *memória* é oficialmente *patrimônio*. A *memória* do grupo social identifica o *patrimônio cultural* da comunidade representada. A referência cultural guarda a memória do grupo social.

É nesta perspectiva que se entende o papel fundamental das atividades culturais para o exercício contínuo da memória, bem como a proteção e o fortalecimento dos bens culturais de natureza imaterial. Este estudo considera as deliberações da Carta de Fortaleza (1997) no sentido da salvaguarda, do patrimônio imaterial no Brasil, buscando a elaboração de estratégias de proteção. Instrumentos mais sólidos neste sentido vieram no Decreto Federal 3551/2000, que na prática, regulamentou a existência e a proteção dos bens culturais imateriais no país, ampliados internacionalmente na Recomendação de Paris (2003). Conforme Graebin (2007, p.5):

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco (17/10/2003), entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Considerar as festas como patrimônio imaterial, é reconhecer os seus significados específicos e o seu universo de sentidos em espaços historicamente datados.

Assim fundamentado, o estudo partiu da investigação a existência e extinção do culto ao Divino Espírito Santo, tradicional na cultura açoriana, em Taquari. Como foi comentado anteriormente, a devoção ao Divino surgiu no Portugal continental, mas foi nas ilhas que alcançou grandes proporções, com a consolidação das “irmandades”. Estas organizações religiosas tinham a função de zelar pelo culto de devoção, ajudar a comunidade e promover os festejos em torno da devoção de referência, ficando com a Igreja a responsabilidade pelas celebrações. Conforme Martins (1985, p.327):

As primeiras Irmandades só foram instituídas por el-rei D. Manuel, por alvará de 3 de agosto de 1508 para a Misericórdia de Angra e por alvará de 11 de julho de 1521 para a Misericórdia da Praia. E tudo leva a crer que foram as primeiras criadas em todas as ilhas dos Açores, porquanto em Santa Maria, a primeira descoberta, e povoada, só no tempo de Pedro Soares de Sousa, 6º Governador, 1620 a 1632, há notícia de ali haver uma Irmandade do Divino Espírito Santo.

A força desta devoção acompanhou o povoamento da região insular, sendo moldada dentro com o modo de viver neste território. Desta forma, o culto ao Divino Espírito Santo, atingiu imensa penetração popular, se desenvolvendo juntamente com a população das ilhas. Martins (1985, p. 147) comenta as origens desta cultura de fé e açoriana.

No começo do estabelecimento de tais festejos nas ilhas, as pessoas pertencentes às primeiras famílias da localidade é que davam impulso e desenvolvimento à sua fundação.

Estes impérios, segundo a opinião mais geral, tiveram origem na Villa de Alemquer; e foram seus instituidores a Rainha Santa Isabel e D. Diniz. Nos Açores foram estabelecidos pelos povoadores.

A ilha de Santa Maria, primeira descoberta e povoada, foi onde primeiro se implantou este festejo, empenhando-se muito um dos seus donatários, que edificou até uma ermida dedicada ao Espírito Santo. Em 1492 já se fazia um bom império em Angra do Heroísmo (na ilha Terceira) [...].

O culto ao Espírito Santo se tornou, para os açorianos, mais que uma devoção, mas um elemento de integração sociocultural. Entrelaçam-se os aspectos da fé e das relações sociais, através da ampla participação popular. Com as imigrações, a fé e as tradições religiosas acompanharam os açorianos, levando o Divino Espírito Santo para o continente americano, conforme Martins (1985, p.35):

[...] o culto do Espírito Santo que o povo açoriano vive em toda a sua latitude com profunda devoção, tem acompanhado no tempo e no espaço essa diáspora eterna do homem das ilhas do Atlântico, que tem sabido transmitir aos seus e aos outros, desde os Açores ao Brasil, aos Estados Unidos e ao Canadá, todo esse material feito de vivência interior e exterior que é a Festa do Divino Espírito Santo.

No Rio Grande do Sul os açorianos enfrentaram uma difícil realidade em um desafio de reconstruírem seu lugar de viver em um território totalmente estranho. Para esta empreitada, a religiosidade e as práticas culturais relacionadas à fé foram muito importantes. Por isso, a devoção ao Divino Espírito Santo continuou sendo cultivada nos assentamentos açorianos no Continente de São Pedro. Como a cultura está sempre em processo de construção, a Festa do Divino nestas terras assumiu características próprias, com elementos particulares.

É muito curiosa a maneira porque festejam o Espírito Santo em algumas povoações da província do Rio Grande do Sul. Dias antes reúnem-se os festeiros em casa do pae do menino eleito imperador, montam nos seus melhores cavallos, e abrem a marcha na seguinte ordem: Na frente, o imperador a quem unicamente compete levar a bandeira, que é de seda bordada a ouro ou prata, tendo no topo a pombinha por symbolo; depois os devotos festeiros, e povo, etc. A musica em muitos pontos é tão pobre que apenas se compões d'um pandeiro, uma viola e uma rebeca, e ao som d'estes instrumentos e foguetes fazem entrada nas casas [...] (MARTINS, 1985, p.187).

Conforme comenta Ramirez (2005, p.19), “[...] o culto do Divino Espírito Santo, com a construção dos ‘impérios’ próximos às igrejas, com seu cortejo de imperadores, desfile de estandarte visitando as casas [...]”, se destacava nas comunidades. Durán (2009, p. 301) coloca como uma primeira característica da devoção “a exaltação da igualdade e da fraternidade dos devotos, congregados em torno de uma irmandade, de pessoas laicas de diferentes classes sociais”. Em Taquari também acontecia desta forma.

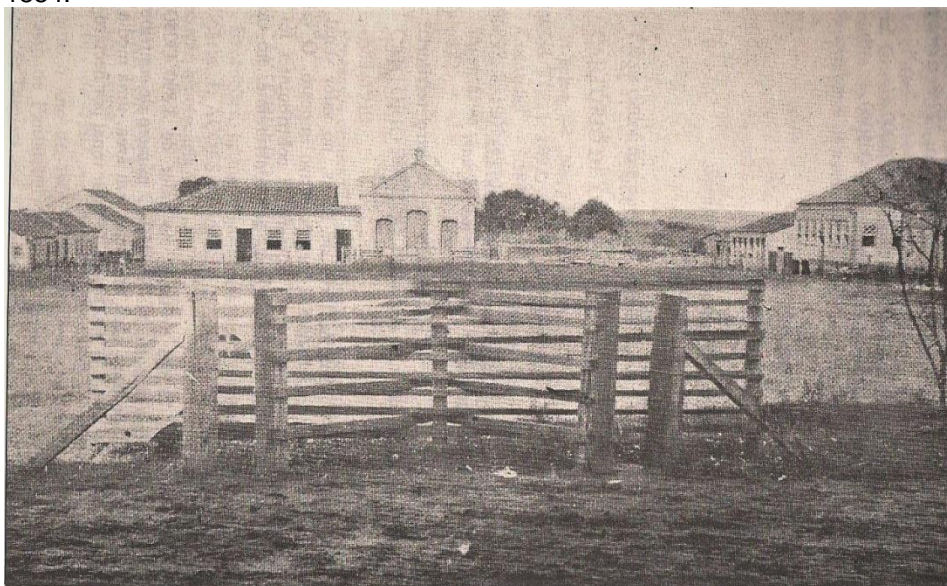
Apesar de a única ata da Irmandade do Divino encontrada por este estudo constar o termo de abertura datado de 5 de outubro de 1853, esta foi formada logo com os primeiros açorianos colonizadores, e se configurou desde sempre, na mais popular de todas (BECKER, 2015). Isto porque eram em torno desta devoção que tinham vez todas as camadas da sociedade, inclusive os excluídos. Os festejos movimentavam toda a Paróquia, na maior expressão da açorianidade trazida pelos ilhéus colonizadores.

Desde a fundação da paróquia, os casais açorianos solenizavam com grande pompa e aparato externo a Festa do Espírito Santo, como soíam fazê-la em sua pátria e para cá trouxeram seus usos. Todos os anos sorteavam um encarregado para organizar a festa denominado – o – Rei – que mais tarde passou a chamar-se, depois da Independência, Imperador – com diversos mordamos, o do interno, encarregado das coisas da Igreja, e do externo, que tratava dos folguedos populares, um alfares da bandeira, págens, capitão do mastro, etc. A bandeira era de seda encarnada, ricamente bordada, encimada por uma pomba de prata, que representava o Divino Espírito Santo, do alto pendiam inúmeras fitas (BALÉM, 1952, p.105-106).

A capela do Império ficava junto à Praça São José, no lado oposto a Igreja Matriz, posição de destaque no núcleo urbano projetado da Vila. Isso nos dá uma dimensão da relevância que tinha para a comunidade a Festa do Divino Espírito Santo. Diversos grupos participavam das atividades festivas e as atividades mobilizavam toda a comunidade.

[...] o cortejo do Divino Espírito Santo saía da Capela do Divino, percorrendo os arredores. Na Festa do Divino ocorriam leilões de variados objetos e de pães, muitas vezes em formato de parte do corpo humano que tinha sido curada através de promessas: era comum aparecerem pães em forma de mão, pé (SANTOS, 2007, p. 63).

Figura 36 - Praça São José (em primeiro plano) e o Império do Espírito Santo (ao centro) em 1884.



Fonte: Faria (1981, p.56)

A amplitude social que alcançava o culto ao Espírito Santo em Taquari pode ser medida pela diversidade de participações que sobre ele se reunia. Em um contexto de uma sociedade muito estratificada, era um grande evento religioso e cultural da comunidade local, onde a grande expressão da açorianidade abria espaço para encontros étnicos culturais que caracterizavam o caráter dinâmico do bem patrimonial local em constante construção.

[...] nas Festas do Divino, era comum um grupo de negros, com vestes vermelhas e empunhando em estandarte, dançarem pelas ruas, ou em frente à Capela do Divino ou do prédio da administração – lugares ao redor da praça central. Este grupo de negros era chamado de Quecumbis [...] (SANTOS, 2007, p. 64).

Por razões não plenamente identificadas, a Irmandade do Divino sofreu um enfraquecimento ainda na primeira metade do século XX. O último registro do evento em grandes proporções, encontrado por este estudo nos arquivos da imprensa local, foi a Festa do Divino do ano de 1922. O jornal O Taquaryense trouxe

uma ampla cobertura, distribuída em três edições do semanário, demonstrando a grande importância que o evento religioso ainda tinha para a sociedade local.

Figura 37 - Programação da Festa do Divino Espírito Santo de 1922 em Taquari

Festa do Divino Espírito Santo

PROGRAMMA da festa em louvor ao Divino Espírito Santo, a realizar-se na Matriz desta cidade, nos dias 26 de Maio a 4 de Junho p. futuro:

Dia 25 de Maio (Ascensão de Nosso Senhor Jesus Christo, que é festa de guarda), após a segunda missa, o capitão sr. Antonio Rodrigues de Castro fará levantar o mastro, observadas as solemnidades do estylo.

Dia 26 de Maio, sexta-feira, ás 18 horas — 1ª Novena ;
 Dia 27, sabbado, ás 18 horas — 2ª Novena ;
 Dia 28, domingo, ás 18 horas — 3ª Novena ;
 Dia 29, segunda-feira, ás 18 horas — 4ª Novena ;
 Dia 30, terça-feira, ás 18 horas — 5ª Novena ;
 Dia 31, quarta-feira, ás 18 horas — 6ª Novena ;
 Dia 1º de Junho, quinta-feira, ás 18 horas — 7ª Novena ;
 Dia 2, sexta-feira, ás 18 horas, 8ª Novena e em seguida leilão de offertas e exhibições cinematographicas.

Dia 3, sabbado, ás 18 horas, 9ª e ultima Novena, leilão de offertas e cinema.

Dia 4, domingo de Pentecostes, pela madrugada, alvorada pela excellente banda musical do maestro sr. Manoel Clarimundo da Conceição. A's 7 1/2 horas, missa de communhão geral. A's 10 horas, missa solemne em honra do Divino Espírito Santo ; sorteio do novo juiz festeiro para 1923 ; sermão ao Evangelho pelo illustrado orador sacro Revmo. Padre Orlando de Moraes, Missionario da Ordem dos Redemptoristas e distribuição de lembranças da festa.

A's 16 horas, sahirá a procissão, percorrendo as ruas do costume. A' entrada da procissão, haverá solemne benção sacramental. Sermão final. A' noite, leilão de offertas e cinema.

— Pedese o especial obsequio a todas as Exmas. Familias, residentes nas ruas onde passar a procissão, para ornamentar a fachada de suas casas.

— Todos os actos religiosos serão abrilhantados, como sempre, pela excellente banda musical do maestro sr. Manoel Clarimundo da Conceição e pelo dedicado Côro de São José, da Matriz.

Durante todas as Novenas haverá conferencias religiosas pelo Revmo. Padre Orlando de Moraes.

— A bandeira do Divino percorrerá, em peditorio, os suburbios desta cidade, nos dias 30 e 31 de Maio e 1º de Junho ; no dia 2 de Junho percorrerá a Praia e no dia 3 a cidade.

A comissão organizadora :

Antonio Soffirio de Menezes Costa.
 Albertino Saraiva.
 Oswaldo Michel.

156 2-2

Fonte: O Taquaryense (1922a, p.2)

Conforme O Taquaryense (1922a), as programações já tinham início, na paróquia, na quinta-feira da “Ascensão”, exatamente dez dias antes do domingo de

“Pentecostes”. Neste dia, o cidadão responsável pela função de “Capitão do Mastro” daquele ano, realizou a solenidade de Levantamento da Bandeira, dando abertura oficial à festa. A honrosa incumbência, levou o então Capitão a oferecer uma ampla recepção aos participantes do cerimonial em sua residência. Participaram do evento também a Comissão Organizadora, composta por pessoas influentes da sociedade local, a Imperatriz, o Pagem do Estoque, os Alferes da Bandeira, o Secretário, o Procurador e o Tesoureiro, sendo este último encarregado de gerenciar toda a arrecadação com o pedtório da bandeira junto à comunidade. No dia seguinte, já teve início a Novena do Divino Espírito Santo, que antecede ao dia da festa, e para estas missas, foi trazido um padre de outra localidade que também guardava esta devoção.

Procedente de Cachoeira chegou ante-hontem o revmo. Padre redentorista Orlando de Moraes, que fará uma serie de conferencias religiosas durante as novenas do Espírito Santo, em cuja festa pregará (O TAQUARYENSE, 1922a, p. 2).

O padre citado foi muito elogiado pela comunidade local, segundo relata O Taquaryense (1922b), sendo que suas conferências durante a Novena do Espírito Santo, estiveram lotadas. Após o encerramento dos festejos, O Taquaryense (1922c) publicou um detalhado relato do evento religioso-social. O jornal chamou a atenção ao engajamento popular daqueles que não comungavam da fé católica, inclusive durante a Novena. Sobre o dia específico da festa, o texto destacou os procedimentos da Irmandade do Espírito Santo em procissão, juntamente com a banda musical da paróquia, buscando em casa o Pagem e a Imperatriz, os conduzindo ao Império. A procissão também buscou os sacerdotes na Matriz para irem ao Império realizar a bênção e coroação da rainha, retornando todos à Matriz para que diante do trono da Imperatriz e do Pagem do Estoque, preparado pelo Capitão, fosse realizada a Missa em honra ao Divino Espírito Santo e, ao final, o sorteio do novo Imperador Festeiro para o biênio 1923-1924.

Ainda segundo o jornal, após a Missa, saiu a tradicional procissão conduzindo o andor do Divino Espírito Santo pelas ruas da cidade e sendo concluída com bênção sacramental no Império e continuando os festejos populares na rua até o anoitecer. O chamado “leilão das ofertas” permaneceu muito animado e a banda, a

orquestra e o coro da paróquia, reforçados por artistas da capital, foram atuantes nos eventos internos e externos.

O Taquaryense (1922c) traz a nominata completa da Irmandade, bem como da equipe escolhida para promover a festa no biênio seguinte. Porém, em 1923 e 1924, os arquivos do mesmo jornal, no generoso espaço que dispensava as informações da paróquia, mencionou no máximo uma simples missa com o tema do “domingo de Pentecostes”. Da mesma forma, escassas foram as referências ao Divino Espírito Santo, encontrada por este estudo nos anos seguintes, limitando-se a missas comemorativas na Matriz de São José e na Capela Nossa Senhora das Dores, no Bairro Praia, sem citar o Império.

Na década de 1930, percebe-se claramente uma tentativa de resgate da tradição religiosa/cultural por parte de pessoas influentes da paróquia e segmentos da sociedade local. Foi possível identificar nos arquivos do referido jornal o empenho no sentido da realização dos festejos populares, com os atos tradicionais no Império e as celebrações religiosas incluindo “tríduo” na Matriz antecedendo ao domingo da missa solene e procissão pelas ruas. Em 1936 inclusive foi possível constatar o resgate da “novena do Divino Espírito Santo” ampliando a programação religiosa e movimentando a comunidade até culminar no dia da festa.

Com grande concorrência estão se realizando na Igreja Matriz as novenas preparatórias da festa em louvor ao Divino Espírito Santo, que se realizará amanhã, constando de missa cantada, sermão ao Evangelho e procissão. O imperador festeiro, sr. Adolpho Martins da Silva, muito tem se esforçado pelo brilhantismo da festa. Hoje á noite e amanhã após a procissão, continuarão os leilões de ofertas, roda da fortuna e outras diversões populares, em frente á capella do Divino (O TAQUARYENSE, 1936, p.2).

Porém, sem a Irmandade atuante, a devoção ao Divino Espírito Santo foi gradativamente perdendo o espaço no calendário de eventos da paróquia. Não se encontrou mais, na imprensa, referências de manifestações populares em louvor ao Divino Espírito Santo nas décadas seguintes, enquanto os atos religiosos caminharam para a extinção total. Conforme Durán (2009, p.601), em todo o Estado “essa tradição foi sendo objeto de discriminação pela igreja, tanto por ser uma organização à margem da ordem paroquial como pelas profundas raízes judaizantes de seus rituais”. Era um evento muito mais popular do que religioso.

Não foram encontradas, nos arquivos da paróquia, registros sobre a desativação da Irmandade do Divino Espírito Santo. Mas chama a atenção um fator que pode ter colaborado significativamente em novas construções (e desconstruções) de práticas religiosas na cidade. Foi à instalação do Seminário Seráfico São Francisco em Taquari em 1931, que teve como consequência, a troca de gestão da Paróquia São José para os franciscanos em 1933. Não existem elementos conclusivos que possam determinar motivos para a extinção definitiva da Festa do Espírito Santo em Taquari. Mas este evento (a troca de gestão) desencadeou muitas mudanças na comunidade católica local.

Outra forte possibilidade recai sobre o conflito ideológico demandado por setores mais elitistas da sociedade taquariense, na relação direta política-religião muito comum em pequenas localidades, rejeitando o caráter mais popular e de grande abertura social, inclusive para ex-escravos, do culto ao Espírito Santo. A “mistura do sagrado e do profano e a autonomia em relação à organização eclesial” (DURÁN, 2009, p.301), próprios desta devoção, não eram bem aceitas. Gradativamente, um olhar preconceituoso que sobre a Festa do Divino teria fortalecido um rótulo de paganismo, avançou, afastando a tradição da Igreja local.

Figura 38 - O Império do Divino Espírito Santo (ao centro) de Taquari-RS na década de 1980.



Fonte: Sala Açoriana (s/d)

Em meados do século XX, a Festa do Divino Espírito Santo já não acontecia mais em Taquari. A paróquia local se desfez de aparatos e utensílios outrora utilizados nas celebrações da devoção (BECKER, 2015). O Império, em 1957 foi entregue para a utilização de um grupo escolar. Depois de ser usado para outras atividades da comunidade, já bastante danificado e semiabandonado, o antigo Império foi demolido na década de 1980.

Hoje extinta, a festa do “Divino Espírito Santo”, foi uma das mais importantes de Taquari. Contava com ritual bastante significativo, Irmandade, Imperatriz, usando a Coroa e o cetro de prata com direito a trono na Matriz. Em frente a Igreja Matriz, do outro lado da praça São José, ainda na década de 70 existia o “Império”, (uma Capela do Divino), transformada mais tarde no “Colégio paroquial Santa Zita” (BECKER, 2010, p. 22-23).

Contemporâneas da Irmandade do Divino Espírito Santo, segundo Balém (1952), foram as Irmandades de São Miguel, responsável pelos sufrágios das almas dos finados, do Santíssimo Sacramento e de São José, entre outras. Essas duas últimas responsáveis pelo culto religioso, no entanto somente a última permanece em atividade até os dias atuais, com documentação preservada nos arquivos da paróquia.

Embora a Irmandade de São José tenha tido seu compromisso reformado por provisão episcopal do Bispo D. Feliciano Prates em 7 de outubro de 1854 (BECKER, 2004), o seu primeiro livro de atas tem o termo de abertura datado de 3 de setembro de 1806. Nesta exata data, foi realizada em 2022 uma missa festiva, comemorando os 216 anos de atividades da organização. O estatuto da Irmandade nunca foi alterado.

[...] o Culto do Glorioso São José e o serviço de sua Igreja, constituem-se no objeto principal da associação de todos os Irmãos e são objeto essencial dos deveres da Irmandade. São aptos para serem Irmãos, todas as pessoas, de ambos os sexos, que por idade, devoção e bons costumes, estiverem nas circunstâncias de oferecerem seus serviços à Irmandade, dentro das suas atribuições (BECKER, 2015, p. 30).

A Festa de São José, que teve a data de 19 de março, feriado ao padroeiro, fixada em 6 de junho de 1930, acontece com a data recomendada no estatuto da Irmandade desde 1805, de forma ininterrupta (GOERCK, 2009). Os casais festeiros, responsáveis pela promoção e organização do evento, são escolhidos e nomeados

com bastante antecedência pela Irmandade. Normalmente ao final da Missa que antecede a procissão já se anunciam os eleitos para o ano seguinte.

Figura 39 - Casais festeiros de 2022 (à direita), pároco local Frei Gastão Zart (ao centro), Irmandade de São José (ao fundo) e imagem original de São José (à esquerda)



Fonte: Autoria própria (2022)

As programações dos festejos em honra ao padroeiro local já se iniciam durante o período da Quaresma, após o Carnaval. Os festeiros visitam as várias comunidades da paróquia, levando uma imagem de São José e convidando para a Novena de São José. Então, nos nove dias que antecedem ao feriado religioso, acontecem missas na Igreja Matriz de São José, sempre à noite, com a condução da Irmandade de São José e a imagem original, esculpida em madeira, recebida em doação do Rei de Portugal D. José presente, com a participação de diversas entidades e setores da sociedade local. Logo após as missas, sempre acontecem jantares especiais no Salão Paroquial.

Figura 40 - Novena de São José



Fonte: Autoria própria (2022)

No dia 19 de março, feriado municipal, as programações começam logo pela manhã. Por volta das 10h, acontece a Missa, normalmente com a presença do bispo regional. Em seguida, os festeiros, a Irmandade, o pároco, os devotos e simpatizantes conduzem a imagem de São José em procissão pelas principais ruas do Centro da cidade. O andor é conduzido até o Salão Paroquial, onde ocorre o almoço e os festejos se prolongam, com muita alegria, pela tarde até a noite.

Figura 41 – A procissão de São José



Fonte: Autoria própria (2022)

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, também atuante desde os primeiros anos da povoação local, teve seu compromisso aprovado em 25 de outubro de 1853 em provisão episcopal de 1853 e confirmada em 13 de dezembro, pela lei provincial 283/1853 (BECKER, 2004). Conforme tradição religiosa portuguesa que remonta o século XIII é de responsabilidade desta Irmandade a Solenidade do Santíssimo Sacramento do Corpo e do Sangue de Cristo.

No Brasil, o Corpus Christi é feriado nacional religioso e, conforme a tradição, é celebrado na primeira quinta-feira após o domingo da Santíssima Trindade, exatos 60 dias após a Páscoa. Nas cidades onde a Irmandade está ativa, as celebrações incluem missa e procissão do Corpo de Cristo sobre tapetes em cores vivas com flores, serragem colorida, recicláveis e materiais diversos, que fazem a ornamentação do caminho, uma prática também trazida pelos colonizadores.

A arte dos tapetes ou caminhos de flores é muito importante no ritual religioso das nossas freguesias e cidades dos Açores.

O tempo, dinheiro e esforço que estes tapetes de flores exigem na sua preparação indica a sua importância. É uma arte efêmera ritual que vem dos altares até aos caminhos passando de geração para geração (MARTINS, 1985, p.361).

Em Taquari, por muitos anos tivemos a Festa de Corpus Christi, na qual as ruas e as casas eram enfeitadas, com grande demonstração de religiosidade. Após a missa, o Santíssimo era conduzido pelos caminhos coloridos. Porém, com a inatividade da Irmandade do Santíssimo Sacramento, as manifestações populares também sofreram gradativo enfraquecimento, limitando-se à data as celebrações religiosas.

Festa de Corpus Christi, outra grande demonstração da religiosidade, era marcada pela procissão que acontecia pelas ruas cobertas de folhas e pétalas de flores na frente das casas por onde passava; as casas enfeitavam suas janelas com colchas finas coloridas, com flores, imagens de santos e outros objetos ornamentais. Esta era a forma de demonstrar o grande respeito pela procissão Corpus Christi (SANTOS, 2007, p. 64).

Figura 42 - Procissão do Santíssimo Sacramento 2022 saindo da Igreja Matriz



Fonte: Autoria própria (2022)

Ainda na última década do século XX, a comunidade católica, juntamente com diversas entidades da cidade, resgatou a tradição da confecção dos tapetes coloridos na quadra ao redor da Praça da Matriz São José. A comemoração tem início em missa festiva, onde acontece a celebração litúrgica da Eucaristia, ou seja, o Corpo e o Sangue de Cristo, partindo em seguida para o ato de rua, como um testemunho de fé na presença real de Jesus neste sacramento.

Figura 43 - Tapetes coloridos de Corpus Christi recebendo a procissão.



Fonte: Autoria própria (2022)

Mais recentemente, com o apoio do poder público, os tapetes de Corpus Christi têm lugar na área coberta da Praça da Bandeira, próxima a Lagoa Armênia, onde a arte popular pode permanecer exposta por um tempo maior. Neste local, a procissão que vem da Matriz de São José, passa em todo o caminho de tapetes carregando o ostensório do Santíssimo Sacramento e recebe a bênção final.

Figura 44 – A bênção do Santíssimo Sacramento do Corpo e do Sangue de Cristo



Fonte: Autoria própria (2022)

O Natal Açoriano em Terra Gaúcha tem se constituído no principal evento da cidade nos últimos anos, reunindo aspectos religiosos, culturais e turísticos. A 1ª edição do evento aconteceu em 1992, na Praça da Matriz São José com danças açorianas e um presépio vivo. Com o apoio do poder público, o evento cresceu e a 2ª edição já aconteceu às margens da Lagoa Armênia.

Espetáculo artístico-cultural – promoção conjunta da Prefeitura Municipal, Instituições e Entidades Comunitárias. [...] Helena Santos da Silveira, Cidadã Taquariense, Professora de Teatro e Colunista do jornal “O Taquaryense”, idealizou e dirigiu o 1º Natal Açoriano em Terra Gaúcha. Seu projeto foi abraçado pela comunidade, a responsabilidade de sua execução foi dividida com a E. E. “Pereira Coruja”, cujos alunos interpretaram os personagens do presépio [...] (SARAIVA, 1999, p.37).

Atualmente, o evento conta com uma diversificada programação, que inicia na primeira quinzena de dezembro e se estende até o dia seis de janeiro. Normalmente as atrações têm lugar no palco-barco Tia Helena da Lagoa Armênia, mas nas noites de chuva são transferidos para a área coberta da Praça da Bandeira, que fica em

frente. As árvores do parque ao redor da lagoa são enfeitadas e iluminadas pelas empresas e entidades que às adotam, completando o clima natalino.

Figura 45 - Natal Açoriano em Terra Gaúcha na Lagoa Armênia



Fonte: O Fato (2017)

Entre as atrações têm espaço apresentações de escolas, instituições religiosas, artistas locais e regionais e diversos grupos representativos de segmentos da sociedade. Na noite principal, normalmente acontecem as encenações do presépio e da chegada dos casais açorianos colonizadores pelas águas. Em seguida um extenso show de fogos sobre a Lagoa Armênia anuncia uma atração artística de amplitude nacional que é assistida por um grande público. Carmo (2010, p.39) comenta:

Os primeiros colonizadores também são lembrados [...] anualmente fazem a travessia na lagoa numa réplica de uma embarcação usada pelos portugueses e ao som de uma Chimarrita. Religiosos em sua essência de acordo com a tradição trazem o trigo, o pão e o vinho.

Figura 46 - Participantes do espetáculo acompanhando o show de fogos sobre a lagoa



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Taquari (2018)

Outro elemento cultural de base religiosa trazida pelos açorianos tem seu ponto alto entre o Natal e o Dia de Santos Reis em seis de janeiro. Esta celebração faz referência aos três Reis Magos “Gaspar, Melchior e Baltazar”, que segundo relatam os Evangelhos, foram presentear o menino Jesus recém-nascido. Dessa forma, a tradição dos Ternos de Reis ressalta a cordialidade, a amizade e a doação do espírito cristão nas relações sociais, porém encontra-se bastante enfraquecida como prática social. “O Terno de Reis coloca-se como um ato de resistência de sujeitos sociais atingidos por práticas desintegradoras de experiências de vida” (GRAEBIN, 2007, p.8). Uma tradição que tem sido resgatada e readaptada em tempos atuais.

O Terno de Reis na microrregião sul do Vale do Taquari é uma tradição que remonta desde o início da colonização açoriana [...]. A introdução desta prática não apenas na região, mas em boa parte do Rio Grande do Sul, é obra de açorianos que antigamente se reuniam em pequenos grupos com gaita, violão e violino em visita às casas de amigos e parentes a fim de comemorar o nascimento de Jesus. [...] caracteriza-se, principalmente, pelo improviso nos versos, geralmente com rimas preparadas na hora do canto. A memória é perpassada pelas gerações, com o intuito de reunião entre os vizinhos. A tradição que remonta do Arquipélago dos Açores é cantada entre o final do ano até o dia seis de janeiro, o qual marca o Dia dos Reis na tradição cristã (ROSA; BARDEM; LAROQUE, 2018, p. 127).

Figura 47 - Cantigas na Folia de Santos Reis



Fonte: Martins (1985, p.285)

Normalmente, o Terno era formado por três cantores que, acompanhados de acordeom e violões, entoavam cantigas em frente à casa do visitado até este abrir a porta e convidar para entrar. As visitas eram sempre à noite e, por vezes já depois dos moradores terem se recolhido, o que estendia os cantos até os donos da casa saírem da cama. Quando possível, os grupos eram recebidos na sala de casa, normalmente um cômodo separado da casa para receber visitas que, em geral, tinha um espaço de oratório com imagens de santos de devoção.

O povo açoriano caracteriza-se pela profunda religiosidade [...]. Taquari ainda guarda muito da religiosidade do seu povo colonizador. [...] Ainda hoje persistem os "Ternos de Reis". No dia 06 de janeiro, bem no início do comemorado ano novo, os grupos formados em todos os cantos município, saem em visitas festivas anunciando a chegada do menino Jesus (BECKER, 2010, p. 22-23).

A prática cultural dos Ternos de Reis ainda é mantida, porém está consideravelmente reduzida como atividade social. O contexto pandêmico paralelo a este estudo não permitiu observar nenhuma visita conforme a tradição original deste elemento cultural. Porém, alguns grupos organizados permanecem ativos na

comunidade e realizam encontros para confraternizar e praticar a arte. Uma tradição religiosa entendida como bem patrimonial local.

[...] o Terno de Reis mistura a tradição açoriana com a religiosidade católica e popular, perpetuando um costume advindo de tempos da grande migração de açorianos para o Continente de Rio Grande de São Pedro. Pode-se perceber sua significância para a manutenção de uma identidade açoriana na região bem como a construção de um patrimônio imaterial por parte do grupo de descendentes (ROSA; BARDEN; LAROQUE, 2018, p. 128).

Atualmente, os Ternos de Reis, têm lugar na programação anual do Natal Açoriano em Terra Gaúcha, fazendo o encerramento do evento no Dia de Santos Reis. Na noite dedicada a esta arte religiosa-popular, os grupos inscritos simulam a tradição original. Além das apresentações no palco principal do evento, às margens da Lagoa Armênia, os grupos circulam pelo parque ao redor da lagoa, fazendo visitas aos grupos familiares reunidos nas “casas” de diversas entidades e empresas da cidade, simbolizadas nas árvores que são adotadas e ornamentadas.

Figura 48 - Grupo de Terno de Reis no Natal Açoriano em Terra Gaúcha



Fonte: O Fato (2018)

As celebrações, as festas e a arte popular que guardam a memória coletiva (MOTTA, 2000) de um povo ou de determinado grupo étnico, quando são esquecidas, a memória também se perde. Mas quando estão em prática cultural constante, esta cultura também está sendo reconstruída, são lugares de memória (NORA, 1993). Com esses memoriais ativos e as referências culturais vivas, a memória estará salvaguardada! Em Taquari, muitos desses bens culturais de natureza imaterial são identificados.

3.2.2 Saberes e fazeres enraizados na comunidade

Este estudo apresenta também referências culturais identificadas no cotidiano da comunidade entre os conhecimentos e técnicas ligados à memória dos primeiros povoadores de Taquari. O destaque repousa sobre a cultura culinária que abrange principalmente, os alimentos desenvolvidos pelos descendentes açorianos a partir da tradição gastronômica das ilhas, com os ingredientes disponíveis nesta nova terra. Um patrimônio cultural local de natureza imaterial.

Pesquisar, identificar, inventariar é um caminho de proteção ao patrimônio cultural imaterial, nos termos da Carta de Fortaleza (1997). Este estudo observou nos hábitos alimentares da população local referências que identificam a açorianidade (LEAL, 1997), em processo contínuo de reconstrução, considerando como bens culturais de natureza imaterial, conforme define o artigo 2º da Recomendação de Paris (2003).

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história [...] (UNESCO, 2006, não paginado).

Segundo o Gonçalves (2005), quando se fala em *patrimônio*, fala-se em material (prédio, monumentos, espaços urbanos, objetos). Contudo, *patrimônio* não se restringe apenas a estes bens, tem-se ainda uma categoria que escapa dessa definição. Por isso a necessidade de se criar uma definição que dê conta destes bens, ou seja, imaterial ou intangível, abrangendo então (lugares, festas, espetáculos, alimentos).

Essa noção tem a ver com a concepção antropológica de cultura, que enfatiza as relações sociais, simbólicas, não nos bens materiais, mas, sim nos intangíveis. Todavia, não há como se falar em patrimônio sem sua dimensão material. Logo, trata-se de uma categoria ambígua, que transita entre o material e o imaterial. Com isso, a noção de *patrimônio cultural* então rematerializado, tem a partir do século XX, uma desmaterialização, em favor de noções mais abstratas, como: estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc.

A partir desta concepção, a imaterialidade, a subjetividade e a sensibilidade dão à história cultural uma nova fonte de trabalho. Gonçalves (2005) apresenta a ideia de *patrimônio histórico* como algo que não necessita ser material, pois cumpre um papel subjetivo dentro de uma sociedade. Normalmente associa-se sua imagem a prédios, monumentos e objetos, porém o autor lembra que as práticas e tradições, também entram neste conjunto de componentes entendidos como *patrimônio histórico*. Todos são guardiões da memória.

A chamada *memória herdada* pode justificar-se por uma projeção do passado proporcionada no processo de socialização, como as tradições culinárias. Trazem personagens à condição de conhecidas, mesmo sem ter frequentado o mesmo espaço-tempo da pessoa ou compartilhado das mesmas práticas. O mesmo ocorre com os lugares, desde a ligação com a lembrança individual até de vinculação pública, mais ligados à coletividade. Os costumes, as expressões, as brincadeiras, a gastronomia ou o artesanato, são compartilhados por esta memória ligada ao lugar (POLLAK, 1992).

Desta forma, este estudo entende a cultura culinária, presente na alimentação de um determinado grupo, como patrimônio histórico que guarda a memória dos seus antepassados. Os primeiros colonizadores açorianos trouxeram uma ampla tradição gastronômica a ser desenvolvida e permanentemente reconstruída.

A alimentação e culinária dos ilhéus foi criada a partir do momento em que os colonizadores açorianos se confrontaram com um novo ambiente distinto do que conheciam e com populações com hábitos alimentares diferentes dos seus. As suas tradições alimentares e culinárias, que hoje são reivindicadas como parte da sua identidade cultural, são fruto das trocas culturais [...] (SOUSA, 2010, p. 65).

Considera-se o processo dinâmico onde as tradições gastronômicas dos açorianos colonizadores foram se adaptando à realidade geofísica de Taquari, conforme Sousa (2010, p. 33) “[...] esta culinária de base açoriana seria a culinária que surgiu a partir da chegada dos primeiros povoadores à sua nova terra.” Mas entende-se que a cultura culinária em questão, certamente guarda a memória dos primeiros povoadores ilhéus na cidade, pela presença da cultura de matriz açoriana na gastronomia local (GOMES, 2017).

Passa-se a apresentar de forma mais específica, em Taquari, alguns destes alimentos, originários de hábitos muito simples, de uma população que precisava se

adaptar a uma nova realidade. Um exemplo bem claro desta adaptação era o uso de “atafonas”, instrumento que servia para produzir a farinha de mandioca.

Produziam em casa feijoada, charque assado, milho verde, pirão de farinha de mandioca, quibebe (pirão de abóbora), carne de porco e de galinha, e morcela (morcilha) frita. Como sobremesa usavam o melado de cana, frutas em calda e principalmente a “gostosa” laranja de umbigo [...] (SANTOS, 2007, p. 57).

Esta realidade era fruto da adaptação forçada que os migrantes açorianos tiveram que enfrentar nas novas condições de vida. O clima diferente e o alcance econômico escasso tornavam necessárias as substituições de ingredientes alimentícios. Um caso bem característico em Taquari é a aproximação de pratos típicos portugueses bem conhecidos nas ilhas, como o “Caldo Verde”, dito por Ramires (2005, p. 20) como “[...] o prato ainda hoje dominante é a tigela de caldo verde, o que chamamos sopa de legumes” e a “Açorda”, nas palavras de Becker (2010, p. 21):

[...] existe um prato que é unanimidade entre o povo dos Açores. Ninguém rejeita uma boa “sorda”. Para quem nunca ouviu falar dela, é uma sopa à base de pão, ovos e regada com caldo de carne. Mas para ser verdadeiramente o prato típico dos açorianos, não pode faltar o complemento, que são os raminhos de hortelã.

Segundo Gomes (2017), nas duas sopas, nos Açores, era muito comum o uso de peixes. Como o Rio Taquari não fornecia a mesma abundância de pescado que o Mar, o jeito foi adaptar com carnes e outros ingredientes locais. Nasceu então o Fervido, prato típico taquariense de origem açoriana. Em 2021, o Fervido ganhou registro municipal. “Fica considerado como Patrimônio Cultural Imaterial de Taquari o ‘FERVIDO’ como gastronomia típica taquariense com raízes açorianas” (TAQUARI, 2021, não paginado).

Figura 49 - Preparação do Fervido



Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Taquari (2020)

No entanto os pratos mais comumente observados na comunidade local que são diretamente associados aos açorianos são os doces. Encontrou-se a “Cueca Virada com açúcar”, o “Quindim”, a “Polenta Doce”, o “Arroz de Leite”, a “Ambrosia”, a “Paçoca de Amendoim” e outros sabores açorianos (GOMES, 2017), com receitas taquarienses, transmitidas e aprimoradas por gerações. Além de conhecidos e apreciados em praticamente todas as famílias, muitos deles também circulam consideravelmente no comércio local.

Figura 50 - Arroz de Leite em preparação



Fonte: Autoria própria (2022)

O “Pão de Milho” vem em uma intensidade menor, mais caseiro, com versões doce ou salgado. É acompanhado de outros exemplos mais simples, como os “Bolinhos de Chuva”, normalmente servidos às visitas para acompanhar o chimarrão em dias de inverno, e o pão reaproveitado com ovo em fritura. Ramirez (2005, p. 20) destaca:

A doçaria tem como rainha o arroz doce, por nós chamado de arroz de leite. Fatias de pão banhadas em ovos, mais canela moída e açúcar, fritas na frigideira; os suspiros, que são os nossos merengues. Bolinhos de farinha de trigo, com ovos e açúcar.

Estas referências culturais na alimentação foram observadas nas residências de todos os níveis sociais da comunidade. As variações ficam por conta das quantidades dos ingredientes mais caros, ou menos disponíveis, assim como os “toques especiais” de cada família. A cultura culinária local demonstra claramente a influência da tradição gastronômica dos colonizadores açorianos, configurando-se em um patrimônio cultural de natureza imaterial de Taquari.

4 O LEGADO PATRIMONIAL DA MIGRAÇÃO: Discutindo a açorianidade em Taquari

Amplia-se neste espaço, a análise, a interpretação e a discussão de dados apresentadas na seção anterior. Neste processo de avaliação, pretende-se destacar a contribuição da migração açoriana na conformação do patrimônio local efetivamente, considerando a participação de outros grupos étnicos, sobre o contexto geral dos resultados do estudo.

O conceito de *açorianidade* de Vitorino Nemésio refere-se ao modo de ser e de viver açoriano, ou seja, o modo de viver desenvolvido pelos portugueses nas ilhas (LEAL, 1997). Para este estudo, trabalhou-se o conceito em associação com a *territorialidade* de Serpa (2017), que relaciona os conceitos de *lugar* (o modo de vida que veio com os migrantes) e de *território* (o novo espaço ocupado para a readaptação deste modo de vida) para o entendimento do novo lugar de viver dos açorianos colonizadores no assentamento do Taquari. Esta construção é identificada neste estudo por *cultura de matriz açoriana*.

Panoramicamente, esta pesquisa buscou identificar os bens culturais ativos e, com capacidade de ativação (PRATS, 2005), que poderiam ser associados aos primeiros colonizadores açorianos assentados neste território no século XVIII. Esta relação foi apurada a partir do fenômeno histórico que originou o referido bem e/ou sua relação com a cultura de matriz açoriana. A investigação considerou a relação interdependente dos bens culturais de natureza material e imaterial, bem como o processo de construção patrimonial contínua.

A importância desta investigação recai, principalmente na produção de conhecimento científico que possibilite a comunidade local a atribuição de valor patrimonial e a apropriação dos seus próprios bens culturais (HORTA, 1999). Existe um relativo distanciamento da sociedade taquariense da vinculação histórica com a cultura de matriz açoriana que remonta a sua fundação. O estudo deve contribuir na valoração patrimonial, na estruturação de bases memoriais e no levantamento de dados para processos de proteção.

Os dados coletados foram organizados sobre um embasamento teórico que partiu do entendimento da migração e da cultura sobre a identidade e a territorialidade para fundamentar a seleção do patrimônio e das narrativas que

podem contribuir com a memória coletiva. Com esta compreensão, os dados foram apresentados com conceito, imagens, descrição e breve interpretação, tendo a sua discussão ampliada a seguir.

4.1 O patrimônio local representativo: a contribuição açoriana e a participação dos outros grupos étnicos

Para aprofundar a discussão dos principais resultados da investigação, destaca-se os elementos que simbolizam e se associam aos primeiros colonizadores migrantes do Arquipélago dos Açores no século XVIII e a cultura de matriz açoriana que com eles veio. Ao levantar estes dados, o estudo considerou que, outros grupos étnicos culturais colaboraram na formação do patrimônio local (os que estavam no território anteriormente ou os que depois vieram), estudando o fenômeno histórico que originou cada bem cultural, construindo um cenário natural de hibridismo cultural (BURKE, 2003).

Entendendo o fato social total de Gonçalves (2007), refere-se à interdependência entre as escalas patrimoniais. A paisagem em processo histórico de antropização é modificada e nela se insere a estrutura urbana, onde se implantam edificações de uso coletivo e de uso doméstico. Todo o espaço urbano, público e privado se configura em palco para as tradições religiosas e as práticas cotidianas. Tudo isso pela ação humana, e portanto, cultural.

Nesse sentido, pode-se elencar como resultados mais importantes, dentro do contexto urbano formado a partir da territorialidade (SERPA, 2017) e do contexto das práticas culturais cotidianas, as particularidades que creditam especial destaque a Taquari. A especificidade da estrutura urbana e sua formação em dois núcleos em concordância com uma tradição lusitana urbanística milenar. O traçado do Centro, que apresenta com considerável fidelidade ao projeto original da Vila de São José. A imagem de São José esculpida em madeira, recebida do Rei Dom José I de Portugal, por ocasião da fundação do povoado. A festa do Natal Açoriano em Terra Gaúcha, evento de origem recente, que visa recriar uma narrativa da colonização, reunindo o aspecto religioso e o turístico, em ampla programação. Todos esses elementos são singularidades que concedem valores culturais específicos da cidade de Taquari.

No que se refere à construção do espaço territorial urbano, este estudo observou que as participações dos grupos étnicos que aqui viviam tiveram sua importância na paisagem então existente, sendo que a análise da territorialidade melhor se aplicou a partir da chegada e colonização dos açorianos. Já o estudo de Laroque et al. (2016) que trabalhou com entrevistas, inclusive no meio rural, concorda e acrescenta que a chegada de outros grupos, como alemães e italianos, teria aumentado o sentimento de pertença dos descendentes açorianos. Como a coleta concentrou-se no meio urbano, não se chegou a constatar esta percepção. O entendimento concorda com Rosa e Laroque (2018) que, ao estudar especificamente a migração e o povoamento em São José de Taquari, utilizando-se de fontes documentais, enfatizou o interesse do governo na instalação do povoado naquele território.

Porém na análise do núcleo urbano de formação espontânea, apesar de apresentada a contextualização histórica, por revisão de literatura, o estudo focou no processo da paisagem histórica cultural modificada em tecido urbano identificado como patrimônio local a ser valorado. Diferente do estudo de Rosa (2018) que investigou as condições de assentamento dos açorianos no local. Enquanto aponta-se a formação espontânea do povoado por volta de 1760, Rosa (2018) refere a presença açoriana no Passo do Taquari já em 1758, por trabalhar com fontes documentais da paróquia de Triunfo. Além disso, o estudo de Rosa (2018) avançou na questão do acesso e uso da terra, enquanto este estudo enfatiza a formação urbana.

O valor patrimonial que a destacar da formação urbana em dois núcleos, é visto de forma semelhante pelo estudo de observação de Durán (2009 e 2018). Da mesma forma, a singularidade do aspecto urbano do Centro de Taquari como um projeto urbano parcialmente executado e com fonte preservada, apontada pelo neste estudo, encontra concordância em Oliveira e Durán (2020). O mesmo, que fez coleta por observação, também lamenta a falta de proteção do patrimônio local, indo no sentido dos objetivos deste estudo.

Entre os dados apresentados, o estudo trouxe a fortificação à margem do Rio Taquari, o povoado de formação espontânea, o “barro” retirado da parte alta, utilizado para as primeiras construções da vila projetada, resultando na Lagoa Armênia. Esses elementos ainda não possuem o mesmo alcance simbólico na

comunidade que a arquitetura, a religiosidade e a culinária, por exemplo. É urgente o trabalho de levar a população a se apropriar dos seus bens patrimoniais (HORTA, 1999). Lamentavelmente ainda se tem a falta de um projeto para identificação do patrimônio arqueológico local, com foco mais específico na fortificação militar do século XVIII que deu origem ao povoado com o assentamento açoriano.

Em relação às edificações resistentes no meio urbano, na sua maioria originárias do século XVIII e XIX, este estudo observou que a arquitetura doméstica, apesar de modificações morfológicas (mudanças nas fachadas) da introdução de novas técnicas construtivas, e das necessárias adequações funcionais para seu uso atual, conservam em boa parte, a tipologia e o arranjo espacial tipicamente luso-brasileiro e se implantam sobre o alinhamento com uma relativa homogeneidade volumétrica, conferindo as ruas em particular e a paisagem urbana em geral, diversidade dentro do conjunto homogêneo. Embora não tenham sido identificados elementos arquitetônicos específicos da arquitetura popular dos Açores, tais como o complexo forno-chaminé, a configuração e a morfologia luso-brasileira está associada à migração. Constatou-se que os prédios selecionados por listas preliminares de inventário correspondem a esta categoria.

Desta forma, este estudo se afastou, das afirmativas de Silva, Laroque e Machado (2017), que teve como campo o Vale do Taquari e enfatizou o estilo arquitetônico barroco, classificando Taquari com uma das únicas cidades da região que preserva este estilo. Efetivamente, conforme Macedo (1987) e Durán (2009), este estudo identifica somente a Igreja Matriz de São José como um barroco rústico, originalmente, tendo no entanto, sofrido intervenções. Constata também, que a preservação do traçado, do padrão de loteamento, da implantação uniforme das edificações sobre o alinhamento frontal e parcialmente, das tipologias e volumetria características da arquitetura doméstica luso-brasileira (CURTIS, 2003), são mais relevantes para qualificar a paisagem urbana como um conjunto marcadamente luso-brasileiro. Embora relevantes, considera-se neste estudo que as classificações estilísticas, privilegiam as obras de autoria ou eruditas em detrimento dos valores do conjunto, de franca origem vernácula e popular.

No que se refere às práticas cotidianas que guardam referência à cultura de matriz açoriana este estudo considerou que os elementos culturais, levados pelos portugueses peninsulares aos Açores e lá desenvolvidos por várias gerações no

ambiente insular, acompanharam os ilhéus povoadores de Taquari. Tradições religiosas e técnicas para levantarem o próprio sustento permearam as adaptações do novo *lugar de viver açoriano*. Não se trata aqui de buscar e valorizar as manifestações idênticas aos padrões lusitanos e sim de verificar que as necessárias adequações ao meio local e possíveis hibridações garantiram sua preservação.

A investigação observou em campo como estas práticas culturais ainda são cultivadas na comunidade. Alguns resultados ampliaram entendimentos de estudos anteriores pela natureza das fontes utilizadas neste estudo, pois os dados foram levantados diretamente em aglomerações sociais de diversos segmentos da comunidade, com consultas paralelas em arquivos de imprensa e da paróquia.

Um tema de grande abordagem é “as irmandades”. Laroque et al. (2016), que desenvolveu investigação com entrevistas, destaca o papel de coesão social que elas exerceram, trazendo a mesma representatividade para os dias atuais. No entanto pode-se apurar que estas organizações perderam força ao longo dos anos, permanecendo apenas a irmandade do padroeiro da cidade, São José, principal devoção da paróquia. Neste caso, é bem possível que ao invés da irmandade ter mantido a unidade da comunidade religiosa, tenha sido a própria paróquia que mantém a associação ativa.

O estudo de Silva, Laroque e Machado (2017), que fez uso do método da história oral, destaca que as irmandades sempre foram instrumentos de congregar as famílias diante das condições de vida tão adversas desde a colonização. Nesta afirmativa, ressalta a importância popular da Irmandade do Divino Espírito Santo. Neste ponto, este estudo converge, ampliando uma análise sobre os antecedentes desta tradição nas ilhas e a sua existência em Taquari.

No entanto, fica uma sugestão de investigação específica em relação à devoção do Divino Espírito Santo na cidade. Essa, que veio com os migrantes açorianos, foi muito forte em Taquari envolvendo praticamente toda a comunidade, e sofreu um enfraquecimento ainda não plenamente explicado no contexto local, culminando com a extinção no século XX. No entorno deste fenômeno cultural giram muitas questões referentes às relações sociais, de grande importância, como a sociedade local elitista e a mudança de gestão na paróquia, que podem ter relação direta com a demolição da capela e o desaparecimento desta manifestação religiosa popular.

A adaptação da produção de alimentos pelos açorianos neste território, também é constatada por Laroque et al.(2016), destacando a preservação da memória culinária de geração em geração, assim como a reatualização das técnicas produtivas, temas que este estudo também referiu. Avançou-se, porém, na identificação de receitas desenvolvidas pelos migrantes e seus descendentes, ainda presentes nos hábitos alimentares da comunidade. Muitas das quais, citadas no estudo de Silva, Laroque e Machado (2017), como muito apreciadas pelos colonizadores. Pode-se destacar os doces com a utilização de leite e o “caldo verde” que deu origem ao atual “Fervido”.

Apesar de investigações anteriores sobre temas muito próximos terem levantado dados, em parte, semelhantes aos encontrados por este estudo, porém, as metodologias utilizadas, bem como o campo de pesquisa abrangido, em geral, se diferenciam. É importante destacar que os bens culturais identificados nesta pesquisa, consideraram a representatividade da cultura de matriz açoriana para a comunidade atual, entendendo os fenômenos históricos e as continuidades culturais com participação de outros grupos étnicos. Assim, a açorianidade (LEAL, 1997) está evidenciada dentro dos hibridismos culturais (BURKE, 2003) existentes no processo dinâmico de conformação do patrimônio cultural local.

4.2 Elementos identitários sentidos ou valorizados: representatividade, reconhecimento, proteção e educação patrimonial.

Amplia-se a discussão sobre os bens culturais identificados que são reconhecidos dentro da comunidade como representativos da cultura de matriz açoriana. É esse destacado reconhecimento que desencadeia as ações de preservação. Com esta análise, demarcam-se os limites alcançados por este estudo, vislumbrando os caminhos de pesquisa que ainda precisam ser avançados.

Por este estudo, é possível constatar que o patrimônio cultural local apresenta continuidade da cultura de matriz açoriana, trazida pelos ilhéus migrantes, com as participações de outros grupos étnicos. Nessa relação, considera-se os nativos e os luso-brasileiros, que por aqui já estavam, assim como outros imigrantes europeus que vieram depois, promovendo encontros culturais importantes. No entanto, estas contribuições não são entendidas como legados patrimoniais pela comunidade. Esta

constatação é mais evidente na paisagem cultural, pela própria inercia do traçado urbano e a permanência da arquitetura por sua natureza imóvel.

Assim, acredita-se que, sendo a paisagem urbana um produto histórico de natureza processual, não é, necessariamente uma contribuição exclusiva dos açorianos pois, na sua conformação, necessariamente, intervieram outros grupos, em outros tempos. Da mesma forma, a arquitetura local guarda as características da arquitetura luso-brasileira (CURTIS, 2003), não sendo identificados elementos, arranjos ou características especificamente açorianas. Portanto, o patrimônio material imóvel é associado à presença açoriana porém não é necessariamente de matriz açoriana. As práticas culturais cotidianas, identificadas por esta investigação como associadas à cultura de matriz açoriana, são mais comumente sentidas pela população como patrimônio local.

Porém, entende-se que, como todo trabalho científico, este estudo também possui limitações, o que nos leva a enfatizar a importância do avanço em novas pesquisas ampliando o conhecimento do tema. Por essa razão, junto aos resultados considerados mais importantes, pontuou-se, também sugestões de prosseguimento de investigações mais direcionadas. Entre elas, pesquisas que contemplassem o patrimônio rural e natural do município seriam de grande importância.

Seriam fundamentais novos estudos que avançassem no entorno da sede municipal, alcançando vestígios das culturas inseridas pelos colonizadores. Considerando as primeiras estâncias dos sesmeiros, o que representou a chegada dos açorianos, desde o trigo, os cítricos, as obras de infraestrutura e os caminhos que abriram/construíram para o desenvolvimento produtivo da região.

O estudo abre novas perspectivas futuras. Principalmente no subsídio para políticas públicas necessária,s como programas de educação patrimonial e estratégias para ampliar a proteção ao patrimônio cultural local. Horta (1999) apresenta o método como forma de trabalhar o patrimônio cultural na condição de descoberta e apropriação, individuais e coletivas, um processo educacional por ações sistemáticas, ou seja, uma forma de envolver o cidadão através do conhecimento da sua própria cultura.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p.4).

Através da educação patrimonial, a comunidade é despertada para a sua própria memória, e o interesse pela história, pela cultura local, normalmente se vê ampliado. Em Taquari, desde sua colonização no século XVIII, tem grande potencial de exploração no seu patrimônio associado à cultura de matriz açoriana. Programas com este método, bem construídos e desenvolvidos, podem produzir resultados muito positivos, para cultura e para o turismo local.

Portanto, Educação Patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais. Essa conscientização é um exercício de interação da população com os patrimônios da sua região [...] A metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural. (SOARES, 2003, p.24-25).

Esta metodologia é utilizada em muitos municípios, resultando em ações de preservação patrimonial e construção de memoriais. Há alguns projetos com resultados consolidados no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros que nos servem como modelo. Este estudo analisou a estrutura e a forma de aplicação de alguns programas e deixa como sugestão algumas ideias que podem se encaixar nas potencialidades da cidade de Taquari para a construção de um projeto local.

Pode-se destacar o Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul (PREP), desenvolvido de 1993 a 1997, na região de colonização italiana que abrange nove municípios entre Restinga Seca-RS e Pinhal Grande-RS (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998). Outro caso é o Projeto Interface para a valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS, desenvolvido a partir de um convênio entre o Núcleo de Estudos Patrimoniais (NEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra-RS (SOARES, 2003).

Destacam-se, também, dois outros trabalhos que, pelo processo de execução com resultados crescentes, são bons exemplos. Um é o Projeto Educação Patrimonial: Histórias de Nosso Pedacço, realizado em Londrina-PR, como evolução

de um trabalho conjunto que teve seus primeiros movimentos em 2005 (MAGALHÃES; CASTELO; ZANON, 2009). Outro, dentro da perspectiva da reconstrução da memória regional, é o Projeto Raízes, desenvolvido em uma série de encontros, iniciando por Santo Antônio da Patrulha-RS em 1990 (BARROSO, 2006). O projeto demonstrou o importante trabalho do historiador na repatrimonialização através da recuperação do processo histórico. Trata-se do estudo aplicado, o pesquisador que vai ao local, o lugar de memória ressignificado (DONNER, 2010).

O município de Taquari caminha lentamente no sentido de valoração patrimonial e compreensão das adequadas estratégias de gestão. Podemos destacar, já que possui uma lei de proteção e preservação do seu patrimônio, atualizada, desde 2017. Atualmente, tem tombamento estadual e municipal o Teatro São João (recentemente restaurado) e o Jornal O Taquaryense, com seus equipamentos e acervo (segundo mais antigo do Estado em funcionamento e único ainda com impressão tipográfica). O semanário ostenta o título de “Museu Vivo da Comunicação” desde 2005, em projeto desenvolvido pelas Universidades FEEVALE de Novo Hamburgo-RS e UNIVATES de Lajeado-RS.

Com tombamento somente municipal, tem-se a Igreja Matriz São José de 1768, embora tenha passado por intervenções no século XX. Nela encontra-se guardada a imagem original do Senhor São José, esculpida em madeira policromada, recebida em 1764, na fundação do povoado. Conforme as observações, a imagem só sai da paróquia anualmente, para a procissão do padroeiro, durante a Festa de São José. Existe, ainda, a concessão recebida da casa materna do ex-Presidente da República no Regime Militar, Mal. Arthur da Costa e Silva, abrigando o Museu Costa e Silva, de propriedade do IPHAN. O imóvel não é tombado, pois as tentativas feitas pelo Governo Federal, buscavam homenagear o ex-Presidente, representante de um dos piores momentos da Ditadura, como um herói da “Revolução” de 1964 (MEIRA, 2008).

Recentemente, o município, também, encaminhou o tombamento da Lagoa Armênia (principal ponto turístico da cidade) como patrimônio paisagístico e o registro do Fervido (prato típico local com raiz na culinária açoriana) em seus saberes e fazeres. Os próximos passos de salvaguarda devem direcionar aos eventos religiosos da Festa de São José e da Romaria da Assunção. Essa última

costuma reunir milhares de pessoas no santuário construído na localidade de Rincão São José. Embora exista um inventário de bens imóveis com 34 edificações registradas, de nada adiantam sem uma política de patrimônio edificado em harmonia com o Plano de Desenvolvimento Urbano e com o Código de Edificações do Município. Lamentavelmente, grande parte das construções inventariadas já foram alteradas ou até mesmo parcialmente destruídas, o que torna urgente que o Inventário Municipal seja regulamentado com lei específica compatibilizada com a legislação de proteção ao patrimônio cultural do município.

Pode-se destacar, positivamente, que o Conselho Municipal de Cultura desenvolveu (como apoio da SEDAC e do IPHAE) o processo para o reconhecimento de José Custódio de Sá e Faria como fundador de Taquari. O pleito foi aprovado na Câmara de Vereadores, recentemente, e publicado como Lei Municipal nº 4598 de 25 de agosto de 2022. Sobre o traçado urbano, tem-se um destaque em Taquari, pois foi a única cidade de colonização açoriana no Brasil da qual temos um plano, e também por ter na sua área urbana elementos do urbanismo planejado (parte alta) e espontâneo (parte baixa), que também empresta à cidade um valor singular (DURÁN, 2009).

Da mesma forma, o plano diretor da cidade ainda precisa ser adequado às novas ações de salvaguarda que estão sendo propostas, inclusive a que inclui a Lagoa Armênia. Além da delimitação e regulamentação de duas áreas, a da cidade alta e a da cidade baixa, sendo a primeira correspondente com o que foi projetado por Sá e Faria, deveria se delimitar a respectiva área de entorno ou de amortecimento para cada setor. Para a lagoa, deveriam ser identificados os locais que oferecem vistas panorâmicas especiais que permitam usufruir a paisagem e ainda dotá-los de estruturas e apoios museográficos.

É possível constatar, em Taquari, que as contribuições culturais da migração ainda não são adequadamente reconhecidas e valorizadas pela comunidade, como sua representação, como seu patrimônio. Essa atribuição de valor depende de uma política patrimonial que inclua a educação e a sensibilização, a qual este trabalho pretende apoiar com seus resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da temática que definimos como cultura de matriz açoriana, delimitada no legado patrimonial da colonização açoriana em Taquari. A base teórica para esta pesquisa residiu no tripé conceitual *migração e cultura; identidade e território; patrimônio e memória*. A partir deste referencial foram trabalhados alguns conceitos relacionados que permearam o estudo sobre a problematização proposta.

Dos portugueses que se investiram na vida insular, mesmo não havendo outras culturas receptoras, foi necessário desenvolver um jeito próprio de viver, adequado às características das ilhas. O “jeito de ser açoriano”, o que Vitorino Nemésio chamou de *açorianidade* (LEAL, 1997). Com o processo de *migração* (RIBEIRO, 1995), impulsionado pela necessidade de ocupação (BARROSO, 2009) das terras sul-riograndenses, o *capital cultural* (BORDIEU, 2008) acompanhou os ilhéus açorianos em permanente reconstrução, instalando neste *território* (RONCAYOLO, 1986) o seu *lugar* de viver (SERPA, 2017), modificando processualmente a *paisagem cultural* (DURÁN; MARZULO, 2016) local.

Fortalecida por encontros étnicos (RIBEIRO, 1995), que promoveram *hibridações* (BURKE, 2003), é esta *identidade cultural* (HALL, 2006) que está citada na temática principal como *cultura de matriz açoriana*. E é entendendo que o *patrimônio local* (RAMOS; OLIVEIRA, 2020) de Taquari guarda esta *memória coletiva* (MOTTA, 2000) açoriana, reconhecido ou com capacidade de *ativação* (PRATS, 2005), que este estudo propôs a seguinte problemática: Qual foi a contribuição da migração açoriana na formação da identidade cultural de Taquari expressada no seu patrimônio?

A partir deste problema de pesquisa, entendeu-se que o estudo evocava relevância em três esferas. Primeiro, no avanço em um estudo mais específico sobre uma lacuna quanto á contribuição açoriana ao patrimônio local de Taquari. Segundo, na construção do conhecimento do patrimônio cultural local, contribuindo nas ações da sociedade na direção de processos de registros e tombamentos, bem como de programas de educação patrimonial. E terceiro, na política patrimonial, identificando as prioridades de gestão que serão capazes de desenvolver instrumentos eficientes de preservação e estratégias de gerenciamento sustentável dos bens culturais.

A metodologia de pesquisa utilizada foi do tipo descritivo-exploratória de abordagem qualitativa. Foi desenvolvida investigação histórica, com base teórica na nova história cultural (BURKE, 2005), e estudo etnográfico com base teórica na etnometodologia (GARFINKEL, 1984). O procedimento partiu de revisão da historiografia regional/local e dos estudos acadêmicos disponíveis próximos ao recorte temático. Em seguida, partiu para campo com levantamento de dados por observação participante na comunidade. Em paralelo, foram realizadas consultas nos arquivos da paróquia e da imprensa local. Os dados foram organizados, descritos, analisados e discutidos, segundo os objetivos projetados.

Nesta perspectiva, para atingir a compreensão sobre a contribuição da colonização pelos migrantes açorianos ao patrimônio cultural de Taquari, foram definidos quatro objetivos. O primeiro deles estudou o processo histórico da migração açoriana e povoamento no sul do Brasil para contextualizar a formação de Taquari. Para tanto, foi construída uma ampla contextualização histórica, do geral ao local, analisando-se a migração açoriana para a América, a chegada a Santa Catarina e a descida para São Pedro do Rio Grande do Sul em meados do século XVIII, culminando com a instalação do povoado e a Vila de São José às margens do Rio Taquari.

O segundo analisou a participação da colonização açoriana na definição da paisagem cultural e do patrimônio material e imaterial, desde uma perspectiva integradora e processual em Taquari. Neste sentido, foram apresentados e analisados os dados coletados em campo, desde a paisagem cultural, o patrimônio urbano como uma paisagem histórica urbana, a arquitetura, os bens móveis, as tradições religiosas e a culinária cotidiana. O terceiro verificou a representatividade da cultura de matriz açoriana e as possíveis interações com os outros grupos étnicos na formação do patrimônio local. Para isso, foram retomados os dados levantados para interpretação e discussão, revisitando posicionamentos de autores analisados no estado da arte e comparando com os achados deste estudo, inclusive destacando as singularidades do patrimônio local como resultados mais importantes.

O último objetivo consistiu em elencar subsídios para futuros processos de registro, inventários e/ou tombamentos em nível local, estadual ou nacional, o qual também foi atingido através dos dados apresentados e discutidos, que compilados

poderiam fundamentar ações de proteção. Além disso, esses resultados permitirão estabelecer futuros programas de educação patrimonial.

Nesta perspectiva, verifica-se que a contribuição açoriana ao patrimônio local em Taquari pode ser identificada, efetivamente, desde a paisagem cultural, definida a partir do traçado urbano inicial, com as edificações, considerando as suas alterações espaciais, mas que guardam características de continuidade das técnicas construtivas luso-brasileiras que, embora não sejam específicas dos Açores, remetem aos ilhéus que chegaram no século XVIII. Da mesma forma, em alguns bens móveis existentes em acervos locais, que são representativos das manifestações artísticas e sociais dos séculos XVIII, XIX e XX.

O mesmo foi possível constatar nas festas e celebrações, desde a extinta devoção do Divino Espírito Santo até as tradições religiosas, ainda presentes na vida social da cidade, incluindo criações recentes como o Natal Açoriano o que demonstra que a memória coletiva sim guarda relação com a açorianidade. Desde a chegada dos ilhéus povoadores, a sua cultura culinária que englobava os alimentos oriundos da tradição gastronômica dos Açores foi sendo readaptada com os ingredientes existentes neste novo lugar de viver, repassando aos seus descendentes estes saberes e fazeres associados à cultura de matriz açoriana.

Embora as limitações deste estudo, como foi o fato de ter sido elaborado durante a pandemia pelo COVID 19, novas perspectivas de investigações foram detectadas. Destaca-se a necessidade de um estudo arqueológico e histórico que permita localizar o sítio da fortificação militar instalada junto ao assentamento açoriano no passo do Taquari. Da mesma forma, estudos mais abrangentes no entorno da sede municipal, investigando as culturas e a produção agrícola, a infraestrutura e os processos, trazidos e desenvolvidos pelos açorianos e seus descendentes.

Os patrimônios urbano e arquitetônico merecem especial atenção pela vulnerabilidade que apresentam diante da especulação imobiliária, o abandono e a obsolescência, as demandas da contemporaneidade, a perda das tradições construtivas e os saberes associados substituídas por técnicas contemporâneas. A ampliação do inventário arquitetônico, levantamentos dos imóveis, propostas de reutilização de imóveis abandonados, revisão e atualização do plano diretor, do código de obras e sintonia com uma política patrimonial, são prioridade não só pela

preservação dos espaços e edifícios, mas como pelo fato de serem lugares aonde acontecem as práticas culturais imateriais.

No aspecto sociocultural, seria muito importante ampliar os estudos sobre a devoção ao Divino Espírito Santo em Taquari. A expressão da açorianidade (LEAL, 1997) que representava nos primeiros tempos, a grande abrangência popular, a relação com a Igreja e sua gestão na comunidade, as mudanças sociais e a influência das elites locais, o enfraquecimento da irmandade, a extinção da festa religiosa/popular e a destruição do Império. Seria possível uma reativação desta prática cultural? Também pesquisas que procurem identificar outras narrativas (Jornal O Taquaryense, Teatro do São João, Navegação Arnt, José Custódio da Sá e Faria) são importantes para ressignificar o patrimônio cultural como um todo indissolúvel.

Taquari, em seu patrimônio cultural local associado à cultura de matriz açoriana, tem, ainda, grandes potencialidades a serem estudadas e valoradas. No estudo de bens culturais realizados na cidade, ficou clara a capacidade de ativação patrimonial ainda existente e a necessidade de envolvimento da comunidade com seu próprio patrimônio, com a sua própria memória. Com as perspectivas de utilização do conhecimento até aqui produzido no gerenciamento sustentável e nas estratégias de proteção dos bens culturais, assim como da realização de novos estudos e do desenvolvimento de programas de educação patrimonial, os caminhos para uma política patrimonial local eficiente são promissoras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lorenzeto. **Mapa localizador da cidade de Taquari no Rio Grande do Sul**. 06/09/2006. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_Municip_Taquari.svg Acesso 14 out. 2021.

ALVES, Luiz Antônio. **Memorial Açoriano: Genealogia do século XVIII – Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

ASSESSORIA de Imprensa da Prefeitura Municipal de Taquari. **Participantes do espetáculo acompanhando o show de fogos sobre a lagoa**. 2018. Fotografia.

ASSESSORIA de Imprensa da Prefeitura Municipal de Taquari. **Preparação do Fervido**. 2020. Fotografia.

BALÉM, Monsenhor João Maria. **A Paróquia de São José de Taquari: no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1952.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Moendas caladas: Açúcar Gaúcho SA–AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. **Estudios Historicos**, Rivera, n. 2, p. 8-36, 2009.

BECKER, Augusto. **Paróquia São José 250 anos: 1765 – 2015**. Taquari - Tabai: Edição do Autor, 2015.

BECKER, Augusto. **Taquari, Terra da Gente**. Taquari: Edição do Autor, 2001.

BECKER, Augusto. **Taquari, Terra da Gente**. v. 2. Taquari: Edição do Autor, 2002.

BECKER, Augusto. **Taquari, Terra da Gente**. v. 3. Taquari: Edição do Autor, 2003.

BECKER, Augusto. **Taquari, Terra da Gente**. v. 4. Taquari: Edição do Autor, 2004.

BECKER, Augusto. **Taquari, Terra da Gente**. v. 5. Taquari: Edição do Autor, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6ªed. Campinas: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Cerro Del Agua: Siglo XXI, 1997.

BRASIL. **Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 20 mar. 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de sociomuseologia*, Lisboa, v. 25, n. 25, p. 5-19, 2006.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARMO, Bruna Alves do. Histórias de Taquari. **Jornal O Açoriano**, ano 35, n.12, p.3, 23 mar. 2012.

CARMO, Bruna Alves do. Natal Açoriano em Terra Gaúcha: identidade e cultura da cidade de Taquari. **Décima Ilha Açoriana - ICP**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 37-40, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

COLONIZADORES da ilha de Santa Catarina. **Edital de convocação aos açorianos para emigrar para o sul do Brasil (1746)**. 2012. II. Disponível em: <http://ilhasc.blogspot.com/2012/07/edital-de-convocacao-aos-acorianos-para.html>. Acesso em 20 abr. 2022.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes. 1995.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil**: registros de uma experiência técnica e didática. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis, 2003.

DE SETA, Cesare. Objecto. *In*: **Enciclopédia Einaude** (Artes-Tonal/Atonal) v.3. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

DELGADO, Andréa Ferreira; OLIVEIRA, Ilse Leone Borges Chaves. Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar: patrimônio e memória na cidade de Goiás. **Revista Solta a Voz**, Goiânia, v. 19, n. 2, p.135-150, 2008.

DONNER, Sandra Cristina. Quem Escreve a História? Um estudo historiográfico do Projeto Raízes sob as lentes da cultura histórica. *In*: HARRES, Marluza Marques; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Organizadoras). **O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010.

DURÁN ROCCA, Luísa. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII**. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DURÁN ROCCA, Luisa. GUTIÉRREZ, Ramón. **José Custódio de Sá e Faria : um engenheiro na América além das fronteiras**. Buenos Aires : CEDODAL, 2020.

DURÁN ROCCA, Luísa. São José de Taquarí: Claves para el reconocimiento de un Paisaje Histórico Urbano. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL “URBANISMO IBEROAMERICANO Y PAISAJE CULTURAL: 500 AÑOS DE PANAMÁ VIEJO”, 6., 2018, Ciudad de Panamá.

DURÁN ROCCA, Luísa; MARZULO, Eber Pires. Paisagem como construção coletiva: um projeto inconcluso. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre.

DURÁN ROCCA, Luísa; SILVA, André Vanderlei da; WARPECHOWSKI, Camila. O imigrante entre o território e o lugar. *In*: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE TERRITORIOS POSIBLES, 2.; CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 9.; CONFERENCIA INTERNACIONAL DE INTELIGENCIA TERRITORIAL, 18.,2021, La Plata.

FARIA, Octávio Augusto de. **Monografia do Município de Taquari**. Porto Alegre: IEL, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

FERRI, Genuíno Antônio. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado: GRAFEN, 1991.

FERRI, Genuíno Antônio. TOGNI, Ana Cecília. **A história da bacia hidrográfica Taquari-Antas**. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FESTA do Divino. **O Taquaryense**, Taquari, ano 35, n. 1805, p.2, 10 jun. 1922c.

FESTA do Espírito Santo. **O Taquaryense**, Taquari, ano 35, n. 1803, p.2, 27 mai. 1922a.

FESTA do Espírito Santo. **O Taquaryense**, Taquari, ano 49, n. 2512, p.2, 30 mai. 1936.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em Processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005.

FONTOURA, João Paulo da. **Dai Velas aos Largos Ventos**. Taquari: Edição do autor, 2012.

FONTOURA, João Paulo da. **São José de Tebiquary**: Uma luz sobre teu passado. Taquari: Edição do Autor, 2019.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FOWLER, William; LEMUS, Eugenia Zavaleta. Habitus, campo y capital en las primeras fundaciones urbanas hispanoamericanas: el caso de Ciudad Vieja de San Salvador. *In*: CALVO, Luis María; COCCO, Gabriel (Orgs.). **Primeros asentamientos españoles y portugueses en la América central y meridional: Siglos XVI y XVII**. Santa Fé: Ediciones UNL, 2016.

FRANÇA, Zilda Tavares de Melo. Tipicidade Vulcânica do Arquipélago Açoriano. *In*: ACADEMIA DE MARINHA, 2009, Ponta Delgada.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: censos do RS (1803-1950). v. 1. Porto Alegre: FEE, 1986.

GAGO, Paulo Cortes; MAGALHÃES, Raul Francisco. GARFINKEL, Harold. O que é etnometodologia? (Tradução). **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1 e 2, p. 113-131, 2009.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge England: Polity Press, 1984.

GOERCK, Balduíno. **Taquari**: Após o retorno a vida democrática no Brasil em 1947. Lajeado: Fortgraf, 2009.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da Migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

GOMES, Carla Marques. **Rio Grande do Sul com sabores açorianos**. Porto Alegre: Vivilendo, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOOGLE EARTH. **Bairro Praia em Taquari-RS**. 2022. Il. Color. Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Taquari,+RS/@-29.80491259,-51.87395781,12.4985024a,1055.67475356d,35y,359.99999879h,0t,0r/data=CigiJgokCZsl6YF_vz3AEVIsPjLa3z3AGd8Wh1_Q5EnAIS1vrFDr_EnAOgMKATA?authuser=0
Acesso em 12 mar. 2022.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Os açorianos e a construção historiográfica de uma identidade coletiva. **Diálogo**. Canoas, n.4, p.55-6, 2003.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro**. 2004. Tese (Doutorado em História)-Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

GRAEBIN, Cleusa Maria. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Méritos, 2006. p. 203-223.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 34, p. 91- 111, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "guaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HESSEL, Lothar. Colégio Dona Margarida. **Jornal O Taquaryense**, ano 108, n.6, p.1, 18 de mar. 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Imperial, 1999.

INOUE, Luciana Massami. O patrimônio urbano e as cartas patrimoniais. **Oculum Ensaios/PUC**, Campinas, v.15, n. 2, p. 271-286, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis: IPHAN, 1987.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza: IPHAN, 1997.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: DID-IPHAN, 2000.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **O patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INTERNATIONAL council on monuments and sites. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)**. Washington: ICOMOS, 1987.

INTERNATIONAL council on monuments and sites. Princípios de Valleta para a salvaguarda gestão das cidades históricas e áreas urbanas. In: ASSEMBLEIA GERAL DO INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011. **Anais**. Valleta: ICOMOS, 2011.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Colonização. **Justiça & história (impresso)**, Porto Alegre, v. 2, p. 175-208, 2003.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ITAQUI, José. VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial**: a experiência da quarta colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

JASKULSKI, Ana Luiza. **Rio Grande de São Pedro**: história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição da autora, 2016.

JULIÃO, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

KANTOR, Iris. Os confins à vista nos mapas do Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?artigos=os-confins-a-vista-nos-mapas-do-brasil> Acesso em 10 set. 2022.

LACERDA, Eugénio Pascele. **O Atlântico Açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva et al. Imigrantes Açorianos e Seus Descendentes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: processo histórico envolvendo movimentações e práticas socioculturais. **Revista Signos**, Lajeado, v. 37, n. 2, p. 104-123, 2016.

LAYTANO, Dante de. Colonização açoriana no Rio Grande do Sul. *In*: PAULA, Eurípedes Simões (org.). **Colonização e migração**: Anais do IV Simpósio nacional dos professores universitários de história. São Paulo: ANPUH, 1969. p.391-421.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL João. Açorianidade: literatura, política, etnografia (1880-1940), **Etnográfica**, Lisboa, v. 1, n. 2 | 1997, p.191-211, 1997.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade**. Ponta Delgada: DRC Comunidades, 2007.

LECLUD, Gérard. Être um artefact. TURGEON, Laurier. La mémoire de la culture matérielle et culture matérielle de La mémoire. *In*: DEBARY, Octave; TURGEON, Laurie (org.) **Objects & Mémoires**. Paris: Québec: Éditions de La Maison des Sciences de l'homme: Les Presses de l'Université Laval. 2007. P. 13-36.

MACEDO, Francisco Riopardense. Açorianos para o sul do Brasil. *In*: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p.189-210.

MACEDO, Francisco Riopardense. Arquitetura luso-brasileira. *In*: WEIMER, Günter (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

MACHADO, Ewerton Vieira. Florianópolis-SC (Brasil): Território e Cultura Luso-Açoriana sob trajetória de (uma) identidade Local/Regional através da urbanização & turistificação. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais** [14 to EGAL]. Lima: IGU/UGI - Comité Nacional Perú, 2013. v. É-7.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia; ZANON, Elisa Roberta (org.). **Educação Patrimonial**: da teoria á prática. Londrina: UniFil, 2009.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Festas Populares dos Açores**. Região Autônoma dos Açores: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. Capital Cultural. *In*: CATANI, Afrânio Mendes *et al* (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOTÍCIAS Religiosas. **O Taquaryense**, Taquari, ano 35, n. 1804, p.2, 06 jun. 1922b.

O FATO Arquivo Digital. **Grupo de Terno de Reis no Natal Açoriano em Terra Gaúcha**. 2018. Fotografia.

O FATO Arquivo digital. **Natal Açoriano em Terra Gaúcha na Lagoa Armênia**. 2017. Fotografia.

OLINTO, Gilda. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v.1, n. 2, p. 24-36, 1995.

OLIVEIRA, Leonardo Valerão; DURÁN ROCCA, Luisa. Turismo e patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**. Penedo. v. 10, n. 2, p. 36-60, 2020.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (Recomendação de Paris-2003)**. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2006.

PIAZZA, Walter Fernando. Insulanos no Brasil Meridional: Os Açorianos em Santa Catarina. *In*: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p.169-176.

PINHEIRO, Áurea da Paz; CARVALHO, Rita de Cássia Moura; SANTOS, Francisco Stefano Ferreira dos. Os inventários da Celebração de Bom Jesus dos Passos, Oeiras, Piauí, Brasil. **Em Questão**, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, Porto Alegre, v. 26, p. 235-260, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212,1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, n. 27, p. 63-76, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-46, 1989.

RAMIREZ, Hugo. **Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul**: a obra pioneira dos lusodescendentes. Porto Alegre: Caravela, 2005.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; OLIVEIRA, Luciana da Costa de. Sobre história, memória e patrimônio no Sul do Brasil-monumentos aos açorianos em Porto Alegre e Florianópolis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, p. 121-142, 2020.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SILVA, Aline de Figueirôa. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 40, p. 71-96, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RONCAYOLO, Marcel. Território. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. (Região) v.8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

ROSA, Cibele Caroline da. Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (Sul da América Portuguesa, 1750-1800). **Aedos**, Porto Alegre, v.10, n.22, p. 106-124, 2018.

ROSA, Cibele Caroline da; BARDEN, Júlia Elisabete; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Patrimônio, Memória e Identidade: Estudo de Caso do Terno de Reis entre descendentes de açorianos no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Outras Fronteiras**. Cuiabá, v.5, n.1, p. 123 – 137, 2018.

ROSA, Cibele Caroline da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Quando migrar é necessário: açorianos povoam o continente de Rio Grande de São Pedro (meados do século XVIII). **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 10, n. 2, p. 104-116, 2018.

SALA AÇORIANA de Taquari. **Fundos do Theatro São João em meados do século XX.** s/d. Fotografia.

SALA AÇORIANA de Taquari. **Igreja Matriz de São José antes do incêndio.** s/d. Fotografia.

SALA AÇORIANA de Taquari. **O Império do Divino Espírito Santo de Taquari-RS na década de 1980.** s/d. Fotografia.

SALA AÇORIANA de Taquari. **Réplica do primeiro mapa de Taquari.** Eng^o Capitão Alexandre José Montanha. Original de 15/04/1771 existente no Arquivo Público Nacional no Rio de Janeiro-RJ. 1971. Mapa.

SANTOS, Nilda Rita. Taquari - Primeira cidade açoriana. *In*: ROCHA, Santa Inéze da(org). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil II.** Porto Alegre: Caravela, 2007. p. 39 – 70.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAIVA, Núbia Costa. **Síntese da História de Taquari (no sesquicentenário).** Taquari: Edição da autora, 1999.

SECRETARIA Municipal de Planejamento - SEMPLAN. **Inventário de Bens Imóveis Taquari-RS.** Taquari: SEMPLAN, 2021.

SECRETARIA Municipal de Planejamento - SEMPLAN. **Mapa Urbano de Taquari.** 2011. Mapa. Disponível em <https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/midia/31508/Mapa de Taquari RS BAIRRO S.pdf> Acesso em 11 jun. 2022.

SECRETARIA Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. **Projeto Centro de Cultura e Turismo de Taquari-RS.** 2022. Projeto gráfico.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, p. 57-71, 1986.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org). **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, André Vanderlei da. A histórica cidade de Taquari e os vestígios da arquitetura colonial luso-açoriana: uma proposta de educação patrimonial. **MUSEITEC – Museologia, Tecnologia e Patrimônio Cultural**. UFS, Laranjeiras, v.1, n.1, p. 2- 33, 2012.

SILVA, André Vanderlei da. Falando de História. **O Taquaryense**, Taquari, ano 124, n. 33, p.2, 11 set. 2010.

SILVA, Cleidirose da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Tradições Culturais Açorianas e de Seus Descendentes na Região Vale do Taquari, Rio Grande Do Sul/Brasil. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 9, n. 2, p. 185-205, 2017.

SILVA, Danilo Kuhn. O conceito de patrimônio cultural de Llorenç Prats e o contexto da comunidade pomerana da Serra dos Tapes: algumas relações possíveis. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 15, n. 2, p. 353-373, 2019.

SILVA, Riograndino da Costa e. **Aleixo Rocha da Silva: centenário do seu nascimento**. Taquari: Edição do Autor, 1970.

SILVA, Riograndino da Costa e. **São José de Taquari: A história da minha terra**. Porto Alegre: Flama, 1972.

SOARES, André Luis (org.). **Educação Patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOUSA, Rose Maria Martins Gomes de. **Alimentação e culinária na cultura dos descendentes de açorianos em Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis (Ilha de Santa Catarina – Brasil)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

TAQUARI. **Lei nº. 1.906, de 03 de fevereiro de 2000**. Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/norma/19653/Lei_1906.pdf. Acesso em 18 mar. 2022.

TAQUARI. **Lei nº. 2.593, de 22 de março de 2006**. Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/norma/18558/Lei_2593.pdf. Acesso em 18 mar. 2022.

TAQUARI. **Lei nº. 3.980, de 05 de abril de 2017**. Disponível em: https://taquari.rs.gov.br/uploads/norma/25850/Lei_3980_Institui_a_proteo_ao_patrimnio_histrico_artstico_e_cultural_do_Municpio.pdf. Acesso em 20 mar. 2022.

TAQUARI. **Lei nº. 4.423, de 05 de maio de 2021**. Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/norma/35769/Lei_4423.pdf. Acesso em 02 abr. 2022.

TAQUARI. **Lei nº. 4.598, de 25 de agosto de 2022**. Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/norma/39088/Lei_4598.pdf Acesso em 29 ago. 2022.

TILIO, Rogério Casanovas. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009.

TORRES, Luís Henrique. A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, n.16: p.177-189, 2004.

TREVISAN, Amélia Franzolin. Casa Branca-São Paulo: A povoação dos ilhéus. *In*: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p.126-163.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Salum. **Planície costeira do Rio Grande do Sul**: geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica. Porto Alegre: Sagra, 1988.

WEIMER, Günter. A arquitetura popular dos Açores e o Rio Grande do Sul. *In*: BEMFICA, Coralia Ramos *et al* (org.). **Santo Antônio da Patrulha**: re-conhecendo a sua história. Porto Alegre: Edições EST, 2000. p. 37-60.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/ICP, 1979.

APÊNDICE A – Escadarias do antigo porto



Fonte: Autoria própria (2022)

APÊNDICE B – Igreja Nossa Senhora das Dores (1916) no Bairro Praia



Fonte: Autoria própria (2022)

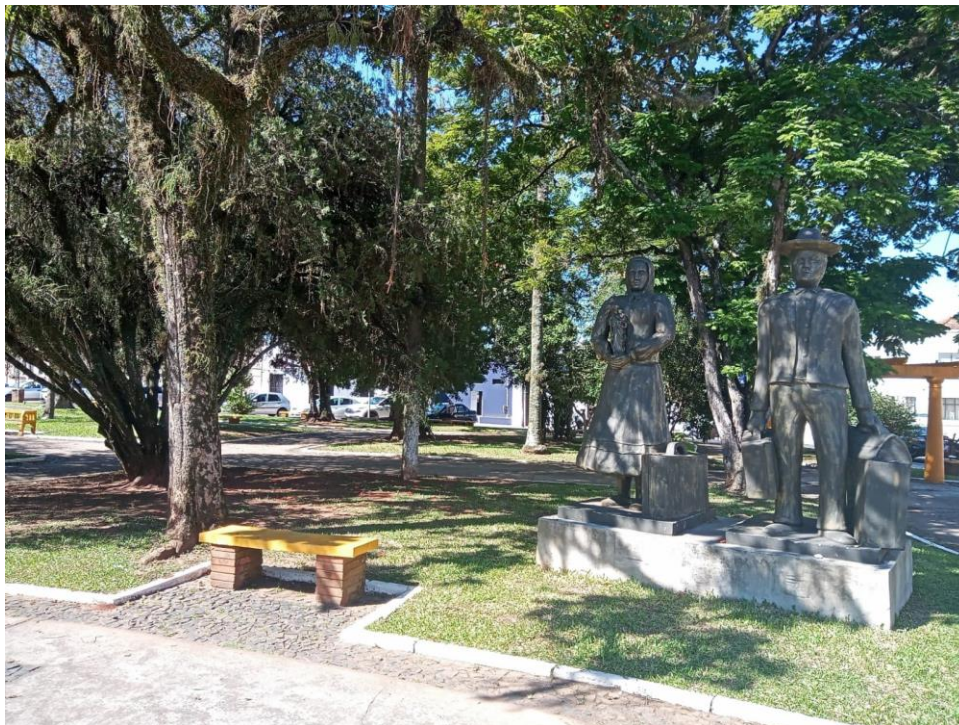
APÊNDICE C – Monumento a Jacob Arnt. Ao fundo casarios do Bairro Praia

Fonte: Autoria própria (2022)

APÊNDICE D – Monumento aos Açorianos (1949). Ao fundo a Praça D. Pedro II

Fonte: Autoria própria (2022)

**APÊNDICE E – Monumento Casal Açoriano (2019). Ao fundo a Praça da Matriz
São José**



Fonte: Autoria própria (2022)

**APÊNDICE F – A Procissão de São José. Ao fundo casarios do Centro de
Taquari**

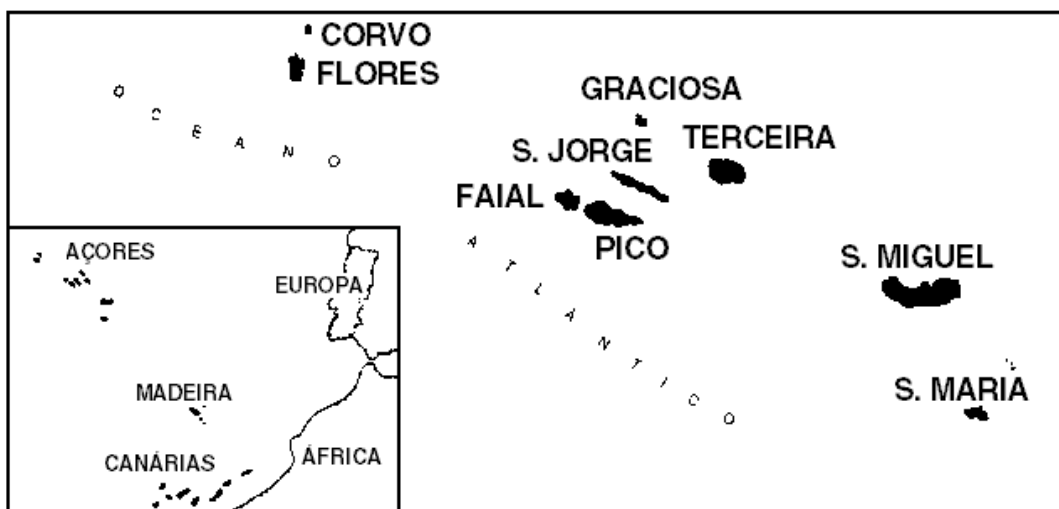


Fonte: Autoria própria (2022)

APÊNDICE G - A procissão de Corpus Christi. Ao fundo a Lagoa Armênia

Fonte: Autoria própria (2022)

ANEXO A - Localização do Arquipélago dos Açores



Fonte: França (2009, p.1)

ANEXO B - Localização atual do Município de Taquari-RS



Fonte: Abreu (2006)